

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SHEYLA FARIAS SILVA

**NAS TEIAS DA FORTUNA: HOMENS DE NEGÓCIO NA
ESTÂNCIA OITOCENTISTA (1820-1888)**

SALVADOR
2005

SHEYLA FARIAS SILVA

**NAS TEIAS DA FORTUNA: HOMENS DE NEGÓCIO NA
ESTÂNCIA OITOCENTISTA (1820-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia como um dos pré-requisitos para a obtenção do título de mestre em História Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Maria José Rapassi Mascarenhas

SALVADOR
2005

SHEYLA FARIAS SILVA

**NAS TEIAS DA FORTUNA: HOMENS DE NEGÓCIO NA ESTÂNCIA
OITOCENTISTA (1820-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História Social, à comissão julgadora da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Maria José Rapassi Mascarenhas
Universidade Federal da Bahia

Prof^a Dr^a Lina Maria Brandão Aras
Universidade Federal da Bahia

Prof^o Dr^o Josué Modesto dos Passos Subrinho
Universidade Federal de Sergipe

Aos meus pais, Erinaldo e Terezinha, pelo amor, carinho e dedicação durante todos estes anos, e pelo incentivo e formação que me tornaram a construção social que sou.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses anos de trabalho, o incentivo e apoio diferenciado de muitas pessoas foram fundamentais. Eis o momento de apelar para a memória e registrar o meu carinho e reconhecimento por terem sido de suma importância para o meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

A minha orientadora, Prof^a Dr^a Maria José Rapassi Mascarenhas, pelos momentos de aprendizagem, demonstrando-se sempre solícita, atenciosa e compreensiva.

As Professoras Dr^a Avanete Pereira Sousa e Lina Aras pelas sugestões apresentadas no exame de qualificação.

Aos Professores do Programa de pós-graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia.

Ao Professor Dr^o Josué Modesto pelo seu incentivo e confiança contínua.

Ao Professor Dr^o Lélío Oliveira que gentilmente disponibilizou de sua tese.

A Capes pela concessão de uma bolsa de estudos, essencial ao suporte no primeiro ano de pesquisa.

Ao mestre-amigo Lourival Santana, pelo carinho dedicado nos anos de graduação, pelas indicações de leituras, pelas orientações e empréstimos de livros.

Ao Professor Mário Resende, pelo incentivo, companheirismo, amizade, comentários, leitura cuidadosa deste trabalho e principalmente pelo estímulo durante o período de redação.

Aos funcionários do Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe, o meu muito obrigada pelo profissionalismo, competência e carinho com que me acolheram nesse instituto de pesquisa.

A Marina sempre gentil, otimista e atenciosa.

A Joceneide Cunha pelo seu incentivo.

Aos meus pequenos: Jenilton, Marcos e Frankly, pela amizade, sugestões, conversas, cobranças, enfim foram mais que amigos.

A Creuza Mascarenhas pela sua hospitalidade, a minha gratidão.

Aos amigos Suzana, Vera, Jacira, Matheus, Marcos Vinicius, Patrícia Verônica que tornaram minha estada em Salvador menos solitária.

Aos colegas da turma de 2003, Sharyse, Marivaldo, Chico, Márcia, Patrícia Sena, Nilson, Luciana, Bianca, Douglas, Danilo, Alessandra, Cristina, Mônica e Lucas, pelo companheirismo.

Aos meus irmãos, Cledson e Clécia, pela paciência, compreensão, auxílio e carinho.

A professora Maria dos Prazeres Tavares pela cuidadosa leitura e correção gramatical e a Hunaldo Lima pela confecção dos mapas.

A todos que não hesitaram em torcer por mais uma realização pessoal.

“A forma de organização era, em todos os aspectos, capitalista; as atividades do empreendedor tinham um caráter puramente comercial; o uso do capital investido no negócio era indispensável, e finalmente, o aspecto objetivo do processo econômico, a contabilidade, era reacional. Mas se considerarmos o espírito que animava o empresário, tratava-se de um negócio tradicionalista: tradicional o modo de vida, tradicional a margem de lucro, tradicional a quantidade de trabalho, tradicional a quantidade de trabalho, tradicional o modo de regular as relações com o trabalho e essencialmente tradicional círculo de clientes e modo de atrair novos. Tudo isso dominava a conduta do negócio e, diríamos, estava na base do *ethos* desse grupo de homens de negócio.”

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Claret, 2001, p. 56. (Coleção a Obra-prima de cada autor)

RESUMO

A historiografia econômica brasileira, por muito tempo delegava aos senhores de terra e de escravos a posse de riqueza e aos portugueses o monopólio nas atividades comerciais. Esta pesquisa vem demonstrar que não apenas na agroexportação residia a riqueza, assim como não estava concentrada somente nas mãos de senhores de engenhos e negociantes estrangeiros, estando distribuída entre outras categorias sociais, como a dos negociantes residentes no Brasil e profissionais liberais. Ao estudarmos a vida material dos negociantes estabelecidos em Estância no período de 1820 -1888, percebemos o caráter mercantil e dinâmico desta cidade, evidenciado pela composição das fortunas, em maior parcela formada por dívidas ativas, contraídas pelo intercâmbio comercial, via abastecimento, empréstimos e pelas transações comerciais com negociantes de outras localidades sergipanas, bem como outras Províncias, a exemplo da Bahia. Ainda de acordo com a posse de bens, verificamos que alguns negociantes tinham uma extensa rede de crédito, originados pelas compras efetuadas a prazo em suas lojas ou por empréstimos concedidos. Ao considerarmos o ato de emprestar, mesmo que pequenas quantias, uma oportunidade de expandir sua influência, na medida em que para esta sociedade o capital usurário promovia prestígio e poder. Constatamos ainda, que um pequeno grupo que controlava alguns setores chaves da economia local, como o crédito e o abastecimento.

Palavras-chaves: Riqueza - negociantes – bens

ABSTRACT

The Brazilian economic historiography, during a long time, attributed to the land and slave owners the possession of wealth, and to the Portuguese the monopoly of commercial activities. This research demonstrates that the wealth was not only derived from agricultural exportation and was not only concentrated in the hands of sugar mills owners and foreign businessmen, but distributed among other social categories such as the foreign businessmen living in Brazil, the Brazilian businessmen, and liberal professions holders. By studying the material life of businessmen established in Estância between 1820 and 1888, we perceive the mercantile and dynamic character of this city which was evidenced by the composition of the wealth of that time. It was formed mainly by active debts, incurred from commercial exchange of supplies, by loans and commercial transactions with businessmen from other locations in Sergipe, and from other Provinces such as Bahia.

With respect yet to the ownership of goods, we verify that some businessmen used to have an extensive array of credit, derived from purchases on credit or from granted loans. When we consider that the act of lending, even small sums, was an opportunity for extending one's influence as for that society usury promoted prestige and power, we ascertain still, that a small group of persons used to control some key sectors of the local economy, such as those of credit and supplies.

Key words: wealth, businessmen, goods

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Categorias Sócio-econômicas dos Votantes (1820-1888).....	49
Quadro 2.1 – Distribuição da Propriedade escrava (1820-1888).....	65
Quadro 2.2 – Distribuição dos Escravos segundo os sexos (1820-1888).....	67
Quadro 2.3 – Distribuição dos Escravos segundo faixas etárias e preços médios (1820-1849).....	69
Quadro 2.4 – Distribuição dos Escravos segundo faixas etárias e preços médios (1850-1888).....	71
Quadro 2.5 – Abrangência da Propriedade Escrava (1820-1888).....	73
Quadro 2.6 – Participação das Dívidas na Composição das Fortunas (1820-1888).....	80
Quadro 2.7 – Composição da Riqueza dos Negociantes (1820-1888).....	86
Quadro 2.8 – Classificação das Fortunas Mercantis (em contos de réis) (1820-1888)...	89
Quadro 2.9 – Distribuição dos Valores da Riqueza (%) Inventariada (1820-1888).....	96
Quadro 2.10 – Composição das Maiores Fortunas (%) Mercantis (1820-1888).....	98
Quadro 2.11 - Composição Decenal da Riqueza (%) (1820-1888).....	99
Quadro 3.1 - Ações e depósitos bancários entre Negociantes da Praça de Estância (1820-1888).....	107
Quadro 3.2 - Dinheiro entre Negociantes da Praça de Estância (1820-1888).....	110
Quadro 3.3 - Proporção das dívidas de comerciantes (1820-1888).....	115
Quadro 3.4 - Maiores credores em valores emprestados (1820-1888).....	127
Quadro 3.5 - Maiores credores em abrangência (1820-1888).....	129
Quadro 3.6 - Lista de mercadorias compradas por João Luís Correia à firma Pinto & Rodrigues (1820-1888).....	134
Quadro 3.7 - Negociantes de Grosso Trato (1820-1888).....	136
Quadro 3.8 - Elite da Praça Estância (1820-1888).....	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Abrangência dos bens entre os negociantes (%) (1820-1888).....	63
Gráfico 2.2 – Distribuição de Semoventes entre negociantes (1820-1888).....	78
Gráfico 2.3 – Composição da Riqueza Segundo Sexo (1820-1888).....	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da Zona da Mata-Sul.....	17
Figura 2 – Hidrografia de Estância.....	45
Figura 3 – Intercâmbio de mercadorias e créditos.....	125
Figura 4 – Centro comercial de Estância (1820-1888).....	138

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Negociantes e firmas baianas que mantiveram contatos com negociantes estancianos (1820-1888).....	158
Apêndice B – Mercadorias arroladas nos inventários <i>post-mortem</i> dos negociantes estancianos (1820-1888).....	161

LISTA DE ABREVIATURAS

- AGJES – Arquivo Geral do Poder Judiciário de Sergipe.
- APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe.
- APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.
- PDPH – Programa de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I – HOMENS E NEGÓCIOS NA ECONOMIA ESTANCIANA.....	24
1.1 Economia Escravista-Mercantil.....	24
1.2 Sergipe na Economia Escravista-Mercantil.....	38
1.3 O florescimento de Estância, a Princesa do Piauitinga	44
1.4 Homens de negócio no Brasil Oitocentista.....	51
CAPÍTULO II – A RIQUEZA DOS NEGOCIANTES ESTANCIANOS.....	61
2.1 Composição das fortunas.....	61
2.1.1 Bens escravos.....	64
2.1.2 Bens de raiz.....	74
2.1.3 Semoventes.....	77
2.1.4 Dívidas ativas.....	79
2.1.5 Dinheiro.....	82
2.1.6 Bens móveis.....	83
2.1.7 Fazendas.....	84
2.2 Estratificação das fortunas.....	89
CAPÍTULO III – NAS TEIAS DO CRÉDITO.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICES.....	158

INTRODUÇÃO

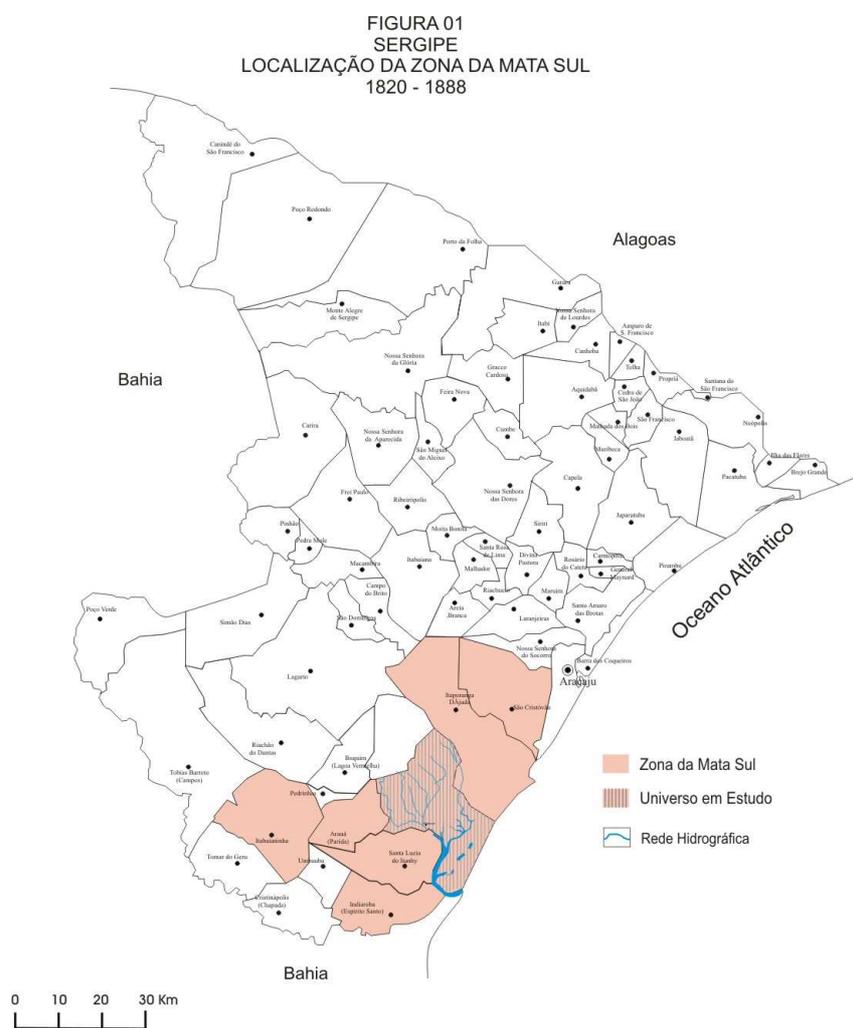
O cenário do Brasil oitocentista foi marcado por intensas transformações. Dentre as mais significativas destacaram-se a independência política (1822) e sua afirmação enquanto nação; a Lei de Terras (1850) que regulamentou o acesso a terra; o declínio da sociedade escravista devido às pressões internacionais para a abolição do trabalho escravo, movimentos abolicionistas, resistência escrava, entre outros, que tem em meados deste século seu primeiro enclave – a Lei Eusébio de Queiroz (1850) que proibiu o tráfico internacional de escravos e culminou com a Lei Áurea (1888) que deu fim ao trabalho compulsório no Brasil, uma economia açucareira em crise no Norte, motivada fortemente pela concorrência internacional, a consolidação de um novo produto agrícola - o café - e a Proclamação da República (1889).

Foi justamente no oitocentos,¹ considerado um século de intensas transformações, que Sergipe se integrou ao comércio internacional via exportação do açúcar. Acredita-se que o cultivo da cana em Sergipe tenha sido resultado da expansão da lavoura açucareira do recôncavo baiano, no final do século XVIII, sendo financiado pelas casas comerciais baianas. Foi graças a esses empréstimos que os lavradores e pecuaristas tornaram-se senhores de engenhos e de escravos, possibilitando, assim, a aquisição da mão-de-obra escrava, animais, utensílios, maquinarias, bem como a construção dos engenhos.²

¹ Na definição de Kátia Mattoso (1978:2) “*é um século apaixonante onde a vida palpita em vibrações de ritmo, um século de verdadeira criação de uma sociedade, graças ao progresso demográfico, ao aumento e depois cessação do tráfico de escravos, aos progressos de todas as técnicas agrícolas, industriais, comerciais, às mutações da vida econômica*”.

² PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987, p. 23.

Nesse contexto, Estância,³ localizada na zona da Mata Sul de Sergipe, construiu sua riqueza. De uma economia pautada na criação de gado e cultivo de produtos para a subsistência, tornou-se em meados do século XVIII, o maior núcleo urbano da região sul, como também um grande centro açucareiro, comercial e financeiro, baseado no trabalho escravo, conquistando certa autonomia econômica frente a capital administrativa da Província.



Fonte: PASSOS SUBRINHO, 2000, p. 57
Organização: Sheyla Farias Silva
Digitalização: Hunaldo Lima

³ Banhada pelos dos rios navegáveis Piauí e Piauitinga, que formam a Barra do Rio Real, ancora o segundo mais navegável porto da Província no século XIX, favorecendo assim a circulação de mercadorias. FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H.Garnier Irmãos. 1896, p.29.

Ao tentar explicar o comportamento econômico do Brasil escravista, a historiografia econômica brasileira,⁴ por vezes, considerou que a monocultura, a grande propriedade, a mão-de-obra escrava e o caráter exportador de produtos tropicais de grande valor comercial seriam os responsáveis pela constituição de fortunas, relegando a participação de outras atividades.

Destarte, a economia colonial estava estruturada na agricultura de exportação e no monopólio metropolitano do comércio que dificultava o desenvolvimento de um mercado interno, bem como de outras formas de acumulação endógena, mostrando-se subordinada às flutuações do mercado internacional, o que culminaria em uma nítida dependência da metrópole.

Por essa razão, atribuiu-se, então, à economia de subsistência um papel secundário, por ser um apêndice da economia mercantil, na medida em que possuía baixa produtividade e rentabilidade, visto que era voltada para o mercado interno e era típica das pequenas explorações, tendo participação ínfima da mão-de-obra escrava.

Conclui-se, então, segundo esse modelo explicativo, que a economia agroexportadora era a base da riqueza colonial e os senhores de terra e de escravos, bem como os negociantes sediados em Portugal eram os principais detentores da riqueza produzida na colônia, enquanto os outros agentes da colônia estavam subordinados à *plantation*, vivendo da produção de subsistência.⁵

Sergipe, tributário dessa estrutura colonial que se prolongou durante o século XIX, segundo a historiografia sergipana, estava inserido na economia brasileira dos oitocentos como dependente da economia baiana, assumindo o papel de produtor de gêneros alimentícios que abasteciam o mercado baiano, recebendo deste os investimentos, via empréstimos das firmas exportadoras de açúcar, necessários para a montagem dos primeiros engenhos, ao tempo que

⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*; FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*; NOVAIS, Fernando. *A Estrutura e Dinâmica de Antigo Sistema Colonial*.

⁵ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967, p.289.

assumia o compromisso de vendê-lo com vantagens financeiras ao mercado baiano. Desse modo, o capital gerado em Sergipe era transferido para as firmas exportadoras de açúcar sediadas na Bahia e os parques capitais que permaneciam no interior da economia sergipana estavam concentrados nas mãos das ordens religiosas, firmas exportadoras estrangeiras com filiais em Sergipe e grandes senhores de engenho, omitindo a participação de outros agentes.⁶

Todavia, estudos historiográficos recentes demonstram, a partir de análises documentais, a importância da economia de subsistência, do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos para a acumulação de um capital interno, que por vezes financiou a grande lavoura agroexportadora.⁷

As novas interpretações históricas⁸ ampliaram a participação do capital mercantil na constituição da riqueza do Brasil nas últimas décadas do período colonial e durante o Império; comprovaram a existência de um mercado interno, movimentado pelas compras efetuadas pela *plantation*, pelos setores urbanos e por outros setores da sociedade. Tal dinâmica econômica possibilitou ainda, a participação de outros agentes que não faziam parte da *plantation* e que tampouco a ela estavam subordinados, mas ligados à atividades de produção e comercialização de gêneros alimentícios.⁹

Contra-pondo-se à visão da historiografia da Escola Paulista¹⁰ que delegava aos senhores de terra e de escravos a posse de riqueza e aos portugueses o monopólio nas atividades comerciais, esta pesquisa vem demonstrar que não apenas na agroexportação residia a riqueza,

⁶ ALMEIDA, M. G. S. *Nordeste Açucareiro: Desafios num processo de vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS/ SEPLAN/ BANESE, 1993, p. 296.

⁷ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.24.

⁸ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*; FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808 e outros*.

⁹ COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-Miúda: Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992. p.105.

¹⁰ Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Fernando Novais.

assim como não estava concentrada somente nas mãos de senhores de engenhos e negociantes estrangeiros, estando distribuída entre outras categorias sociais, como a dos negociantes residentes no Brasil e profissionais liberais. Para isso, pesquisamos a vida material dos negociantes inventariados na cidade de Estância, grande centro econômico da região sul da Província de Sergipe.

A época perquirida é justificada pelo fato de que em 1820 ocorreu a primeira tentativa de emancipação política da Capitania de Sergipe Del Rey, consolidada em 1822,¹¹ contudo, não correspondeu à independência econômica, continuando dependente da economia baiana; e 1888 data que assinala a abolição do trabalho compulsório no Brasil, promovendo conseqüentemente, uma ruptura na estrutura socioeconômica escravista-mercantil.

Por meio dos inventários *post-mortem* – excelentes fontes cartorárias, que revelam uma idéia aproximada da realidade material e do cotidiano dos homens –, identificamos a partir do arrolamento de mercadorias, os negociantes residentes em Estância no período proposto, bem como, analisamos a composição de seus bens, a fim de demonstrarmos a participação do capital mercantil na construção de fortunas.

Para auxiliar a identificação dos negociantes estancianos, consultamos as listas de qualificação de votantes e eleitores da cidade de Estância - documento que revela a profissão dos votantes, vale salientar que só eram classificados como votantes e eleitores pessoas do sexo masculino.

Nas outras fontes utilizadas - Ações de Créditos e Ações de Cobrança (cobranças judiciais de dívidas), Assignações de Dez Dias¹² e Execução Comercial (execução das cobranças judiciais), buscamos estabelecer as relações comerciais dos negociantes, isto é, onde, a quem e de

¹¹ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 233.

¹² Cobrança judicial que determinava o pagamento das dívidas no prazo de até dez dias.

que forma compravam e vendiam suas mercadorias, como também distinguimos os negociantes atacadistas e varejistas, além de identificarmos os agentes financiadores. Já nas Ações de Embargo e nos Salvados Marítimos,¹³ assim como nos jornais, identificamos os gêneros comercializados e seu mercado consumidor.

Nos registros do Tribunal do Comércio da Bahia, encontramos a matrícula de alguns negociantes estancianos, o que demonstra a sua atuação na Praça da Cidade da Bahia. A partir destes registros, assim como das ações de crédito, discutimos as relações comerciais estabelecidas entre os negociantes estancianos e firmas baianas.

Ao admitirmos a importância do capital mercantil estanciano na construção da riqueza de Sergipe, comprovada pelo forte sistema de crédito que financiou tanto as atividades ligadas a agroexportação quanto ao abastecimento interno em várias partes da Província e organizado comércio de abastecimento, liderado pelas grandes casas comerciais, procedemos à análise da composição das fortunas mercantis estancianas e sua relação com a economia escravista-mercantil. Desse modo, identificamos os agentes que praticavam atividades comerciais, os papéis que exerciam, os agentes financiadores, os gêneros comercializados e seu mercado consumidor. Além de avaliarmos as formas de financiamento, a dinâmica do comércio local e sua relação com outras partes da Província e com a Bahia. Desse modo, nossa análise está dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo “**Homens e Negócios na economia estanciana**”, elaboramos um esboço da economia da Província de Sergipe, sobretudo de Estância, levando em consideração os modelos explicativos da economia escravista-mercantil, situando-as no conjunto da economia brasileira do século XIX. Ao dispormos da bibliografia nacional e local, bem como

¹³ Documentação que descreve as mercadorias que entraram e saíram através dos portos estancianos.

os jornais e relatos de viajantes, construímos o cenário mercantil e o perfil dos homens de negócio da cidade de Estância.

No segundo capítulo, intitulado “**A Riqueza dos negociantes estancianos**”, utilizando os inventários *post-mortem* dos moradores da Comarca de Estância, caracterizamos a composição das fortunas mercantis, observando como os homens e mulheres de Estância investiram o capital acumulado na posse de bens.

Assim, traçamos o perfil da propriedade escrava entre os negociantes; quais eram os bens de raiz preferidos, onde estavam situados - se na área urbana ou rural, se eram detentores de engenhos e em que local comercializavam suas mercadorias; como era composta a mobília destes negociantes e seu valor para esta sociedade e quais suas ferramentas de trabalho. Quanto aos animais, analisamos a quantidade, o tipo e a utilização; no que se refere à posse de dinheiro, tratamos dos tipos e justificamos sua escassez entre os inventariados; quanto às mercadorias, além da sua abrangência entre os negociantes, foram destacados os principais produtos arrolados nos inventários e no que concerne a participação das dívidas ativas, identificamos nos maiores credores em valor emprestado, como também em pessoas atingidas e como estava organizado geograficamente o sistema de crédito.

Ainda neste capítulo, estratificamos as fortunas dos negociantes estancianos em oito categorias por monte-mór, a fim de delinear seus perfis socioeconômicos, assim como, demonstramos a distribuição da fortuna em bens de acordo com cada categoria, além de analisarmos as mudanças nas composições das fortunas ao longo das décadas estudadas.

Em **Nas Teias do Crédito**, discutimos como a escassez monetária favoreceu a proliferação de um organizado sistema de crédito na cidade de Estância, pautado nos empréstimos pessoais concedidos por grandes negociantes, que tinham no capital usurário sua principal fonte de riqueza. Esses créditos, por sua vez, não estavam restritos geograficamente aos

limites da cidade, sendo encontrados registros em outras cidades da província, bem como em cidades baianas.

Com base em informações contidas nos inventários *post-mortem*, nos salvados marítimos e nas ações judiciais identificamos quais eram as mercadorias que circulavam no mercado estanciano, as práticas comerciais, as formas de pagamento aceitas nesta praça e onde estavam fixados os estabelecimentos comerciais. Analisamos também como a posse de determinados bens, a exemplo do crédito, possibilitava o acesso ao prestígio e a formação de uma elite mercantil.

Esta pesquisa vem, portanto, contribuir consideravelmente para a história econômica e social do Brasil oitocentista, em particular de Sergipe, na medida em que rever considerações discutidas pelos modelos explicativos da economia escravista-mercantil e sua aplicabilidade em outras regiões agroexportadoras, a exemplo de Estância, além de analisar tanto o comércio como a construção e composição de fortunas mercantis em Estância.

CAPÍTULO I

HOMENS E NEGÓCIOS NA ECONOMIA ESTANCIANA

1.1- Economia Escravista-Mercantil

A busca por modelos teóricos que explicassem a estrutura e a dinâmica da economia escravista-mercantil dominante no Brasil durante a época colonial e o século XIX, culminou com a publicação da célebre obra “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942) de Caio Prado Júnior, que rompeu com a idéia de ciclos, pela qual cada época correspondia a um determinado produto de exportação. Essa obra inaugurou a escola do “sentido da colonização”, também conhecida como Historiografia Clássica, por investigar os fundamentos da nossa economia.

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um sentido. Quem observa (...) não deixará de perceber que se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa e dirigida sempre numa determinada orientação.¹⁴

De acordo com essa linha interpretativa, o Brasil inseriu-se na economia mundial ligado à expansão comercial européia da Época Moderna, momento em que essas economias iniciaram o processo de acumulação primitiva do capital, sendo que o sentido da colonização estaria em a colônia fornecer gêneros tropicais de grande valor comercial para a metrópole. Assim, a grande unidade produtiva de gêneros tropicais, entendida como a grande exploração agrária, foi considerada geradora de riqueza, financiada pelo capital metropolitano e formada por três pilares: monocultura, grande propriedade e mão-de-obra escrava. Segundo Caio Prado

¹⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. p.7.

Júnior, “*é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial*”.¹⁵

Como as grandes extensões agrícolas estavam destinadas a produzir para o mercado externo, foram então reservadas apenas pequenas áreas dentro destas propriedades para a produção de gêneros alimentícios que seriam consumidos pela própria unidade agrária, tornando as *plantations* auto-suficientes, no que concerne à alimentação básica.¹⁶ Desse modo, a economia de subsistência seria voltada para atender “*o consumo local naquilo que não se importa da metrópole, no qual cabe a pequena propriedade e o trabalho independente*”.¹⁷ Essa atividade tinha um papel secundário no conjunto da economia colonial, por ser um apêndice da economia mercantil, na medida que possuía baixa produtividade e rentabilidade, não atraindo investimentos metropolitanos, visto que era voltada para o incipiente e imediato mercado interno, típico das pequenas plantações, utilizando uma participação ínfima da mão-de-obra escrava.

A política econômica colonial consistiu em direcionar as atividades econômicas para os setores da produção de gêneros tropicais agrícolas e da extração de metais preciosos que ao serem vendidos no mercado externo exclusivamente pela metrópole ou por seus outorgados, gerariam um excedente que se transformaria em lucros apropriados pelas burguesias européias, destinados à acumulação capitalista. Por sua vez, a colônia seria o mercado consumidor dos produtos metropolitanos.¹⁸

¹⁵ Ibidem, p. 122.

¹⁶ Ibidem, p. 158.

¹⁷ NOVAIS, Fernando. *A Estrutura e Dinâmica de Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ªed. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 106.

¹⁸ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 39.

O regime do comércio colonial – isto é, o exclusivismo metropolitano no comércio colonial – constituiu-se ao longo dos séculos apropriação por parte dos mercadores das metrópoles, dos lucros excedentes gerados nas economias coloniais: assim, pois, o sistema colonial em funcionamento, configurava uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu.¹⁹

Portanto, a economia colonial fora montada em meio à acumulação primitiva de capital na Europa, estruturada na agricultura de exportação e no monopólio metropolitano sobre o comércio de mercadorias produzidas na colônia, com objetivo de fornecer excedentes para suas economias. Por isso, a economia colonial apresentava-se subordinada às flutuações do mercado internacional, estando desprovida de ritmos próprios, o que culminaria em uma nítida dependência da metrópole, na restrita formação de um mercado interno e de acumulações endógenas.²⁰

Além da grande exploração agrária, outro pilar da economia colonial que contribuiu imensamente para acumulação de capitais pela metrópole foi o tráfico negreiro, na medida que forneceu a *plantation* uma mão-de-obra de baixo custo e de fácil reposição, o que minimizava os custos com a produção e conseqüentemente maximizava os lucros, bem como favoreceu o enriquecimento da burguesia metropolitana que controlava o comércio transatlântico de cativos.²¹

Nesta perspectiva, o grande comércio colonial estava dominado por comerciantes residentes em Portugal, inexistindo na América Portuguesa uma classe comercial importante, sendo a única classe de expressão a dos senhores agrícolas.²²

¹⁹ NOVAIS, Fernando. *A Estrutura e Dinâmica de Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ªed. São Paulo: Hucitec, 1995, p.92.

²⁰ Por acumulação endógena Fragoso considera a retenção do trabalho excedente no interior da economia colonial. FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p 26.

²¹ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 40.

²² FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967, p. 100.

O comércio é privilégio dos reinóis, os nascidos no Reino. Os naturais da colônia encontram aí as portas fechadas, não por determinações legais ou preconceitos de qualquer natureza, mas por um uso estabelecido de longa data, e ciosamente guardado pelos primeiros instalados, justamente os reinóis, que por convenção tácita, mas rigorosa, conservam para si e seus patrícios um monopólio de fato.²³

Ao considerar que o excedente produzido pelas atividades econômicas na colônia permanecia nas mãos dos metropolitanos, os autores citados anteriormente defendiam que a atividade mercantil era exercida exclusivamente por portugueses, mesmo que não houvesse oficialmente proibições para o exercício desta atividade por naturais da colônia.

Para Caio Prado essa rejeição aos naturais da colônia, era justificada pelo receio que estes se tornassem donos de lojas, grandes financistas ou mesmo mantivessem relações diretas com o mercado externo, assim enfraquecendo a política metropolitana. Desse modo, os coloniais eram impedidos de exercer quaisquer funções em casas comerciais, até mesmo como caixeiros. Tal postura foi responsável por querelas entre os portugueses e os naturais da colônia, entre elas a Revolta dos Mascates, em Pernambuco (1710) e a Revolta de Beckmam, no Maranhão (1684).²⁴

Em suma, para os adeptos da Escola Paulista, a economia agroexportadora constituía uma das principais bases da riqueza metropolitana, visto que o seu sentido era fornecer produtos tropicais para a metrópole que se apropriava do excedente, retirando da colônia a maior parcela do capital gerado, o que dificultava a acumulações endógenas.²⁵

Esse modelo explicativo começou a ser contestado em parte a partir da década de 70, sendo as primeiras críticas formuladas por Ciro Flamarion Cardoso e Jacob Gorender, que defendiam a existência de um modo de produção escravista colonial. Para Ciro Cardoso, havia dois sistemas agrários, um dominante e voltado para a exportação de produtos tropicais altamente

²³ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000. p. 287.

²⁴ *Ibidem*, p. 301.

²⁵ *Ibidem*, p.122.

valorizados no mercado europeu e outro camponês, voltado para o mercado interno que também era exercido pelos escravos. Esse modo de produção teria sua lógica associada ao capital mercantil, em que as forças produtivas teriam um baixo nível, devido ao extensivo uso dos recursos naturais e da mão-de-obra e sua rentabilidade dependeria da redução dos custos de produção, buscando a auto-suficiência. Entretanto, Gorender acrescenta que com o escravismo, fundamento da existência deste modo de produção específico, o mercado interno não seria compatível com a produção mercantil.

Esses dois autores criticavam a ênfase dada à transferência de excedente colonial para a metrópole, suscitando a possibilidade de acumulação endógena na colônia como resultado da atividade agrícola ou comercial. Contudo, não rompem totalmente com o modelo comentado anteriormente, na medida em que incorporam o elemento essencial da dependência da colônia frente às flutuações internacionais.²⁶

Em seu estudo sobre a inserção do Brasil no mundo capitalista, João Manuel Cardoso de Melo, discorda do modelo explicativo de Ciro Cardoso, aproximando-se das explicações de Caio Prado, ao considerar que a economia colonial era desprovida de uma lógica própria e que o Brasil só passou a controlar seu excedente econômico com o fim do exclusivismo colonial, ou seja, com a efetiva independência política (1822), entretanto as bases econômicas desta jovem nação permaneceram idênticas as do período colonial.²⁷

Mesmo não rompendo com as premissas clássicas, Jobson Arruda, ao estudar o comércio colonial, considerou que os negociantes residentes no Brasil constituíam um grupo

²⁶ FRAGOSO, João R., FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – C. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993. p. 20.

²⁷ MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 39.

relativamente autônomo desde os tempos coloniais, pois mantinham um intenso e periódico comércio de cabotagem com a África, com a Bacia do Prata e com o Reino de Portugal.²⁸

Destarte, a partir da década de 90, com a proliferação da pesquisa histórica vinculada aos programas de pós-graduação e com o incentivo das agências de pesquisa, tornou-se possível à consulta de novas fontes que possibilitaram a revisão de velhas premissas quase cristalizadas pela historiografia econômica brasileira, bem como a descoberta de novos temas e abordagens. Estes estudos historiográficos demonstram, a partir de análises documentais, a importância da economia de subsistência - que contava inclusive com a utilização de ampliado número de escravos,²⁹ do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos para a acumulação de um capital interno, que por vezes financiou a grande lavoura agroexportadora³⁰ e que a metrópole não tinha controle absoluto sobre as transações comerciais efetuadas pela colônia,³¹ o que possibilitou o acúmulo de capitais no Brasil.

Um dos estudos que procurou inovar sobre essas discussões foi *Homens de Grossa Aventura*, que tratou sobre os comerciantes estabelecidos no Rio de Janeiro entre os anos de 1790 a 1830. Nesta obra, João Fragoso admite a existência de uma economia colonial baseada na produção de gêneros tropicais de larga escala destinados ao mercado externo, bem como na utilização da mão-de-obra escrava. Porém contesta a tese de que todo excedente produzido pela colônia era remetido para a metrópole e que as condições coloniais impossibilitavam a acumulação de capitais internos.³²

²⁸ ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 158.

²⁹ BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.24.

³¹ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

³² FRAGOSO João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. p 35.

Fragoso admitiu a existência de uma formação econômica e social no espaço colonial, resultante da interação do escravismo com outras formas de produção não-capitalistas – um escravismo ligado ao abastecimento interno, a unidade camponesa, uma produção fundada no trabalho livre não-assalariado, bem como a presença de um organizado mercado interno, impulsionado pelo intenso comércio de charque, farinha e produtos voltados para o abastecimento das áreas urbanas, bem como das unidades das *plantations*, considerada pelos adeptos da Escola Paulista como auto-suficiente.

Desse modo, a economia colonial não estava tão volátil as flutuações externas, sendo movidas por estruturas internas e seria no mercado interno “*locus onde se dariam as acumulações endógenas e a reprodução do capital destinado a agroexportação*”.³³

Considerou ainda, que a economia colonial possibilitou o surgimento de fissuras que tiveram no comércio colonial seu grande contribuinte, na medida em que havia entre os negociantes metropolitanos uma disputa de interesses pelas rotas do Cabo, bem como contava com a presença de estrangeiros nesses negócios, a fim de realizar o transporte e distribuição das mercadorias. Esses fatores fizeram com que Portugal não tivesse o absoluto controle sobre essas transações comerciais que aliado ao frágil sistema fiscal permitiram o contrabando e a maior participação de agentes ligados aos interesses da colônia.

As brechas deixadas pela fragilidade da estrutura econômica portuguesa favoreceram ainda, a implantação de uma produção mercantil de alimentos na colônia, assim como a formação de um grupo de mercadores residentes que passaram a reter na colônia o excedente produzido, permitindo desse modo acumulações internas.

Outro setor que possibilitou a retenção de capitais na colônia foi o tráfico negreiro, na medida que se utilizando das brechas da política colonial portuguesa, os comerciantes coloniais

³³ Ibidem, p 27.

estabeleceram contato direto com os fornecedores africanos, onde “*as caixas de açúcar se permutam por africanos*” e transformaram esse vantajoso comércio em bilateral.³⁴

O movimento de homens cativos entre as colônias do Atlântico-Sul (Brasil e possessões na África) fez estreitar as relações de troca de mercadorias entre elas, que não ficou restrita ao açúcar. A cachaça brasileira, mesmo sofrendo a concorrência do vinho e da aguardente européia, conquistou as feiras africanas, o que proporcionou vantajosos lucros aos senhores de engenho. Assim, o lucro gerado pelo comércio entre os dois continentes produziu um excedente colonial que se transformou em capital residente a ser investido na ampliação das forças produtivas ou em bens a serem ostentados.³⁵

Assim, o ritmo da economia colonial não era ditado apenas pela conjuntura internacional, ou seja, a sua reprodução baseava-se também em conjunções internas, o que justifica a elasticidade da agroexportação frente às conjunturas internacionais, observadas nos momentos de queda dos preços internacionais, no qual o Brasil manteve o volume de exportação.

Essa acumulação endógena a partir do mercado interno, possibilitou uma autonomia local frente às vontades metropolitanas, bem como a existência de um capital residente disponível ao crédito. Esse capital interno, nas mãos de um grupo mercantil, proveniente do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos foi capaz de financiar a montagem das unidades agroexportadoras e fomentar atividades mercantis.³⁶

Deste modo, essas novas interpretações históricas³⁷ ampliaram as discussões sobre a participação do capital mercantil na constituição da riqueza do Brasil nos últimos anos do período

³⁴ ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 37.

³⁵ *Ibidem*, p. 307.

³⁶ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 23.

³⁷ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*; FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808 e outros*.

colonial e durante o Império; comprovaram a existência de um mercado interno, movimentado pelas compras efetuadas pela “plantation”, pelos setores urbanos e por outros setores da sociedade. Tal dinâmica econômica possibilitou ainda, a participação de outros agentes que não faziam parte da “plantation” e que tampouco a ela estavam subordinados, mas ligados a atividades de produção e comercialização de gêneros alimentícios.³⁸

Enquanto os outros autores enfatizavam a construção de fortunas ligadas à agroexportação, Fragoso mostrou como o comércio possibilitou o acúmulo de capital nas mãos de pessoas sem muitos recursos financeiros que tiveram a oportunidade de construírem pequenas fortunas longe da *plantation* escravista e da dependência senhorial, em especial para os ex-escravos que buscavam autonomia.³⁹ Como é o caso de Emílio, ex-escravo de José Antonio Pereira Barreto, advogado e também negociante da praça de Estância, que auxiliando seu senhor nos negócios, conseguiu construir várias teias de relações mercantis que o possibilitaram comprar sua alforria e sobreviver em liberdade por meio das atividades mercantis. Essa autonomia e sucesso nos negócios logo suscitou querelas entre os negociantes de longa data estabelecidos na praça, inclusive seu ex-senhor que moveu uma ação cível contra o ex-escravo acusando-o de executar atividades fraudulentas no comércio estanciano.⁴⁰

Para Laura Melo e Souza, a estrutura da econômica da *plantation* possibilitou a proliferação de uma massa de desclassificados – homens livres pobres, que desprovidos dos meios de produção (terra e escravos), estavam mais vulneráveis as flutuações e incertezas do da economia colonial, já que não tinham acesso às fontes geradoras de riqueza imediata, assim

³⁸ COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-Miúda: Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992. p.105.

³⁹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 127.

⁴⁰ AGJES – Ação Libelo Cível nº 03 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1863.

recorriam ao comércio como meio de sobrevivência.⁴¹ Para iniciar suas atividades comerciais poderiam contar com empréstimos ou mesmo tentar a sorte como caixeiro de grandes negociantes.

Para os desprovidos de recursos financeiros, tornar-se caixeiro significava além de trabalhar nas casas comerciais auxiliando os negociantes em suas atividades, era vivenciar a prática da arte de negociar, era manter contatos comerciais e a possibilidade, mediante empréstimos, de possuir sua própria loja. Entre os inventariados em Estância no período estudado, foram identificados dois caixeiros, que não conseguiram realizar o sonho de possuir uma casa comercial, apesar desta atividade ter lhes possibilitado a construção de uma modesta fortuna.

Assim, Pedro Ferreira do Nascimento,⁴² iniciou sua jornada no ramo mercantil como caixeiro do negociante Aynarim Pereira Leite, conseguindo acumular uma fortuna de 2:970\$000, distribuída na posse de dois escravos (700\$000), uma casinha situada no centro comercial de Estância (300\$000) e dois sítios (1:400\$000), além de poucos móveis (90\$000), vinte quatro cabeças de gado vacum e dívidas passivas com dois negociantes estancianos totalizando 274\$000.

Desse modo, para compreendermos o funcionamento da economia brasileira no período estudado, baseada nos pilares da “plantation” escravista, se faz mister conceituarmos o tipo de capital que a financiou.

Dada as peculiaridades da nossa economia, produção mercantil que utilizava formas não-capitalistas de sobretrabalho, a exemplo do trabalho camponês e do escravo, optamos pela

⁴¹ MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 62.

⁴² AGJES - Inventário n.º 09caixa 72-A Cartório do 2º Ofício de Estância – 1875.

definição de Costa,⁴³ ao considerar o Capital Escravista-Mercantil uma forma específica de capital. Escravista por utilizar o trabalho escravo para a produção de mercadorias tendo em vista a exportação, e mercantil por ter no capital comercial seu financiador para suprimentos agrícolas, fornecimento de mão-de-obra africana e bens de consumo e de produção vindos da Europa.

O Capital Escravista-Mercantil se fez presente nessa economia através de empréstimos, sendo uma das maneiras para que os lusitanos sem recursos para instalar engenhos pudessem alcançar o título de senhor,⁴⁴ na medida em que para esses, migrar para as terras descobertas significava bem mais que passar para o purgatório terrestre; era uma oportunidade de enobrecimento, já que explorar a terra, possuir escravos e participar da produção de açúcar representava ascensão social.⁴⁵

Entretanto, o pagamento das dívidas contraídas junto aos credores portugueses e residentes, aliada a escassez de moedas nas terras tupi retardou, o enriquecimento almejado pelos senhores de engenho. Perante essa escassez monetária, apresentou-se como alternativa a permuta de gêneros agrícolas por créditos, fornecidos pelos comerciantes em forma de mercadorias aos senhores de engenho que seriam saldados com as safras.⁴⁶

Diante desse cenário, algumas mudanças passaram ocorrer gradativamente na economia colonial, em especial, a partir do advento da vinda da família real portuguesa para o Brasil (1808), devido aos conflitos entre a França e a Inglaterra, o Brasil passou a ser a sede

⁴³ PIRES, Júlio Manuel, COSTA, Iraci del Nero. “O capital escravista mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação” In: *Estudos Avançados*. 14 (38), 2000 p.88.

⁴⁴ “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, o ser servido, obedecido e respeitado por muitos”. (ANTONIL, 1982:24).

⁴⁵ FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1988. p.80.

⁴⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 182.

provisória do governo português, iniciando o seu processo emancipatório. Contudo não alteraram sua estrutura escravista-mercantil.⁴⁷

Para adequar a colônia à condição de sede provisória do Império Lusitano foram tomadas algumas medidas que trouxeram mudanças na política econômica colonial e tiveram como principal consequência a quebra do exclusivismo metropolitano na economia brasileira. Entre as principais medidas, temos em 1808 a abertura dos portos do Brasil ao comércio com todas as nações estrangeiras, medida que favoreceu, sobretudo a Inglaterra, que passou a invadir os portos brasileiros com seus produtos.

Em 1810, foi assinado o tratado de comércio com a Inglaterra que reforçava as vantagens desta nação sobre o mercado brasileiro, neste mesmo ano D. João VI – influenciado pelo liberalismo econômico, permitiu o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas, bem como autorizou a comercialização de qualquer mercadoria pelas ruas e casas da colônia, desde que estas tivessem pagado os tributos e finalmente em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino.

Mesmo com a suspensão do alvará que proibia a fabricação de manufaturas na colônia, as incipientes fábricas instaladas no Brasil não foram capazes de concorrer com os produtos ingleses que tiveram livre acesso ao mercado colonial logo após a sanção do Tratados de Aliança e Amizade e o de Comércio e Navegação, assinados entre Portugal e Inglaterra. Deste modo, ao registrar suas memórias, Gilberto Amado percebeu a onipresença dos produtos ingleses na sociedade estanciana, não faltando nas prateleiras das principais casas comerciais estancianas, que anunciavam a venda dos mais finos tecidos franceses, perfumes ingleses, iguarias portuguesas, entre outros. Assim, para Amado:

⁴⁷ ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 346.

O Brasil não produzia um metro de seda, um sapato, um novelo de linha: tudo vinha do estrangeiro. Nos caixões nomes indecifráveis para mim. Calçado só inglês, fazenda de senhora, merinó, gorgorão; chinelos, de trança, cara-de-gato; chales de lã, a seda pesada; a roupa dos homens, no clima tropical, feita de tecido inglês [...] Os nomes estrangeiros tornavam-nos familiares de tanto os vemos em fardos e embalagens. A Rumânia foi um dos países que mais cedo conheci por causa das caixas de querosene. A manteiga era francesa, Brételes-Frères, Le Pelletier, demagny; magnésia de Murray, purgante de Leroy.⁴⁸

Neste contexto, o Brasil abandonou a condição de colônia, garantiu sua integridade territorial e consolidou-se enquanto nação independente, contudo tal transformação não possibilitou o rompimento com o modelo agroexportador escravista e mercantil, perdurando até o final do século XIX.⁴⁹

Segundo Jorge Caldeira, a queda do exclusivismo colonial, processo iniciado em 1808, com a abertura dos portos as nações amigas e consolidada em 1822 com a independência do Brasil, não alterou o ritmo da economia interna, já que o Brasil tinha uma organização própria, não dependente da economia metropolitana.⁵⁰

No entanto, quanto à política econômica internacional, a independência política do Brasil (1822) correspondeu à quebra do exclusivismo metropolitano português, que foi substituído pelo domínio inglês na economia, devido os contratos comerciais estabelecidos com esta nação ao longo do século XIX que lhe garantiram vantajosos lucros.

Sob a tutela inglesa, oficializada com o tratado de 1810, a economia brasileira passou a ser invadida por seus produtos manufaturados. Essa medida favoreceu ao comércio, na medida

⁴⁸ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 28.

⁴⁹ PINTO, Virgínio Noya. "Balanço das transformações econômicas no século XIX". In: Motta, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 8ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 145.

⁵⁰ CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 322.

em que os comerciantes locais passaram a comprar os produtos ingleses sem maiores tarifas alfandegárias, assim puderam aumentar seus lucros.⁵¹

Luis Felipe de Alencastro observou que com o fim do tráfico internacional de escravos (1850) houve um retorno das divisas obtidas nas vendas de produtos de exportação, até então reservados para financiar a compra de africanos, o que favoreceu o crescimento na entrada de produtos importados – bens de consumo, semiduráveis, duráveis, supérfluos, jóias etc - destinados aos consumidores endinheirados da corte e das zonas rurais vizinhas.⁵²

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, foram trasladados para a sociedade tupiniquim hábitos europeus, como o uso de fazendas francesas e inglesas – chapelinhos, vestidos, capelas de flores, etc, bem como o uso de bengalas e de tecidos impróprios ao clima tropical. O luxo desmedido serviu como maneira de ostentar a riqueza entre os mais afortunados como registrou Antonio Moniz Souza:

É incalculável o prejuízo que o Brasil tem sofrido com o desenvolvimento do luxo. Eu me compadeço do povo centra; as mulheres, principalmente, consomem dias, e noites empregadas em manufaturas de algodões, bem como fazem delicadas redes e cobertas importantes, fustões finíssimos e outros muitos panos de tecido mui fino e de longa duram de que podiam usar vestidos; e cegas pelo luxo que querem ostentar entregam fielmente.⁵³

⁵¹ Ibidem, p. 330.

⁵² ALENCASTRO, Luís Felipe de. “Vida privada e ordem privada no Império”. In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 37.

⁵³ SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, p. 95.

1.2 – Sergipe na Economia Escravista-Mercantil

A conquista do território sergipano por Cristóvão de Barros, no fim do século XVI, deu-se de modo violento, devido aos conflitos entre os povos da terra e os conquistadores. O interesse metropolitano pelas terras Serigis foi motivado pelo latifundiário Garcia D' Ávila, desejoso por expandir sua criação de gado para terras além do Rio Real, sendo a vitória portuguesa consolidada em 1590, com a derrota dos nativos e a fundação da cidade de São Cristóvão, capital de Sergipe até 1855.⁵⁴

Dessa forma, desenvolveu-se o processo colonizador em Sergipe, partindo do sul rumo ao norte, tendo nas margens dos rios Real e Piauí o registro de povoações em 1596 e pedido de terras para povoar, cultivar cana e instalar engenho em 1621.⁵⁵

Segundo Maria da Glória Almeida, a economia sergipana teria florescido apoiada principalmente na criação de gado e na agricultura de subsistência, não acompanhando o ritmo das demais capitanias nordestinas que ergueram suas economias sob a égide da lavoura canavieira,⁵⁶ estando inserida na economia nacional como uma economia dependente da baiana, uma mera expansão deste mercado.⁵⁷

O comércio sergipano abastecia-se exclusivamente na Bahia, “*de onde se importava fazendas de algodão, linho, tecidos de seda, de lona, ferragens, pólvora, escravos*”, que em troca

⁵⁴ FREIRE, Felisbelo. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe. Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAN, 1995. p.26.

⁵⁵ *Ibidem*. p.30.

⁵⁶ ALMEIDA, M. G. S. *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976. p.483.

⁵⁷ ALMEIDA, M. G. S. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.15.

fornecia caixas de açúcar, algodão, fumo, cereais, couros secos, sola branca, gado, cavalos e porcos.⁵⁸

A dependência econômica de Sergipe para com a Bahia, era reforçada pela ausência de vias férreas e de uma rede de transportes fluviais na capitania que possibilitasse comunicações externas com outras capitanias, sendo o único meio de comunicação a navegação de cabotagem feita para a cidade da Bahia.⁵⁹

As mercadorias chegavam a Sergipe pela navegação de cabotagem, depois de passar por mercados nacionais, particularmente o baiano. A importação direta nunca chegou a se desenvolver. Vindos de passagem por outros portos brasileiros, gêneros estrangeiros comprados passavam a ser revendidos a retalho, caríssimos e de qualidade inferior.⁶⁰

Apesar de Sergipe não possuir condições tão favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar devido aos solos arenosos e aos altos índices pluviométricos registrados no inverno, aspectos que levariam ao apodrecimento das plantas, a ambição pelos “açucarados” lucros criados pela atividade canavieira possibilitou a implantação dessa atividade.

Entretanto, foi na segunda metade do século XVIII que Sergipe deixou de ser apenas uma área subsidiária - fornecedora de alimentos e de animais para o Recôncavo Baiano, principalmente farinha de mandioca, milho, tabaco, algodão, porcos e galinhas⁶¹ - convertendo-se numa área de expansão da agroindústria açucareira baiana,⁶² para onde seguia o açúcar produzido por mais de cem engenhos, já no século XVII.⁶³

⁵⁸ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 219.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 63.

⁶⁰ ALMEIDA, M. G. S. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.154.

⁶¹ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, 1998.(Tese de Doutorado em História Econômica apresentada na USP), p. 96.

⁶² PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: FUNCAJU, 2000, p. 54.

⁶³ BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: Açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1790-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 132.

Os últimos anos do setecentos foram para Sergipe de grande prosperidade econômica, o que demonstrou o seu potencial, por vezes ofuscado pela dependência da cidade da Bahia.⁶⁴ A integração de Sergipe ao mercado colonial foi marcada pela expansão da lavoura canavieira, evidenciado pela ampliação do número de engenhos, aumento da produção de aguardente pelos alambiques existentes nos engenhos, bem como pela exportação do algodão impulsionado pela Guerra de Independência dos Estados Unidos, crescimento da exportação da farinha de mandioca para as províncias da Bahia e Pernambuco, além das exportações de tucum em rama ou fiado, carne, sola, fumo, arroz e gado.⁶⁵

Deste modo, a emancipação da capitania de Sergipe Del Rey, concedida por D. João VI em 08 de julho de 1820 foi resultado da prosperidade econômica vivida nos últimos anos do século XVIII.⁶⁶

No entanto, a emancipação sergipana não agradou aos baianos que se aproveitaram das inquietações provocadas pela Revolução Constitucional do Porto (1820) para desfazer o ato de D. João VI. O governo instalado na Bahia era favorável a Revolução, que visava entre outras coisas, à manutenção dos laços coloniais entre Portugal e o Brasil.

A historiadora Thetis Nunes justifica a importância de Sergipe para a junta rebelde:

Para o governo luso na Bahia, era imprescindível manter o controle sobre o território sergipano, que lhe garantiria o abastecimento de mantimentos, especialmente a carne, às tropas recolonizadoras aquarteladas em Salvador em luta contra os patriotas do Recôncavo.⁶⁷

⁶⁴ Nome pelo qual era chamada a cidade de Salvador, capital da Província da Bahia.

⁶⁵ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p.27.

⁶⁶ NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820 (1820-1831)* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978, p.37.

⁶⁷ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p.51.

A campanha de retorno ao domínio baiano sobre a capitania de Sergipe ganhou a adesão da aristocracia local, pois a maioria dos senhores de engenho e negociantes sergipanos, estava presa por compromissos financeiros aos portugueses residentes em Salvador, por isso não resistiram à anulação da carta régia de D. João VI que estabelecia a independência de Sergipe.

O primeiro governador da capitania de Sergipe Del Rey, Bulamarque tomou posse em 20 de janeiro de 1821 e foi deposto pelas tropas vindas de Salvador no dia 28 do mês seguinte, movimento que teve como base de apoio à povoação de Estância, onde o capitão-mor Guilherme Nabuco defendia a reintegração à Bahia afirmando:

Ninguém quer a independência, senão os que estão no governo ou nele queiram entrar, os taverneiros, e donos das cidades, pois que sejam quais forem às vantagens que se sigam da independência, elas não pagam a metade das liberdades que se perde.⁶⁸

Uma das liberdades que o capitão se refere é justamente à distância do governo central, que favorecia a uma concentração de poderes nas mãos da aristocracia local. A outra, corresponde às liberdades que gozavam o comércio pela ausência de fiscais de rendas nas principais barras de exportação, o que favorecia o contrabando. Uma das primeiras medidas de Bulamarque foi instituir fiscais de impostos de exportação nos portos da Cotinguiba, Estância e Itaporanga, postura que contrariou os interesses dos negociantes locais.⁶⁹

No ensejo de 1822, os interesses da independência nacional confundiram-se com as lutas de emancipação de Sergipe, sendo a Província finalmente emancipada em 1822.⁷⁰

Entretanto, a fragilidade do sistema econômico desenvolvido em Sergipe, criado para fornecer gêneros alimentícios e açúcar para a Bahia, a qual estipulava os preços e os

⁶⁸ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 245.

⁶⁹ NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820 (1820-1831)* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978, p.41.

⁷⁰ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 256.

comercializava com o mercado externo, aliada a falta de um porto capaz de escoar a produção sergipana, favoreceram a permanência dos laços de dependência com a Bahia, que mesmo com a independência política continuou a exercer seu poder sobre Sergipe, principalmente por meio do controle da navegação e pela posse de crédito.⁷¹

A exportação direta dos produtos sergipanos - que ocorreu temporariamente com o fechamento do porto de Salvador durante a Revolta da Sabinada, em que Sergipe passou a remeter seus produtos diretamente para a Corte,⁷² era uma aspiração das autoridades provinciais, vista como única possibilidade de romper com o monopólio das casas comerciais baianas na compra dos produtos locais, bem como no fornecimento de bens importados e financiamento da produção.⁷³

Todavia, ainda na primeira metade do século XIX, o desenvolvimento da atividade açucareira em Sergipe, atraiu a presença de casas comerciais estrangeiras, que passaram a atuar no mercado sergipano como agências financiadoras tanto da produção açucareira como dos comerciantes locais. Suas atividades estendiam-se a exportação do açúcar e dos produtos locais, além de comercializarem diretamente os produtos importados.⁷⁴

Apesar da conjuntura favorável no início do Oitocentos, a província de Sergipe assistiu na década de 50 a uma das piores crises econômicas do século, devido às sucessivas secas, circulação de moedas falsas em várias cidades que prejudicaram as atividades comerciais, a extinção do tráfico internacional de escravos, forçando a transferência de braços das atividades de subsistência para a lavoura açucareira e à eclosão do *cólera-morbo* que dizimou parte da

⁷¹ ALMEIDA, M. G. S. *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984, p.119.

⁷² *Ibidem*, p.82.

⁷³ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe (1850-1930). Aracaju: FUNCAJU, 2000, p. 43.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 48.

população cativa, bem como a alegação dos senhores escravistas que faltavam braços para a lavoura.⁷⁵

Durante o século XIX, as exportações sergipanas eram principalmente o açúcar, o algodão em rama e em lã, aguardente, couro salgado, coco, milho, sal e lenha, enquanto as importações constituíam-se de tecidos, ferramentas, utilidades do lar, finas iguarias, dentre outros. Conforme observou Passos Subrinho, quase tudo que se importava em Sergipe era proveniente das praças estrangeiras que correspondia a 80% das importações.⁷⁶

Neste cenário, Sergipe permaneceu durante os oitocentos com a economia assentada na agricultura de exportação, sendo registrada no final do século o surgimento de algumas indústrias têxteis.

Assim, a economia sergipana foi durante o período colonial e parte do século XIX moldada sobre os ditames da *plantation*, na qual a produção era realizada nas grandes unidades agrícolas, baseada no trabalho escravo e destinada à exportação, tendo como seu principal mercado a Província da Bahia. Ao lado deste sistema produtivo, desenvolveu-se uma economia voltada para o abastecimento interno, que por sua vez, também utilizava mão-de-obra escrava - a exemplo das lavouras de mandioca - que possibilitou o surgimento de um mercado interno fomentado pelo comércio de mercadorias vindas da Praça Baiana, integrando-se à economia escravista -mercantil.

⁷⁵ ALMEIDA, M. G. S. *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976, p. 515.

⁷⁶ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe (1850-1930). Aracaju: FUNCAJU, 2000, p. 48.

1.3- O florescimento de Estância, a Princesa do Piauitinga

Entretanto, em meio ao processo colonizador, o sucesso do povoamento na região sul da capitania é evidenciado pela criação da Vila de Santa Luzia em 1698 - que englobava o então povoado de Estância; maior produtora de farinha de mandioca e fornecedora do mercado da cidade de Salvador.

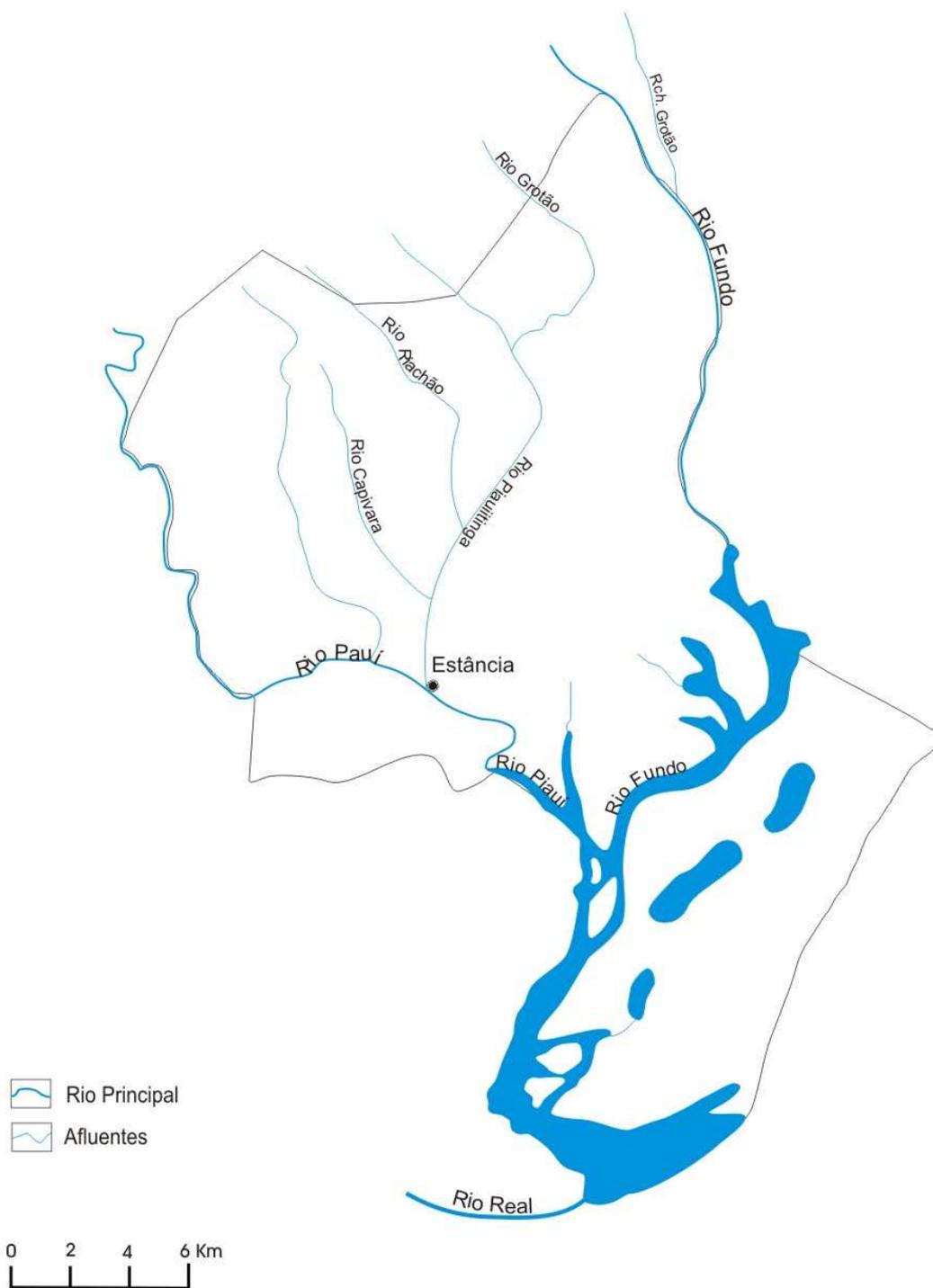
Por carta de sesmaria, datada de 16 de setembro de 1621, o capitão-mor da capitania de Sergipe, João Mendes, fez doação a Pedro Homem da Costa e a Pedro Alves, concunhados, das terras às margens do rio Piauí, na cachoeira que se encontra o citado rio, abrangendo a área em que foi assentada a povoação de Estância, para que estes povoassem o local, cultivassem cana-de-açúcar e instalassem um engenho. Nesta carta, o capitão-mor faz alusão a aquisições anteriores destas terras, inclusive do sogro dos requerentes, que já havia plantado roças e cana.⁷⁷

Segundo Felisbello Freire, a região que engloba a Estância oitocentista, já era motivo de cobiça antes mesmo da efetiva conquista pelos portugueses. Os homens que acompanharam Gaspar Lourenço, por volta de 1575, foram os primeiros edificar moradas junto as correntes do Piauitinga.⁷⁸

⁷⁷ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 408.

⁷⁸ FREIRE, Felisbello. *História territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe. Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAN, 1995. p. 30.

FIGURA 02
ESTÂNCIA -SE
HIDROGRAFIA
1820 - 1888



Fonte: DER-SE, 1996
Organização: Sheyla Farias Silva
Digitalização: Hunaldo Lima

Agraciada por um conjunto de flora, fauna, hidrografia e clima ameno, a formosura de Estância foi registrada por vários viajantes. O imperador D. Pedro II, em sua excursão pelas Províncias do Norte (1860), não poupou elogios ao visitar a encantada Estância, que a chamou “Jardim de Sergipe”.⁷⁹

Frente à alavanca açucareira, a povoação de Estância, banhada pelos rios navegáveis Piauí e Piauitinga utilizados para a exportação de açúcar, logo prosperou, tornando-se um importante núcleo urbano e comercial da região.

Com o surgimento da povoação de Estância, junto às águas cristalinas do Rio Piauitinga, a vila de Santa Luzia ficou desolada, pois a população e o comércio migraram para a então povoação. Não tardou para que o pároco, os ouvidores e camaristas também passassem a residir em Estância. Desde o século XVIII, a povoação de Estância dava sinais de prosperidade, em detrimento da vila de Santa Luzia.

[Santa Luzia] teve pouco crescimento, principalmente depois que apareceu a povoação de Estância, para onde concorreu à população e comércio, de forma que era nesse povoado onde se aposentavam os ouvidores quando iam correger aquele Termo, sendo essa razão da mudança que se deu da sede da dita Vila de Santa Luzia para a Estância, no ano de 1831.⁸⁰

Em 1757, a povoação de Estância recebeu concessão para sediar vereações, audiências, arrematações e outros atos judiciais, por nela residir quase toda oficialidade da vila de Santa Luzia (párocos, escrivãos, camaristas etc.) e em 1831 tornou-se Vila Constitucional de Estância.⁸¹

⁷⁹ Diário do Imperador Pedro II na sua visita a Sergipe, em janeiro de 1860. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 21, n. 26b, p. 64-78, 1965.

⁸⁰ TRAVASSOS, Antônio José da Silva. “Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 3, n. 6, p. 92, 1916.

⁸¹ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 64.

Nesta época a formosa vila de Estância já constituía um centro econômico e cultural da Província. Contava com 706 prédios urbanos que pagavam a décima imperial, enquanto a vila de Santa Luzia, a qual estava subordinada possuía apenas 91.⁸² Situação que colaborou para que em 04 de maio de 1848, Estância fosse elevada à categoria de cidade e em 1833 fosse o berço da imprensa sergipana com jornal o Recopilador Sergipano.

Estância supria as deficiências de produção de gêneros alimentícios e de primeiras necessidades de Santa Luzia, Lagarto e principalmente da capital - São Cristóvão, que muitas vezes se ressentia dos gêneros de primeiras necessidades. Sua produção era calculada em 2000 arrobas de farinha de mandioca, 150000 alqueires de milho, 3000 alqueires de feijão e 1000 alqueires de arroz. Os produtos obtidos nos seus sítios eram o fumo (300 arrobas), o tucum (3000 arrobas), a mamona (2000 alqueires) e o coco (300 milheiros).⁸³

Com a economia pautada na agroexportação de açúcar e no comércio, Estância tornou-se no século XIX, o mais importante centro comercial e populacional da Província, excetuando a capital, São Cristóvão e a partir de 1855 Aracaju,⁸⁴ sendo notória a influência dessa praça sobre as cidades de Lagarto, Santa Luzia, Espírito Santo, Itabaianinha, Simão Dias, Riachão, Boquim, Arauá e algumas cidades baianas.⁸⁵

Distando apenas cinco léguas do mar e contando com uma extensa rede fluvial, formada pelos rios Piauí, Piauitinga e os riachos Guareacema e Indiatuba, Estância se utilizou deles para o fomento do comércio com regiões vizinhas. As sumacas entravam pela barra do rio Real e ancoravam em frente à cidade para escoar os produtos.⁸⁶

⁸² MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986, p. 101.

⁸³ ALMEIDA, Maria da G. "Estrutura da produção de alimentos na Província de Sergipe (1855-1860)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 27, 1965/1978, p. 21, 1978.

⁸⁴ CASAL, Manoel Aires do. *Corografia Basilica*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p 240.

⁸⁵ Itapicuru, Abadia, além da cidade da Bahia (Salvador).

⁸⁶ ALMEIDA, *Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis: Vozes, 1984 p. 26.

Os rios que formavam a barra do rio Real tornaram-se os mais importante e navegáveis de Sergipe no século XIX, apesar do difícil acesso devido às periódicas águas violentas que exigiam conhecimento técnico na arte de navegar. Contudo, ofereciam boas condições de navegação, contavam com largos estuários, bocas escancaradas que permitiam a entrada de barcos que poderiam ir mais longe em busca e na distribuição de produtos.

Aproveitando-se da união dos rios Piauí e Rio Fundo, foi edificado o porto de Estância, localizado no lugar denominado Biriba, distando 12 quilômetros do núcleo urbano. Por este porto entravam pequenas embarcações (sumacas e lanchas) que traziam os produtos a serem comercializados pelos negociantes desta praça. Segundo Laudelino Freire, depois do porto de Aracaju – que escoava a produção de açúcar da região do Cotinguiba, o porto de Estância era o mais comercial da Província de Sergipe.⁸⁷

Gilberto Amado informou que as mercadorias que abasteciam a praça estanciana vinham de Cachoeira da Abadia, vila baiana e destacou a presença de produtos portugueses nas lojas da cidade, “*Barris de vinho, latas de passas, de ameixas, de azeitonas, de azeite doce, de sardinhas, amarrados de cebolas e de batatas do reino, aletria e outros gêneros alimentícios*”.⁸⁸

Essa prosperidade econômica de Estância, a tornou em meados do século XIX um dos núcleos urbanos mais populosos da Província, contando com 3.231 fogos, enquanto São Cristóvão, então capital da Província possuía 3.624 fogos.⁸⁹ O dinamismo econômico da “Princesa do Piauítinga”, a transformou em pólo atrativo da região sul da Província, para onde migravam pessoas de diversas partes em busca do sonho de construir fortunas.

⁸⁷ FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H. Garnier Irmãos. 1896, p.29.

⁸⁸ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p 12.

⁸⁹ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 305.

Ao tomarmos a lista de qualificação de votantes como fonte para analisar as categorias sócio-econômicas, constatamos que na cidade de Estância havia uma diversificada oferta de serviços, o que comprova sua prosperidade.

De acordo com a lista de qualificação de votantes dos anos de 1853 e 1862 da cidade de Estância, percebemos que 7,8% dos homens foram declarados como negociantes, entretanto devemos ressaltar que esta documentação excluía mulheres e os que não alcançassem a renda mínima para votar. Temos ainda o expressivo registro de ofícios ligados às atividades comerciais, como os padeiros, caixeiros, marchantes, barbeiros, serradores, pedreiros, boticários, sapateiros, entre outros.

Quadro 1.1
Estância – Sergipe
1853 e 1862

Categorias Sócio-econômicas dos Votantes

Categorias Profissionais	N.º de casos	%
Alfaiate	65	2,3
Carpina	148	5,3
Estudante	2	0,07
Funcionário Público	35	1,3
Lavrador	1612	58
Militar	1	0,03
Negociante	216	7,8
Ofícios mecânicos e artesanato ¹	198	7,1
Pescador	191	6,8
Profissionais Liberais ²	38	1,3
Proprietário agrícola	68	2,5
Trabalhadores do comércio ³	18	0,6
Trabalhadores do engenho ⁴	34	1,2
Trabalhadores do transporte ⁵	121	4,4
Vaqueiro	13	0,5
Vigário	16	0,7
Total	2776	100

Fonte: Lista de Qualificação de Votantes de Estância (1853 e 1862) – Arquivo Público do Estado de Sergipe.

1 Carpinteiro, ferreiro, funileiro, marceneiro, oleiro, ouvires, pedreiro, serrador, seleiro, sapateiro, fogueteiro;

2 Advogado, professor, médico, boticário, músico;

3 Padeiro, caixeiro, marchante, barbeiro;

4 Caldeiro, caldeireiro, mestre do açúcar, purgador;

5 Embarcado, embarcador, armador, marinheiro, marítimo, passador, tanoeiro, carreiro, calafate,

A proximidade com o rio Real possibilitou o contato com o mercado baiano, que aliado com a necessidade de dominar as técnicas de navegar e com a vocação mercantil, justifica a presença de homens em ocupações ligadas à navegação. Segundo as listas mencionadas, foram registradas as profissões de embarcado, embarcador, armador, marinheiro, marítimo, passado, piloto, tanoeiro e calafate correspondendo a 4,2% das profissões dos votantes. Entretanto, alguns negociantes estancianos interessados em efetuar as compras de mercadorias diretamente com os fornecedores, que em geral residiam na praça da cidade da Bahia, tornaram-se proprietários de embarcações, evitando assim as especulações dos atravessadores, ao tempo que se tornavam negociantes de grosso trato, revendendo parte das mercadorias e aumentando seus lucros.

Entre os negociantes inventariados da cidade de Estância eram proprietários de embarcações: José da Costa Lisboa,⁹⁰ português, negociante, mestre e dono da Sumanca Amizade; José Daniel de Magalhães,⁹¹ negociante, mestre e dono do Lanchão São José; Modesto dos Santos Ferreira⁹² e Jecundino Vicente de Souza, negociantes e donos do Hiato Nacional Olinda; Joaquim Ferreira da Costa e Antonio José Vieira,⁹³ negociantes e donos da Sumanca Correio de Estância. Outros eram donos de pequenas embarcações, próprias para navegação nos riachos, utilizadas para transportar suas mercadorias para locais fora do núcleo urbano de Estância, entre estes estão: Jerônimo Antonio Mascarenhas,⁹⁴ dono de uma canoa grande que já foi a vapor, de uma canoa pequena e de outra que assistia a que foi a vapor e Antonio José Ribeiro⁹⁵ sócio da metade da embarcação chamada de Rozarinho.

⁹⁰ AGJES - Inventário n.º 02 caixa 62 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1862.

⁹¹ AGJES - Inventário n.º 03 caixa 56 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1858.

⁹² AGJES – Inventário n.º 03 caixa 74-A Cartório do 2º Ofício de Estância – 1878.

⁹³ AGJES - Salvados Marítimos n.º 01 caixa 01 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1853.

⁹⁴ AGJES - Inventário n.º 18 caixa 78 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1886.

⁹⁵ AGJES - Inventário n.º 08 caixa 14 Cartório do 2º Ofício de Estância – 1823.

Pelo porto estanciano exportavam-se dezessete artigos diferentes, contudo, mais de 85% do valor da exportação obtinham-se com açúcar, produzido nos sessenta e cinco engenhos da cidade, pelo qual era permutada a mercadoria vinda da praça baiana.⁹⁶

Em suma, foi neste cenário que a Estância oitocentista tornou-se o maior núcleo urbano da região sul, como também um grande centro açucareiro e comercial, caracterizado pela constante presença de dívidas ativas, compostas por contas-correntes, letras e créditos pessoais, conquistando assim certa autonomia econômica frente a capital administrativa da Província. Portanto, Estância refletia as características dominantes na economia do Brasil do século XIX.

1.4 - Mercadores na Estância Escravista

De acordo com a carta régia de 08 de maio de 1705, a palavra mercador se aplicava “*somente as pessoas que assistiam em lojas abertas, vendendo, medindo e passando ao povo qualquer gênero de mercadoria.*”⁹⁷ Então em que categoria enquadrar-se-iam os vendedores ambulantes, os financistas, os comerciantes de grosso trato e os homens de negócio?

Com a criação da Mesa do Bem Comum dos Mercadores (1757), foi oficializada a divisão entre homens de negócio - grandes comerciantes e financistas, os negociantes de grosso trato (atacadistas) e os mercadores de loja.⁹⁸

⁹⁶ ALMEIDA, M. G. S. *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976, p. 494.

⁹⁷ BOXER, *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969, p.132.

⁹⁸ PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. “Problemas de vocábulo social”. In: *Os homens de negócio de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 615 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Economia Históricas) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, p.71.

Segundo Jorge Pedreira, eram considerados negociantes, durante o século XIX, todos aqueles que exercessem atividades econômicas ligadas ao comércio de grosso trato à indústria, de finanças a bancos, incluindo os agricultores voltados ao comércio dos gêneros produzidos.

Para este estudo, adotamos o conceito de Kátia Mattoso que considerou como homem de negócios “*aquele que exerce a profissão de negociante qualquer seja o vulto de seus negócios*”,⁹⁹ sejam eles capitalistas – aqueles que emprestavam dinheiro a juros, a risco ou em letras; donos de lojas de grosso trato, retalhistas ou ambulantes, atravessadores, ou seja, todos aqueles que fossem agentes de relações mercantis.

Desde o *medievo* que a profissão de mercador era vista como inferior, carregando em si o estigma de que era exercida por parasitas e aproveitadores dispostos a enriquecer as custas dos mais pobres.¹⁰⁰ Em Portugal, a figura dos homens de negócios estava associada aos cristão-novos (judeus), que se dedicavam ao comércio e ao empréstimo de dinheiro a juros, práticas então condenadas pela Igreja Católica. Assim o argumento religioso reforçou o preconceito para com os negociantes.¹⁰¹

O desprezo pelo comerciante e pela sua profissão estava profundamente enraizado na sociedade portuguesa e tinha suas raízes na hierarquia medieval cristã, que colocava o mercador mais abaixo na escala social do que os praticantes das sete artes mecânicas: camponeses, caçadores, soldados, marinheiros, cirurgiões, tecelões e ferreiros.¹⁰²

⁹⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 248.

¹⁰⁰ BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969, p. 129.

¹⁰¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.29.

¹⁰² BOXER, C. R. A. *O Império Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 1969, p.353.

Entretanto, por mais desprezível que fosse a atividade mercantil, esta não deixou de ser praticada por aqueles desprovidos de maiores recursos financeiros e desejassem ingressar no mundo das riquezas.¹⁰³

Durante os primeiros séculos da colonização esse preconceito contra a atividade mercantil e o trabalho manual foi trasladado de Portugal para o Brasil.¹⁰⁴

Aliado a este preconceito, havia outro nas terras tupiniquins que dizia respeito ao exercício da atividade mercantil pelos naturais da terra. Atitude que gerou inúmeros conflitos a exemplo da Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710) apesar de oficialmente, os negociantes naturais do Brasil não sofrerem nenhuma restrição.

Foi observado por Russel-Wood, que devido à crise na economia açucareira no final do século XVII, a Santa Casa de Misericórdia da cidade da Bahia passou por dificuldades financeiras, sendo os compromissos da entidade assumidos por homens de negócio. Contudo, mesmo estando a açucocracia baiana falida, seus membros não estavam dispostos a renunciar aos cargos desta entidade, tampouco de repartir seu espaço com uma classe emergente, assim:

A posição de homem de negócios era ambígua e difícil no império português ultramarino. Era desprezado pela população como cristão-novo, mas apoiado pela Coroa como meio de prover os cofres reais. O sucesso financeiro precedeu a aceitação social.¹⁰⁵

O preconceito contra a profissão de comerciantes começaram a diminuir com as reformas pombalinas que buscaram associar os homens de negócio do Reino à sociedade, a fim de criar uma burguesia nacional que promovesse a prosperidade da nação.

¹⁰³ BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969, p. 129.

¹⁰⁴ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed., Porto Alegre: Globo, 1979, p. 129.

¹⁰⁵ RUSSEL-WOOD, A. J. L. *Fidalgos e Filantropos*. Brasília: Editora da UNB, 1981. p. 92.

Em sua política ilustrada, Pombal percebeu que sem a cooperação dos negociantes para promover o desenvolvimento do comércio colonial seria inviável a maximização das potencialidades dos produtos tropicais fornecidos pelas colônias, o que prejudicaria seu propósito de reestruturar a economia lusitana e fomentar as manufaturas. Desde modo, logo tratou de integrar os homens de negócios do Reino à sociedade, por meio da distribuição de honrarias e ao considerar o comércio como “elemento da felicidade do Reino, e as mãos e braços do corpo político”.¹⁰⁶

Desde então o comerciante era declarado “profissão nobre, necessária e proveitosa”, e gradativamente foi diminuindo o preconceito contra os negociantes, possibilitando a penetração deste estrato social nas “altas rodas” da sociedade brasileiras.

Stuart Schwartz em seu estudo sobre a economia colonial, em especial a economia açucareira da Bahia, ressaltou a importância dos comerciantes para a estrutura sócio-econômica do Brasil-colônia, na medida em que concediam empréstimos aos senhores de engenhos e lavradores de cana, a fim de instalarem e operarem seus engenhos, além de fornecerem produtos importados sob a forma de conta aberta.¹⁰⁷

Júnia Furtado observou que na sociedade mineradora setecentista, o desenvolvimento das atividades mercantis favoreceu tanto a Coroa quanto aos negociantes. A Coroa utilizou-se desta atividade para realizar a ocupação do interior de maneira não onerosa aos seus cofres, bem como para aumentar a arrecadação tributária e divulgar os valores metropolitanos a um universo

¹⁰⁶ FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982. p. 450.

¹⁰⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 182.

desconhecido, deste modo o comércio foi tido como modo de interiorização da metrópole na colônia.¹⁰⁸

Já para os negociantes, desbravadores do interior mineiro, o sucesso da atividade mercantil permitiu-lhes a construção de uma complexa rede de dependência e proteção em torno de si, que uma vez enriquecidos, aos poucos consolidaram seu poder e influência, o que pode ser comprovada com a ocupação de cargos e patentes nesta sociedade.¹⁰⁹

Conforme ressaltou Sheila de Castro Faria, a riqueza era premiada com patentes civis, militares e eclesiásticas.¹¹⁰ Em Estância alguns negociantes abastados possuíam patentes militares e cargos políticos, as mais freqüentes eram: major, capitão, tenente, subtenente, tenente-coronel, comendador e vereador. Entre os negociantes inventariados está Domingos José Custódio de Matos, representante dos interesses dos negociantes na Câmara de vereadores da cidade de Estância.¹¹¹

O comércio constituía-se na atividade preferida pelos forasteiros, principalmente daqueles que atravessavam o Atlântico em busca de construir uma sólida fortuna no Brasil, como é o caso dos portugueses.

A historiografia econômica brasileira demonstrou o predomínio dos portugueses neste ramo econômico, o que não pode ser configurado como monopólio deste grupo sobre este ofício. Os viajantes que percorreram o Brasil durante o século XIX também deram conta desta nuance da economia colonial. A presença de estrangeiros, em especial de portugueses, no exercício de atividades mercantis não escapou aos olhos do viajante oitocentista Souza:

¹⁰⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 46.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 52.

¹¹⁰ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 114.

¹¹¹ Recopilador Sergipano, Estância, 11 de novembro de 1833, p. 4.

O comércio é vantajoso aos negociantes, que alguns há ricos e quase todos os empregados nele são portugueses, no que são felicíssimos, apesar de virem para ali na última indigência, onde principiando com pequenos abonos a mascatear miçangas, canivetes, carapuças, tesouras, dedais e outras semelhantes bugigangas, como o que, valendo-se da generosidade dos brasileiros que lhes franquearam gratuitamente quanto é preciso para a subsistência.¹¹²

Em Estância, no período estudado foram inventariados treze negociantes cuja nacionalidade era portuguesa. Estes homens provenientes de Lisboa, Porto e outras regiões da metrópole, vieram do além-mar a fim de construir fortunas. Dedicaram-se a comercialização de tecidos, ferramentas, gêneros alimentícios e ao empréstimo a juros.

Alguns obtiveram êxito como o Antonio Martins de Oliveira Sousa Bandeira,¹¹³ não sabemos ao certo os reais motivos que o fizeram sair de Portugal e estabelecer-se em Estância, nem quando chegou à cidade, entretanto seu inventário atesta uma sólida fortuna, composta por quatro escravos, alguns bens rurais e uma casa na zona urbana, onde residia e funcionava sua loja, alguns animais, poucos móveis, um sortido estoque de tecidos e outras miudezas, além da presença de dívidas ativas nas mãos de 97 pessoas.

A vocação mercantil de Estância foi evidenciada através do seu precoce desenvolvimento frente à vila de Santa Luzia, dos relatos dos viajantes, das manchetes dos jornais e através dos balancetes das casas comerciais, os quais comprovaram que o comércio era o pilar da economia estanciana. Dos 750 inventários *post-mortem* consultados, no período de 1820 a 1888, 75 pertenciam a pessoas que tinham no comércio sua principal fonte de renda. Essas pessoas exerciam várias atividades, alguns eram grandes financistas, outros donos de lojas abertas, outros, eram retalhistas, outros ainda ambulantes. Para visualizarmos o perfil dos

¹¹² SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, p. 142.

¹¹³ AGJES - Inventário n.º 03 caixa 37 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1847.

negociantes estancianos, classificamo-los em três grupos de acordo com o ramo de negócio exercido, tais como: pequenos, médios e grandes negociantes.

O primeiro grupo corresponde a 36% dos negociantes inventariados, sendo composto por pequenos comerciantes, que em sua maioria eram vendeiros, mascates e pequenos lojistas. Para ramificar seus negócios e atingir um maior mercado consumidor, em especial os menos afortunados, estes negociantes procuravam vender de tudo, geralmente suas mercadorias eram de baixo custo e utilizavam-se ainda das vendas a crédito. Por serem donos de poucos recursos financeiros possuíam pequenas quantidades de mercadorias no estoque e poucos eram proprietários de lojas, escravos e bens de raiz.

Alguns, como os ambulantes, contavam apenas com os animais para ajudá-los no transporte das mercadorias. Os animais, em especial os burros eram os principais veículos para o escoamento das safras e das mercadorias e para o abastecimento das fazendas e cidades. *“Carregadas de produtos de exportação ou de gêneros de subsistência, as tropas de burros percorreram ativamente o país durante todo o século XIX”*.¹¹⁴

Nesta categoria temos a presença do comércio clandestino, no qual alguns negociantes sejam por falta de recursos financeiros ou para fugir dos impostos, não fixaram loja e ofereciam gêneros mais baratos, contudo seus lucros ficavam comprometidos devido à concorrência.¹¹⁵

Em sua infância Gilberto Amado observou que as quitadeiras amontoavam-se no Largo do Rosário, nas portas das lojas comerciais da Estância vendendo seus quitutes e outras especiarias.¹¹⁶

¹¹⁴ FRANCO, M. Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Editora da Unesp. 1997, p.66.

¹¹⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. Rev. São Paulo: Brasiliense, 1995, p.75.

¹¹⁶ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p 32.

O desejo de tornar-se afortunado motivou o comerciante português Joaquim Leite Ribeiro,¹¹⁷ a deixar sua família em Portugal e vir a Estância para construir uma fortuna. Entretanto, conforme demonstrou o arrolamento de seus bens isto não foi o que ocorreu. Joaquim era um típico ambulante, não possuía imóveis, seus bens restringia-se à posse de dois escravos, um cavalo, alguns créditos oriundos das vendas que somavam 324\$060, dezenove mil e oitocentos réis em dinheiro e vinte e quatro mil e seiscentos e quarenta réis em tecidos baratos, a saber: chitas, ceroulas, camisas de madrasto, jaquetas de cetineta, calças de brim, toalhas de mãos e de mesa, lenços de seda, suspensórios, franhas de Bretanha e camisas de linho, alguns poucos móveis que atestam uma vida de intenso movimento, escrivanias, canapé, cadeiras, cama de vento, gamela, mesa, balança, botas, garrafão e baús, somando uma pequena fortuna de 1:293\$940.

Objetivando atrair os mais pobres, alguns negociantes dedicavam-se a venda de artigos usados, velhos ou com defeitos. Foram encontrados seis negociantes que declaravam em seu estoque a presença de mercadorias usadas ou com defeitos, entre elas estavam chapéus e ferramentas, que conforme suas justificativas ainda poderiam ser ainda utilizados.

Entre os negociantes que atuavam neste ramo, destacamos Manuel de Castro Martins, natural da freguesia de Santa Cruz na cidade do Porto, não possuía parentes no Brasil, escravos, bens de raiz, móveis, animais. Sua fortuna, avaliada em 67\$160 era composta pelas dívidas ativas provenientes das vendas feitas a “fé de crédito” a quatorze pessoas e as suas mercadorias, entre elas chalés, chitas, lenços, pano da costa, zanga, e chapéus usados, mas em condições de uso.¹¹⁸

O segundo grupo, era formado por negociantes de grosso trato (atacadistas), os donos de lojas abertas (varejistas), que também eram usurários e representam 39% dos negociantes inventariados em Estância. Estes homens conseguiram construir uma sólida fortuna com base

¹¹⁷ AGJES - Inventário n.º 07 caixa 29 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1841.

¹¹⁸ AGJES - Inventário n.º 02 caixa 28 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1840.

mercantil, eram donos de imóveis urbanos, móveis, escravos que o auxiliavam nas tarefas da loja, além de ostentarem poder através do crédito.

O comércio atacadista estanciano é dominado por quinze grandes negociantes, que compram suas mercadorias na Praça baiana para vendê-las aos retalhistas estancianos, bem como a negociantes de outras praças da Província, conforme demonstram os balancetes de suas lojas. Estes traficantes, também se constituíam grandes financistas, na medida que mesmo emprestando pequenas quantias, conseguiam atingir vários segmentos sociais, entre eles, escravos, trabalhadores dos engenhos, outros negociantes e pessoas menos afortunadas. Antonio Moniz, ao observar o comércio estanciano concluiu que “*é melhor ser traficante ali do que cavar ouro*”,¹¹⁹ pois os estes negociantes compravam as mercadorias na praça baiana e revendiam em Estância por preços exorbitantes.

No inventário do atacadista Domingos José de Lima foram arrolados 168 itens diferentes, entre eles: fazendas, ferramentas, alimentos, utensílios para o lar, molhados e outros que correspondiam a 11:141\$300. Dos 659 credores estão caixeiros de outros negociantes, capitães, escravos, índios, marceneiros, soldados, padre e lavradores que juntos somam uma dívida de 21:745\$359.¹²⁰

Percebemos que neste grupo os negociantes se especializavam na venda dos artigos, alguns se dedicavam à venda de tecidos, outros a de artigos de luxo, outros objetos de menor porte e miudezas ou vendiam secos e molhados - alimentos e bebidas, utensílio para o lar.

Assim como foi observado por Júnia Furtado para Minas Gerais setecentista, verificamos que na Estância oitocentista os homens de negócios mesclavam suas atividades em

¹¹⁹ SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, p. 72.

¹²⁰ AGJES - Inventário n.º 09 caixa 55 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1858.

diferentes ramos do comércio. Possuíam lojas, tornavam-se financiadores de comerciantes de pequeno porte e de volantes, enfim misturavam o capital mercantil ao usurário.¹²¹

O terceiro grupo, que representa 25% dos negociantes inventariados, era composto por homens de negócios que não tiveram mercadorias arroladas nos seus inventários, mas tinha no capital usurário sua principal fonte de renda. Nos inventários as dívidas ativas representavam a maior parte das fortunas, estes geralmente emprestavam dinheiro a pessoas importantes da sociedade estanciana, dentre elas outros negociantes, senhores de engenho, membros da aristocracia e clérigos. Destes, alguns até abandonaram as atividades em lojas abertas, adquiram bens rurais e exerciam o papel de financistas concomitantemente com as atividades agrárias a exemplo de José Joaquim Teixeira Pinto, negociante português residente em Estância, que entre os seus bens estavam uma armação de loja e bancas deixadas na sua casa localizada no centro comercial de Estância, 27\$820 em dinheiro, um sítio e 15:285\$768 nas mãos de 29 pessoas.

Diante deste panorama econômico do Brasil oitocentista, estudaremos a vida material dos negociantes estancianos, através do estudo da composição de suas fortunas, a fim de percebermos as tendências da economia estanciana frente ao contexto nacional.

¹²¹ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p 240.

Capítulo II

A RIQUEZA DOS NEGOCIANTES ESTANCIANOS

2.1 – Composição das fortunas mercantis

A esperança de encontrar um “paraíso terrestre” e construir fortunas, atraiu vários europeus às terras do Além Mar, alguns tornaram-se senhores de terras e de homens, outros comerciantes e muitos desprovidos de recursos migraram durante os vários anos da colonização para as regiões que desenvolviam atividades voltadas para a agroexportação. Contudo, alguns desses migrantes, desprovidos de recursos materiais suficientes para a montagem das grandes empresas agrícolas, passaram a compor a massa de homens livres pobres que poderiam viver subordinados a *plantation*, ou desenvolvendo ocupações ligadas às atividades urbanas.

Em uma sociedade alicerçada sobre os pilares do escravismo, em que as relações produção confundiram-se com as relações pessoais de dependência ou de domínio, muitos desprovidos de recursos materiais se recusavam permanecer sob a tutela de senhores escravistas, por isso migravam em busca de autonomia através do exercício de atividades voltadas ao abastecimento interno, bem como o comércio.¹²²

Desse modo, as cidades tornaram-se os locais de pouso para esses desprovidos que desejavam construir suas fortunas longe da subordinação dos senhores escravistas. Assim, Estância, apresentou-se desde o início de seu povoamento como uma área propícia ao

¹²² FRANCO, M. Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Editora da Unesp. 1997, p. 65.

desenvolvimento de atividades mercantis, o que de certo modo justifica o número de imigrantes estrangeiros lá residentes.

Entretanto, nessa sociedade ainda impregnada de resquícios estamentais, a profissão de mercador era depreciada. O afã por construir fortunas mercantis constituía-se, para alguns, uma oportunidade de adquirir terras e conseqüentemente ascender socialmente, alcançando status de senhor.

Objetivando compreender a vida material de homens e mulheres que se dedicavam à atividade mercantil, não só para os seus sustentos, mas para construir grandes fortunas, buscamos nos inventários *post-mortem*, a composição das fortunas¹²³ dos negociantes residentes em Estância no período de 1820-1888.

Para elaboração deste capítulo, consultamos 750 inventários *post-mortem*, do período de 1820 a 1888, entre os quais analisamos 75 pertencentes a negociantes residentes em Estância. Nesses inventários identificamos e quantificamos esses bens: escravos; jóias (peças de ouro e de prata), bens de raiz (casas, terrenos, fazendas, chácaras e lavouras), semoventes (bovinos, eqüinos, muares, caprinos e ovinos), bens móveis (imagens, roupas, trastes de casa, louça etc.), ferramentas (arreios, martelos, moinhos, foices, enxadas, machados etc.), ações, dívidas ativas (valores a receber referente a empréstimos em dinheiro ou venda de bens), mercadorias, plantações, dinheiro, além de outros bens que compunham o *monte-mór*¹²⁴ e seus respectivos valores, análise que permitiu a visualização do movimento da riqueza estanciana.

Eram ainda registrados nesses documentos valores de dívidas passivas, ou seja, valores a serem pagos referentes a empréstimos ou a compra de bens e que não são adicionados ao *monte-mór*. O caráter descritivo desta documentação tornou possível a construção da vida

¹²³ Cabe ressaltar que neste estudo a posse de qualquer bem caracteriza uma fortuna (MATTOSO, 1992, p. 608).

¹²⁴ Somatório dos valores dos bens que compunham o arrolamento.

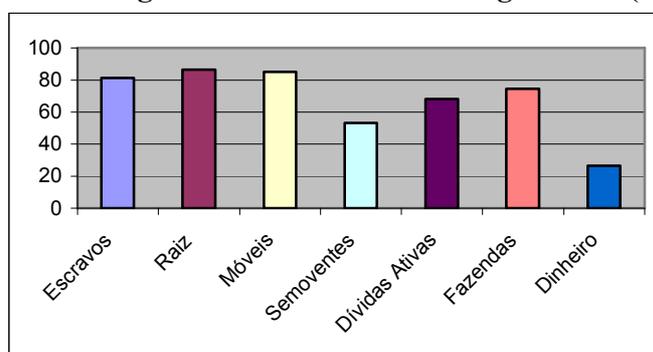
material dos homens da época. Vale salientar que, mesmo possibilitando a percepção de movimento ao serem analisados em série, os inventários quando tomados individualmente, são retratos de uma riqueza estática, nos quais os agentes, por motivos adversos poderiam em determinado momento de suas vidas ter deixado de investir em um bem.

Para melhor visualizarmos as fortunas construídas nesse período pelos negociantes residentes nesta Comarca, agregamos os bens arrolados nas seguintes categorias: bens escravos; bens de raiz e plantações; bens móveis, que englobariam além dos trastes de casa, as jóias e ferramentas; dívidas ativas; semoventes; dinheiro e estoques ou conforme menciona a linguagem da época “fazendas”, gêneros encontradas em suas lojas.

Tão ativa fora a economia estanciana, graças ao dinâmico comércio, que a opulência material era expressa através da diversidade dos bens inventariados, as quais serão detalhados a seguir.

O Gráfico 2.1 demonstra em quais ativos os setenta e cinco negociantes inventariados de Estância aplicaram o capital acumulado; o percentual de negociantes que investiram na aquisição de escravos, bens de raiz, semoventes, móveis, dinheiro, dívidas ativas e mercadorias, assim como indica suas preferências pelos bens que compunham as fortunas estancianas.

Gráfico 2.1
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Abrangência dos bens entre os negociantes (%)



Fonte: Inventários. Estância (1820 - 1888) - Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

2.1.1 – Bens Escravos

Numa sociedade em que o trabalho braçal era visto como uma maldição bíblica,¹²⁵ portanto, depreciado, a mão-de-obra escrava apresentava-se como sustentáculo da economia e disseminara-se em todos os setores. A escravidão representava bem mais que uma instituição econômica lucrativa, significava abastança e ostentava status para os outros.¹²⁶

Considerando que o bem escravo estava muito difundido na sociedade oitocentista, temos que 82% dos negociantes inventariados eram detentores desse bem representando 13% das suas fortunas. Em geral, possuíam um pequeno número de escravos (1 a 5 cativos), os quais auxiliavam nas atividades comerciais, como também poderiam desempenhar outras tarefas a depender das necessidades do senhor.

No arrolamento dos bens do negociante atacadista Eduardo Freire,¹²⁷ verificamos que às vésperas da abolição da escravatura, esse possuía, uma só escrava de nome Pastora, parda, solteira, 42 anos, ocupada nos serviços domésticos, avaliada em 150\$000, uma casa, onde funcionava sua loja e residência (5:000\$000), alguns móveis (524\$000), dois bois (90\$000), um cavalo (60\$000) e mercadorias - tecidos finos, sapatos, cosméticos, livros de primeiras letras, cartilhas, cadernos, espelhos, pentes, sabonetes, biscoitos, especiarias que somavam 4:493\$986, totalizando 10:317\$986. Analisando a composição da fortuna desse modesto atacadista, podemos supor que sua condição material, possibilitou a aquisição de uma escrava, que poderia ajudá-lo tanto nos serviços domésticos como nas atividades comerciais, visto que seu único bem de raiz

¹²⁵ “*Amassarás o pão com suor do teu rosto*” (Gênesis 3:19).

¹²⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850–1888*. Tradução: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.15.

¹²⁷ AGJES - Inventário n.º 02 caixa 79 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1888.

agregava em sua casa de morar a sua loja. Assim, os cativos dos pequenos negociantes poderiam ser empregados em diversas funções, além de conferir-lhes um certo status.

Reconhecendo o valor do bem escravo na composição das fortunas oitocentistas, e de acordo com o Quadro 2.1, traçamos o perfil da propriedade escrava na região pesquisada. Para isso, dividimos o número de escravos por categorias e estabelecemos o número de proprietários e escravos de acordo com o tamanho da propriedade escrava.

Quadro 2.1
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Distribuição da Propriedade Escrava

TAMANHO DA PROPRIEDADE ESCRAVA	Negociantes*		Escravos	
	Número	%	Número	%
Pequeno (1 a 5 Escravos)	39	64	93	25,7
Médio (6 a 10 Escravos)	14	23	112	31
Grande (Acima de 11 Escravos)	8	13	157	43,3
Total	61	100	362	100

*Foram investigados 75 negociantes.

Fonte: Inventários. Estância (1820 - 1888) - Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Os negociantes que possuíam de 1 a 5 escravos eram, em geral, homens dedicados ao comércio varejista e ao capital usurário, donos de prédios urbanos e mercadorias, tendo nas atividades urbanas sua fonte de riqueza. Não eram necessariamente pequenos negociantes, sendo que um pequeno número de escravos era suficiente para o bom desempenho de suas atividades, como para ostentar prosperidade. Os escravos, por sua vez, poderiam dedicar-se a várias funções.

Já os donos de uma mediana propriedade escrava (6 a 10 escravos), constituíam-se em negociantes com certa estabilidade na praça mercantil de Estância e que contavam com os escravos para os auxiliarem nos serviços mercantis, bem como para oferecer prestígio frente aos membros da sociedade escravista.

As grandes propriedades de cativos pertenciam àqueles que tinham como principal atividade o comércio, eram comerciantes de grosso trato e credores, mas que também se dedicavam a outras atividades como a lavoura de cana-de-açúcar, pecuária e produção de alimentos, desse modo, tinham necessidade de mais trabalhadores.

No que concerne ao tamanho da propriedade escrava (Quadro 2.1), constatamos nesta região, a predominância da pequena propriedade, abrangendo 64% dos proprietários. Entretanto, 43,3% dos escravos pertencem a 13% dos proprietários, o que aponta para uma concentração de cativos nas mãos de um pequeno grupo.

A utilização de escravos em atividades não exportadoras, como o comércio, refuta a premissa de que tais trabalhadores eram ocupados exclusivamente nas atividades agroexportadoras, os quais se faziam presentes em todos os setores produtivos do Brasil escravista.¹²⁸ Desse modo, Ana Herculana do Sacramento Amorim, que teve sua fortuna avaliada em 57:433\$000, distribuída na posse de vinte e seis escravos que somavam 11:000\$000, alguns móveis (160\$000), quatro cavalos (400\$000), quinze bois (60\$000), um sobrado situado na Praça 24 de Outubro (centro comercial de Estância) e um sítio com casa de morar e de farinha (3:000\$000), além de créditos realizados em favor de cinco pessoas (28:473\$000), ao investir em atividades agrárias, enveredou-se no cultivo de mandioca.¹²⁹

Tomando o escravo enquanto um bem que compunha as fortunas, observamos que o seu preço poderia variar de acordo com o sexo, idade, estado de saúde e período. Nos 75 inventários analisados, registramos a presença de 362 escravos que compunham as fortunas dos negociantes, assim distribuídos sexualmente:

¹²⁸ BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 213-263.

¹²⁹ AGJES - Inventário n.º 16 caixa 72 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1871

Quadro 2.2
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Distribuição dos Escravos segundo os sexos

Sexo	Masculino		Feminino	
	(A)	%	(A)	%
1820-1829	11	64,7	6	35,3
1830-1839	13	39,3	20	60,7
1840-1849	19	66,7	13	33,3
1850-1859	28	39,5	43	60,5
1860-1869	60	50,8	58	49,2
1870-1879	38	49,3	39	50,7
1880-1888	8	57,2	6	42,8
Total	177	-	185	-

(A)= Número absoluto de escravos

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Podemos verificar (Cf. Quadro 2.2), ao contrário do que aponta a Historiografia Tradicional, que nesta região não havia uma desproporcionalidade entre os sexos. Parece-nos que os negociantes estancianos não tinham preferência por escravos segundo o sexo, visto que a presença feminina corresponde a 51% dos cativos, empregadas em diversas tarefas, entre elas: serviços domésticos (12), de roça (11) e de cozinheira (2). Desses 49% eram do sexo masculino e desempenhavam tarefas de carpina (1), carreiro (3), pedreiro (1), serviços domésticos (7) e de roça (13) servente (1), sapateiro (2) e vaqueiro (1).¹³⁰

Analisamos ainda, os preços dos cativos, pois esses são importantes indícios para conhecermos o potencial mercantil dos escravos frente a outros bens, já que simbolizavam mais

¹³⁰ Devido a não obrigatoriedade do registro das profissões dos escravos, bem como da idade, filiação e nacionalidade antes de 1872, poucos foram os inventários que puderam nos legar tais informações.

que trabalhadores ou meros bens.¹³¹ Com esse intento, agrupamos os escravos segundo as variantes sexo e idade e calculamos os preços médios por décadas.

Para melhor entendermos o comportamento dos preços dos escravos é necessário lembrar que esses preços variavam de acordo com as pressões internacionais, as medidas abolicionistas e carências internas. Ao longo da década de 1820, a Inglaterra passou a intensificar a luta contra o tráfico de escravos, prática que culminou com a lei de 1831 que extinguiu o tráfico, porém não passou de uma lei morta, pois ainda eram desembarcadas nas costas brasileiras centenas de cativos africanos.¹³² Tal pressão se refletiu nos preços. Ainda para melhor análise, buscamos verificar os preços em dois momentos, tomando como basilar o ano de 1850, que marca o fim do tráfico internacional de escravos.

Ao considerarmos a idade dos escravos como um dos fatores determinantes para os seus preços, classificamos os cativos em quatro faixas etárias, conforme pode ser visto nos Quadros 2.3 e 2.4.

A faixa etária dos cativos compreendida entre 0 a 7 anos, corresponde a 16% dos cativos, sendo composta por crianças escravas que não estavam inseridas nas atividades produtivas, apesar de já ajudarem seus pais nas tarefas. Na segunda faixa etária, entre 8 a 14 anos, foram encontrados 11% dos cativos, que compreende aqueles que mesmo não estando diretamente engajados nas atividades produtivas, já elaboravam pequenos serviços. Registramos que 33% dos cativos encontravam-se na faixa etária de 15 a 40, que corresponde à idade produtiva dos cativos, ou seja, é nesse período que são integrados ao sistema de trabalho compulsório, portanto possuíam maiores preços por proporcionarem maior rentabilidade. Na

¹³¹ “O escravo não é só um agente de trabalho e de produção... é um objeto de luxo, um meio de satisfazer certas vaidades e certos vícios da natureza do homem.” (WERNECK, Luiz Peixoto de Lacerda, apud CONRAD, Robert, 1978:15).

¹³² PINTO, Virgínio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: Motta, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. 8ª ed. São Paulo:DIFEL, 1977, p. 135.

quarta divisão etária por nós adotada, a partir dos 40 anos, os sinais de decrepitude produtiva e doenças devido aos maus-tratos do regime de trabalho já se fazem presentes no dia-a-dia dos escravos, que passam a ter menor valor, contudo, isso não significa que eles abandonaram suas atividades ou que eram poupados dos árduos serviços, essa faixa corresponde a 12% dos escravos. A falta de interesse dos avaliadores em declarar a idade dos cativos, resultou que 28% dos escravos arrolados não tiveram a idade registrada.

Após intensiva investigação que abarcou análise de dados como: sexo, idade, saúde, ocupação e período, constatamos:

Quadro 2.3
Estância – Sergipe
1820 – 1849
Distribuição dos Escravos segundo faixas etárias e preços médios

Faixas Etárias	1820-1829		1830-1839		1840-1849	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
0 a 7	0	0	135\$000	95\$000	110\$000	200\$000
8 a 14	0	0	325\$000	120\$000	300\$000	400\$000
15 a 40	183\$333	170\$000	280\$000	0	412\$500	450\$000
Mais de 40	85\$000	0	0	100\$000	150\$000	125\$000
Idade não arrolada	140\$000	156\$000	253\$500	255\$000	328\$571	310\$000

Fonte: Inventários, Estância (1820-1849) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

A primeira faixa etária (0 a 7 anos) compunha-se de 26 homens com preços entre 50\$000 e 800\$000, e 32 mulheres com preços que variavam de 30\$000 a 800\$000. Na comparação desta faixa etária com período constatamos que após 1850 os valores médios dos escravos do sexo feminino foram superiores aos do sexo oposto. Na segunda faixa, 8 a 14 anos,

foram arrolados 40 escravos, dentre os quais 28 eram homens, com valores entre 200\$000 e 1:000\$000 e 12 mulheres com preços que iam de 120\$000 a 900\$000, sendo alternados entre os sexos, os períodos de alta de preços. Talvez, para algumas atividades comerciais os escravos fora da idade produtiva seriam mais rentáveis aos negociantes, na medida em que esses poderiam ser donos de outros homens e contar com auxiliares para as tarefas. Vejamos o exemplo da negociante Micaela Maria de Freitas,¹³³ com uma fortuna mediana distribuída na posse de duas casas urbanas (1:000\$000), um quinhão em um sobrado (160\$000), um sítio (250\$000) e metade de outro sítio (140\$000); possuía poucos móveis e jóias (302\$680); animais (1:026\$000); mercadorias (315\$670) e uma escravaria composta por três mulheres: Angélica (400\$000), mãe de Petronilo (2 anos avaliado em 120\$000) e Fernando - de peito e avaliado em 70\$000; Antônia (400\$000), mãe de Claudiano (3 anos, adoentado avaliado em 100\$000) e Senhorinha com 11 anos (400\$000). Os outros escravos do sexo masculino são: João, crioulo, ofício de carreiro (450\$000), Joaquim, angola, moleque (350\$000), Luís, também angola e moleque (300\$000) e Antônio, angola e idoso (200\$000). Mesmo possuindo escravos que estavam fora da faixa etária produtiva, Micaela Maria de Freitas, pôde contar com a ajuda desses cativos nos serviços da sua loja, bem como nas atividades desenvolvidas nas suas propriedades rurais.

Na faixa etária considerada produtiva, foram computados 53 escravos com preços que oscilaram de 150\$000 a 1:600\$000 e 67 escravas com preços que variavam de 100\$000 a 1:400\$000, sendo que os preços dos escravos foram superiores aos das escravas. Na última faixa etária, verificamos a supremacia dos preços dos escravos do sexo masculino, sendo 23 homens, com preços que variaram de 50\$000 a 600\$000 e 20 mulheres com preços entre 50\$000 a 120\$000. Alguns negociantes contavam apenas com um escravo para auxiliá-los nos serviços,

¹³³ AGJES - Inventário n.º 08 caixa 32 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1840.

como é o caso de Antônio Ramos,¹³⁴ negociante dono de uma pequena fortuna avaliada em 1:372\$413 e que possuía uma escrava - Luiza, idosa, avaliada em 150\$000.

Dentre os 101 escravos que não tiveram as idades arroladas, 47 eram do sexo masculino com preços que iam de 50\$000 a 1:200\$000 e 54 do sexo feminino com preços entre 40\$000 a 1:100\$000. A partir desses dados podemos ainda, induzir que os escravos com preços mais baixos, certamente, estariam fora da idade produtiva ou sofriam de uma deficiência que dificultava o desempenho das atividades compulsórias.

Quadro 2.4
Estância – Sergipe
1850 – 1888
Distribuição dos Escravos segundo faixas etárias e preços médios

	M	F	M	F	M	F	M	F
Faixas Etárias	1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888	
0 a 7	400\$000	566\$666	336\$537	359\$375	350\$000	383\$333	800\$000*	0
8 a 14	375\$000	530\$000	846\$666	720\$000	572\$000	0	0	0
15 a 40	835\$714	718\$181	890\$000	750\$000	857\$894	594\$440	775\$000	625\$000
Mais de 40	350\$000	616\$000	300\$000	210\$000	271\$428	500\$000	180\$000	150\$000
Idade não arrolada	540\$833	343\$333	822\$222	750\$000	300\$000	150\$000	0	0

* ingênuo arrolado e avaliado entre os bens.

Fonte: Inventários, Estância (1850-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Conforme podemos observar no Quadro 2.4, os preços médios dos cativos foram gradativamente aumentando com o distanciamento de 1850, quando são percebidos os reflexos do fim do tráfico internacional de escravos, bem como das outras leis abolicionistas, só diminuindo às vésperas da abolição da escravatura.

¹³⁴ AGJES - Inventário n.º 02 caixa 28 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1843.

Após a proibição do tráfico atlântico de escravos, proprietários sergipanos passaram a investir o montante outrora destinado à ampliação da propriedade escrava, em terras, ações, dinheiro e créditos, letras e apólices, ou mesmo em semoventes, em geral gado vacum e cavalariço. Como observa Almeida para os demais proprietários sergipanos:

É importante frisar que os proprietários sergipanos não têm na massa escrava a maior parcela dos seus investimentos. Em Sergipe, no período em estudo, a proporção do capital aplicado em escravos com o aplicado em outros setores como propriedades, jóias e dinheiro, empréstimos, animais etc., não chega a 40%.¹³⁵

Entretanto os que possuíam escravos, trataram de conservar esse precioso e almejado bem. Ao estudar a posse de cativos e a concessão de alforrias em Sergipe no período de desagregação do sistema escravista, Passos Subrinho afirma que ao contrário dos proprietários da zona do Cotinguiba – área eminentemente produtora de açúcar - os proprietários da Zona da Mata-Sul, em especial de Estância, não se desfizeram da sua propriedade escrava, pois acreditavam na sobrevivência do sistema escravista durante alguns anos.¹³⁶

¹³⁵ ALMEIDA, M. G. S. *Nordeste Açucareiro: Desafios num processo de vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS/SEPLAN/ BANESE, 1993, p. 64.

¹³⁶ PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: FUNCAJU, 2000, p.122.

Quadro 2.5
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Abrangência da Propriedade Escrava

DÉCADA	Proprietários		Escravos		Não Proprietários		Negociantes Inventariados
	(A)	%	(A)	%	(A)	%	(A)
1820	3	60	17	4,7	2	40	5
1830	9	90	33	9	1	10	10
1840	6	75	32	8,8	2	25	8
1850	13	92,8	71	19,6	1	7,2	14
1860	15	88,2	118	32,6	2	11,8	17
1870	11	78,5	77	21,3	3	21,5	14
1880	4	57,1	14	4	3	42,9	7
TOTAL	61	-	362	-	14	-	75

(A) = Valor absoluto Fonte: Inventários. Estância (1820 - 1888) - Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

De acordo com o Quadro 2.5, podemos notar que a década de 1860 concentra 32,6% do total de cativos arrolados no período, sendo a gradativa diminuição do número de escravos ao longo das décadas, em parte explicada pela diminuição do número de inventários *post-mortem*, bem como resultado das Leis Abolicionistas.

Assim, podemos constatar que o Império brasileiro cedendo a pressões internacionais, passando a adotar posturas que se tornaram obstáculos ao escravismo,¹³⁷ o bem escravo nas vésperas da abolição do trabalho compulsório, ainda se constitui representativo no montante das fortunas.

¹³⁷ Lei Eusébio de Queiroz (1850), Lei do Ventre Livre (1871), Lei que proibia o leilão público (1871), Lei do Sexagenário (1885), proibição de castigos públicos (1886) e Lei Áurea (1888).

Em uma sociedade na qual a posse de escravos estava associada tanto a aspectos econômicos quanto sociais, possuir um pequeno número de cativos era sinônimo de *status* social. Destarte, podemos verificar em 61 inventários, a presença de cativos empregados nas mais diversas ocupações, correspondendo a 13% da riqueza dos negociantes inventariados de Estância no período estudado.

2.1.2- Bens de Raiz

Em uma sociedade ainda impregnada de valores fidalgos, não bastava ser possuidor de riquezas, mas também era necessário ter prestígio e honra que advinham da posse de terras, assim como de escravos.¹³⁸ Portanto, podemos concluir que no Oitocentos a posse de bens de raiz implicaria na conquista de status. Desse modo, quanto à abrangência dos imóveis entre os negociantes inventariados, verificamos que 87% possuíam bens de raiz, compostos por simples casas, que, por vez, funcionavam como residência e “venda”,¹³⁹ sobrados, quinhões em engenhos, plantações, casas comerciais e armazéns, que correspondem a 22% da riqueza dos negociantes estancianos.

Com o advento da Lei de Terras (1850), o acesso à propriedade legal só se tornou possível mediante a compra, visto que antes sua aquisição poderia ser feita através de doações da Coroa ou de sistema de posse. Assim, a terra passou a ser reservada para quem possuísse dinheiro, adquirindo valor mercantil e sendo agora considerada um bem que garantia além de *status*, créditos. Destarte, o patrimônio imobiliário passou a ser valorizado. Agora não bastava ter

¹³⁸ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, p. 148.

¹³⁹ Termo utilizado para designar a loja.

somente escravos para ser considerado rico, convinha possuir terras, casas, malhadas,¹⁴⁰ armazéns etc.

As propriedades rurais - sítios, engenhos, partes em terrenos, malhadas correspondiam a 22,5% do investimento em bens de raiz, sendo possuídos por 36 negociantes.

Assim como o bem escravo, outro bem merece destaque no estudo das fortunas mercantis estancianas: são as posses de engenhos, às quais estavam associados os sonhos de uma sólida riqueza, bem como de prestígio e poder. O desejo de ser senhor de engenho,¹⁴¹ motivava os negociantes mais abastados a adquirirem esse bem.

Entre os inventariados, cinco eram proprietários de engenhos e alguns negociantes possuíam quinhões em várias propriedades, devido às partilhas de heranças. Tal fato, nos conduz a supor que ao conseguirem estabilidade no ramo dos negócios, esses homens de grosso trato¹⁴² não hesitavam em investir na aquisição de bens rurais, assim como filhos de senhor de engenhos passaram a se dedicar ao comércio.¹⁴³

Vejamos os bens deixados por Justiniano Freire de Melo,¹⁴⁴ negociante, provavelmente filho de senhor de engenho, que possuía quatro escravos (3:600\$000), como bens de raiz tinha um sobrado, onde funcionava sua loja de tecidos (1:000\$000), outra casa na cidade (100\$000) e um quinhão em um engenho (300\$000), poucos móveis (151\$880), mercadorias (1:644\$867) e créditos nas mãos de oito pessoas (518\$771), que somavam 7:315\$518. A fortuna de Justiniano torna-se exemplar no tocante a negociantes que tiveram no comércio sua principal

¹⁴⁰ Conforme Francisco Carlos Teixeira da Silva, o termo malhada pode designar terras indivisas ou comuns (de uso coletivo) ou local de reunião do gado para pernoite, bem como áreas em que o gado se reunia para ruminar. (SILVA, 2003:33).

¹⁴¹ “O ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado por muitos” (ANTONIL, 1982:24).

¹⁴² Expressão utilizada para designar negociantes que vendiam no atacado.

¹⁴³ Impossibilitados de produzir em pequenos quinhões, resultado de inúmeras partilhas, filhos de senhores de engenho, passam a se dedicar ao comércio – atividade rentável para os que não tinham muitos recursos, por vezes vendendo parte do que era produzido em suas terras.

¹⁴⁴ AGJES - Inventário n.º 08 cx.69 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1870.

atividade econômica, mas que, concomitantemente, desempenhavam atividades ligadas a agroexportação, no caso o açúcar.

Por ser a cidade o *locus* da atividade mercantil, foram encontrados cento e quarenta e três imóveis urbanos que correspondem a 77,5% do investido nesta categoria. Os domicílios urbanos eram erguidos para demonstrar a suntuosidade da riqueza. Encontramos entre os negociantes estancianos mais abastados a posse de sobrados, o que servia como diferenciador social. Foram registrados dezessete sobrados na cidade de Estância. O prédio era dividido de forma a acomodar, geralmente, no térreo as lojas, onde eram comercializadas suas fazendas e no pavimento superior a residência da família.

A ostentação da riqueza era delineada, através das construções imobiliárias da cidade de Estância, pelo uso da pedra e cal, janelas envidraçadas e azulejos na parte externa do imóvel, assim como a pobreza era atestada com a posse de uma casa de palha e taipa. Esses detalhes preciosos são evidentes nos inventários, que ao arrolarem esses bens descrevem a estrutura física, justificando assim o seu valor.

A posse de um sobrado era o desejo de todos, mesmo que isso significasse a abdicação de outros bens. O Sr. José da Costa Lisboa,¹⁴⁵ bem-sucedido negociante estanciano, mesmo acumulando durante a sua vida uma modesta fortuna avaliada em 7:431\$225, não hesitou em adquirir um sobrado. O conjunto dos bens dado à avaliação era esse: três escravos (1:500\$000), miudezas do lar (84\$100), um sobradinho situado no Caminho do Rio, “com três portas, duas janelas na frente envidraçadas, duas salas na frente, cozinha e quintal com arvoredos”, certamente utilizado como casa comercial, valor de 900\$000; outra casa na mesma rua (450\$000), um sítio com plantação de mandioca e arvoredos frutíferos (1:000\$000) e dívidas ativas que somam 3:497\$125.

¹⁴⁵ AGJES - Inventário n.º 08 cx.69 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1870.

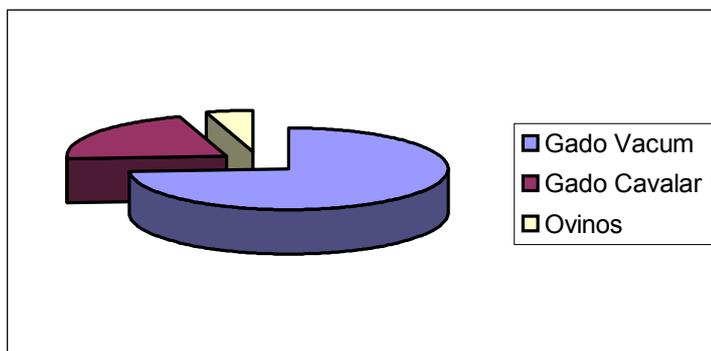
2.1.3 - Semoventes

O caráter utilitário dos semoventes para as atividades comerciais é constatado na sua presença em 53% dos inventários consultados, sendo registrados 692 animais (511 cabeças de gado vacum, 148 cabeças de cavalares e 33 cabeças de ovinos), correspondendo a 1,3% da composição da fortuna. Os gados vacuns e ovinos eram geralmente utilizados como fornecedores de alimentos, tendo custado em média 22\$000, os primeiros e 1\$300 os últimos; já os cavalares serviam como meio de transporte, tendo o preço médio de 50\$000.

Registramos que alguns negociantes possuíam expressivas quantidades de semoventes, levando-nos a supor que a utilização não se limitava às necessidades de subsistência, como é o caso de Antônio Vidal de Sousa e Oliva,¹⁴⁶ grande negociante da praça mercantil de Estância que conciliava as atividades comerciais com a agropecuária. Sua fortuna era composta por 42 escravos, um engenho, casa urbana onde funcionava a sua loja, além de posses de terras e canaviais; alguns móveis e ferramentas que somam 2:046\$500; dívidas ativas em mãos de 43 pessoas no valor de 15:116\$257 e 131 cabeças de gado vacum (3:234\$000) e 34 de gado cavalari (1:965\$000), totalizando uma fortuna de 66:693\$257. A quantidade de animais desse proprietário pode ser justificada pela posse de bens rurais, o que não descarta a utilização desses animais para o transporte de mercadorias, como no suprimento da casa comercial.

¹⁴⁶ AGJES - Inventário n.º 04 cx.61 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1862.

Gráfico 2.2
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Distribuição dos Semoventes entre os negociantes



Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

O Gráfico 2.2 nos atesta que os negociantes estancianos tinham preferência pelo gado vacum, que representavam 74% dos animais, correspondendo a 60,6% dos investimentos em semoventes. Tal fato pode ser justificado por alguns desses negociantes serem fornecedores de carne fresca, couro, leite, manteiga, queijo e outros produtos que tinham como matéria-prima o gado vacum, tanto para a cidade de Estância como para outras localidades circunvizinhas.

2.1.4 - Dívidas Ativas

No século XIX, assim como no período colonial, a ausência de um sistema de crédito oficial acessível, possibilitou a formação de uma rede de empréstimos pessoais, evidente nos inventários, bem como nos livros das lojas comerciais.¹⁴⁷ O ato de emprestar entre os afortunados era quase obrigatório, quer por uma questão de posição ou por prestígio.¹⁴⁸

Ser credor era ostentar abastança ou pelo menos estabilidade financeira. Como pode ser visto no Quadro 2.6, as dívidas ativas correspondiam a 68% dos inventariados estancianos, que por sua vez empregaram 49% do total da riqueza inventariada. Estância possuía um forte e organizado sistema de créditos que não estava restrito aos moradores desta cidade, sendo freqüente entre os credores estancianos colocar pequenas quantias em mãos de várias pessoas, a exemplo de José Francisco Madureira,¹⁴⁹ pequeno comerciante, possuidor de uma fortuna avaliada em 7:288\$113, na qual as dívidas ativas somam 3:072\$354 emprestados a 126 pessoas residentes em Estância e em cidades baianas. Esse negociante tinha no capital usurário 42% dos seus investimentos, sendo possuidor ainda de quatro escravos (1:950\$000), uma casa onde funcionava a loja (700\$000), outra casa alugada (100\$000), uma malhada (150\$000), poucos móveis (997\$760), um cavalo (25\$000) e cinco bois (150\$000) e tecidos (142\$999).

Através do Quadro 2.6, podemos visualizar a participação das dívidas ativas na construção da riqueza e presença das dívidas passivas nos inventários. Devemos lembrar que as dívidas passivas - valores referentes a dívidas adquiridas pelo inventariado, não constituem parte integrante da fortuna inventariada, mas valores que serão resgatados após a obtenção do *monte-*

¹⁴⁷ MELLO, Zélia M. Cardoso de. *Metamorfose da Riqueza*: São Paulo, 1845-1895. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. 2. ed. São Paulo. Hutitec, 1990, p.81.

¹⁴⁸ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX*: Uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 609.

¹⁴⁹ AGJES - Inventário n.º 08 caixa 61 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1862.

mór. Para essa elaboração, somamos os valores totais das dívidas ativas, dividimos pelo número de credores, obtendo assim o valor médio, além de demonstrarmos o percentual de participação entre proprietários. Procedemos da mesma forma para com as dívidas passivas.

Quadro 2.6
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Participação das Dívidas na Composição das Fortunas

	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas
N.º Negociantes	51	21
%	68%	28%
Total em contos de réis	684:243\$238	58:470\$932
Média	13:416\$533	2:784\$330

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

No Quadro 2.6 tornar-se explícito que em Estância o hábito de emprestar estava bastante difundido entre os negociantes (68%). Em geral, os créditos pessoais eram feitos a pessoas que tinham como garantir o pagamento, a exemplo de pequenos lavradores, homens livres ou mesmo escravos, outros comerciantes ou senhores de engenho.

Outro fator responsável pela expressiva participação das dívidas ativas nas fortunas eram as compras realizadas sem o uso de moedas, ou seja, vendas a crédito que eram registradas nos livros da casa comercial. Já as dívidas passivas, devem-se a compras efetuadas para suprimento do estoque das lojas, que com o advento de doenças ou morte dos negociantes eram legadas aos herdeiros.

Alguns negociantes no curso de suas atividades ergueram tamanhas dívidas passivas que no ato da partilha, momento do pagamento das dívidas, tinham esses valores superiores ao

valor da fortuna construída ao longo da vida. Eis o exemplo de Francisco Pacheco d'Ávila,¹⁵⁰ dinâmico negociante da praça mercantil de Estância, proprietário de uma sortida loja de tecidos, secos e molhados que durante a sua vida acumulou uma fortuna de 7:628\$137, distribuídos tão somente na posse de mercadorias e em dívidas ativas a 44 pessoas, somando 1:044\$170. As dívidas passivas, que somam 8:767\$985, em mãos de nove pessoas, entre esses senhores de engenho locais, negociantes baianos e negociantes locais. Após o encerramento do seu inventário foram instituídas Execuções Comerciais pelos credores do finado negociante contra a viúva Francisca Amélia d'Ávila, foram elas de autoria das firmas baianas: Cartilina Filho & Sá,¹⁵¹ no valor de 250\$640, referente à compra de mercadorias, outra pela firma José Pereira Hiank Malles & Cia que cobravam 1:602\$886 referente à compra de gêneros em seu estabelecimento¹⁵² e a firma Marininhos & Cia¹⁵³ que cobrava uma dívida no valor de 736\$800 efetuada por compra de carne.

O capital usurário estava presente na praça de Estância, quer seja por meio dos empréstimos ou de crédito por compras. Tal sistema de crédito por vezes ultrapassou os limites geográficos da cidade, formou cadeias de endividamento e consolidou um grupo. No terceiro capítulo, estudaremos com maiores detalhes estas redes de crédito, bem como as teias que uniam negociantes a senhores de engenho, tornando Estância o grande centro comercial da região sul da Província de Sergipe.

¹⁵⁰ AGJES - Inventário n.º 07 caixa 67 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1869.

¹⁵¹ AGJES - Execução Comercial nº 02 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1869.

¹⁵² AGJES - Execução Comercial nº 03 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1869.

¹⁵³ AGJES - Execução Comercial nº 04 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1869.

2.1.5 – Dinheiro

No Brasil oitocentista ainda é notável a carência de dinheiro, constituindo-se um bem restrito aos mais abastados. Na categoria “dinheiro”, foram agrupados dinheiro em espécie, apólices e ações representando 27% dos inventários consultados e 6% de investimentos nas fortunas mercantis estancianas. A partir desses dados inferimos que não era comum entre os estancianos guardar dinheiro, preferindo investir em bens que possibilitassem a ampliação do patrimônio. Contudo, se observarmos a participação desse bem na composição das fortunas ao longo dos anos, perceberemos um nítido crescimento, visto que com a abolição do tráfico de escravos em 1850, seguida pelas leis abolicionistas, o bem escravo deixou de ser um investimento seguro e rentável, sendo preferida pelos afortunados a aplicação de seus rendimentos em outros bens, como é o caso da aquisição de ações bancárias, apólices e mesmo empréstimos.

Vejamos o exemplo da Sr^a Ana Francisca da Conceição Magalhães,¹⁵⁴ que juntamente com seu esposo, o comerciante estanciano Romão Lourenço de Magalhães, investiram sua parcimônia na posse de vinte e três escravos (15:900\$000), alguns bens de raiz, entre eles um sobrado - onde funcionava a loja, um armazém, metade de um engenho, um sítio, quatro casas, um terreno próximo ao porto, que somavam 7:934\$767; poucos móveis (657\$475), dívidas ativas (30:403\$715) nas mãos de 13 pessoas e 1:600\$000 em dinheiro (espécie) e ações na Sociedade de Comércio da Caixa e Banco da Cidade da Bahia e ações na Caixa da Bahia que juntas somavam 6:000\$000, totalizando uma fortuna de 62:495\$957.

¹⁵⁴ AGJES - Inventário n.º 13 caixa 59 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1861.

2.1.6 – Bens Móveis

A participação dos bens móveis, ferramentas e jóias, correspondia a 85% dos negociantes, entretanto representa 1,7% do total da fortuna acumulada, o que atesta o seu pouco valor no conjunto dos bens. O luxo e a ostentação na mobília só ocorreria se o proprietário fosse afortunado, caso contrário os móveis se resumiriam a caixões para guardar as mercadorias. Nesse sentido, a constituição da mobília é o reflexo do acúmulo de seus bens. Se um negociante possuísse muitos escravos, casas, dívidas ativas teria, conseqüentemente, móveis.

A carência do mobiliário dos pequenos negociantes estancianos do oitocentos, pode ser visualizada no arrolamento dos bens de Jácomo de Freitas:¹⁵⁵ uma casa de taipa e telha com balcão da loja por acabar (400\$000), um cavalo (16\$000) que certamente o ajudava no transporte das mercadorias, pequenas quantias distribuídas em mãos de 59 pessoas (474\$960) oriundas de compras feitas em seu modesto estabelecimento; poucos móveis, a saber: uma foice grande (\$400), uma enxada (\$400), um caixão de despejo já velho (1\$280), duas cadeiras(\$800) e um jogo de canastras - já velhos(1\$920) onde deveria guardar suas mercadorias. Entre as mercadorias encontradas na loja, foram arrolados diversos tecidos (290\$795), além de molhados (genebra, aguardente-46\$08), louças, garrafas, candeeiros, sebo da Holanda, que somavam 336\$875.

Apesar da humilde fortuna acumulada durante sua vida, avaliada em 1:232\$635, o Sr. Jácomo era um ativo negociante da Praça Mercantil de Estância, o seu inventário nos revela que mantinha relações com negociantes baianos, inclusive suas mercadorias eram compradas nesta praça mercantil, pois foi também arrolada uma dívida passiva ao comerciante baiano Vitor Pinto de Castro, no valor de 726\$592, proveniente de compra de tecidos.

¹⁵⁵ AGJES - Inventário n.º 05 Caixa.19-A – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1832.

Entre os mais afortunados, os objetos mais freqüentes eram trastes de casa, imagens, louças, objetos de uso pessoal, enxadas, martelos, cabrestos, pregos, fivelas, carros de bois, canoas, rodas de ralar mandioca, peças de ouro e prata, tais como: brincos, anéis, pulseiras, cordões, relógios, salvas, talheres, além das mobílias, ferramentas e caixas para guardar roupas e mantimentos. Desta forma, Jerônimo Antônio Mascarenhas,¹⁵⁶ dono de uma fortuna avaliada em 25:450\$070, concentrou 11% da sua riqueza em móveis, enquanto os escravos correspondiam a 1,3% e semoventes 7,2%. Vejamos a mobília desse negociante:

Uma mobília composta de doze cadeiras rasas, duas de braço, um sofá, dois aparadores, toda em jacarandá bem usada (100\$000), um espelho grande, quatro quadros, um par de jarros, um par de cadeiras, dois pares de marquitos com pingentes, seis arandelas com braço de vidros e pingentes (100\$000), um piano usado com cadeira (300\$000), um nicho e banca com cinco imagens - uma do Crucificado aparelhada de prata, um de São João, outra de Nossa Senhora da Conceição, outra de São Pedro e outra de Nossa Senhora do Bom Parto (100\$000); uma cama de jaqueira envernizada de lastro de pés (25\$000), um guarda vestido de jaqueira envernizada (40\$000); entre as ferramentas foi arrolada uma canoa grande que já foi a vapor (700\$000).

2.1.7 – Fazendas

As mercadorias, alicerce das fortunas dos negociantes, estavam presentes em 75% das fortunas avaliadas e representam 7% da riqueza. Essa tímida participação das mercadorias na composição da riqueza deve-se, em parte, ao caráter da documentação utilizada – inventários *post-mortem* – que nos permite visualizar uma riqueza estática, que expressa o acumulado durante uma vida e sendo o comércio uma atividade dinâmica, a presença de mercadorias nos inventários depende de como esses inventariados organizaram seus negócios frente às adversidades da vida (idade avançada, doenças, etc). Talvez esses fatores, entre outros, justifiquem a migração de negociantes para outras atividades, bem como o investimento em

¹⁵⁶ AGJES - Inventário n.º 08 Caixa.78 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1887.

outros bens, a exemplo do capital usurário ou mesmo a ausência de mercadorias nos inventários, como o caso de Antônio Agostinho da Rocha,¹⁵⁷ mesmo que no seu inventário não constassem mercadorias, foi registrado na lista de qualificação de eleitores¹⁵⁸ e em uma ação judicial¹⁵⁹ como negociante. No seu inventário constavam apenas onze escravos (5:350\$000), casas de morar e sítios (4:300\$000), poucos móveis (439\$000), entre eles dois carros forrados, semoventes (545\$000), totalizando o monte-mór 10:633\$640.

As casas comerciais estancianas são sortidas por uma diversidade de mercadorias, dentre elas podemos citar: tecidos (nacionais e estrangeiros), especiarias (cravo, canela, pimenta do reino, gengibre, etc.), cosméticos, materiais escolares, carne verde e seca, mantimentos, jóias, aviamentos, etc. Esse sortimento é comprovado através dos bens detalhados nos inventários, bem como por meio dos balancetes das casas comerciais e recibos de compras, encontrados tanto nos inventários como nas ações de cobrança.

Por vezes, as mercadorias constituíam os únicos bens dos negociantes, já que em alguns inventários sequer eram arrolados caixas, balcões ou utensílios, nos quais as mercadorias pudessem ser guardadas. Eis o exemplo do negociante João Cândido Leite Ribeiro,¹⁶⁰ que possuía 144 registros de mercadorias no seu inventário, distribuídas em tecidos, acessórios (meias, coletes, chapéus, varandas para rede, etc), lápis, cadarços, rosários e outros, que juntos somavam 2:696\$435.

Assim verificamos que os negociantes estancianos construíram suas fortunas pautadas na diversidade de bens, na qual os bens de raiz estavam presentes em 87% dos

¹⁵⁷ AGJES - Inventário n.º 02 Caixa 71 – Cartório do 2º Ofício de Estância 1872.

¹⁵⁸ APES - Lista de Qualificação de Votantes de Estância – 1862.

¹⁵⁹ AGJES – Ação de Cobrança nº 08 Caixa 02 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1852.

¹⁶⁰ AGJES - Inventário n.º 05 Caixa 34-A – Cartório do 2º Ofício de Estância 1845.

inventários, compostos em sua maioria por imóveis urbanos; seguidos pelos escravos (82%), bens móveis (85%), mercadorias (75%), dívidas ativas (68%), semoventes (53%) e dinheiro (27%) .

Assim temos a composição das fortunas mercantis em Estância no período proposto:

Quadro 2.7
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Composição da Riqueza dos Negociantes

Bens	Total em contos de réis	Porcentagem
Escravos	181:332\$500	13%
Raiz	304:521\$954	22%
Móveis	25:776\$228	1,7%
Semoventes	18:604\$360	1,3%
Dívidas ativas	684:243\$238	49%
Fazendas (mercadorias)	97:469\$731	7%
Dinheiro	85:162\$874	6%
Total	1397:110\$885	100%

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Destarte, verificarmos a diversidade da composição da riqueza de homens e mulheres residentes em Estância que dedicados às atividades comerciais, tiveram suas fortunas assentadas principalmente no capital usurário, na propriedade imobiliária, em especial, os edifícios urbanos, na pequena propriedade de escravos e nas mercadorias.

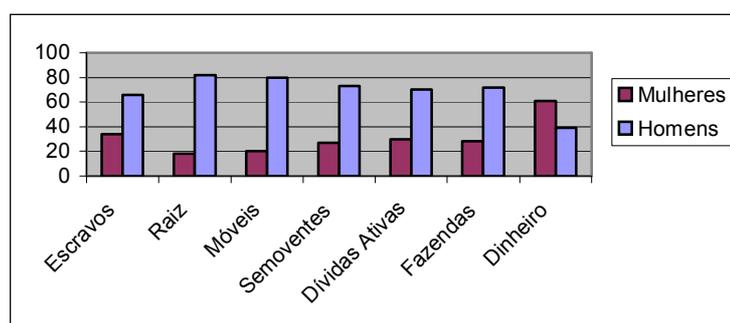
Além de agruparmos os negociantes estancianos de acordo com os bens possuídos, analisamos como a riqueza mercantil estava distribuída quanto ao gênero.¹⁶¹

Quanto à composição das fortunas de acordo com o sexo, percebemos que as mulheres representam 22,7% dos negociantes inventariados, concentrando 29% da riqueza

¹⁶¹ Para tal discussão, tomaremos gênero como categoria relacional (homens X mulheres), conforme SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS corpo, 1990.

acumulada em Estância, sendo que ambos os sexos investiram em todos os bens. Desse modo, temos a composição das fortunas mercantis estancianas de acordo com o gênero:

Gráfico 2.3
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Composição da Riqueza Segundo Sexo (%)



Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Conforme o Gráfico 2.3, as mulheres estancianas que viviam dos negócios investiram maiores valores no entesouramento do bem dinheiro, quer seja na aquisição de apólices ou depósitos bancários. Isso pode ser justificado pelo fato de das incertezas quanto a perduração da escravidão, sendo que o investimento em ações, depósitos e apólices apresentava-se mais seguros que investir na aquisição de outros homens.

Verificamos, ainda, a presença de algumas mulheres proprietárias de casas comerciais, que mesmo com o falecimento dos seus cônjuges, não abandonaram a atividade comercial, tampouco reduziram seu patrimônio. Tomemos o exemplo da negociante Maria Antônia de Magalhães Ribeiro,¹⁶² filha dos negociantes Ana Francisca da Conceição Magalhães e Romão Lourenço de Magalhães, foi casada, em primeira núpcias, com o comerciante Nicolau Antônio de Abreu, com o qual teve duas filhas, ficando viúva em 1862, recebeu como herança a

¹⁶² AGJES – Inventário n.º 02 Caixa 70 Cartório do 2º Ofício de Estância 1871.

meação no valor de 40:390\$766. Após alguns anos, contraiu novo consórcio com outro negociante, Bernardino José Ribeiro, com o qual teve três filhos, falecendo em 1881. Na sua longa jornada, ao administrar a fortuna de suas filhas e a herança que recebeu, não hesitou em investir em outros bens, a saber: quarenta e oito ações no Banco da Bahia (8:000\$000), outras cento e trinta no Banco Mercantil (13:000\$000), outras cento e setenta na Sociedade do Comércio (17:000\$000) e vinte na Caixa (2:000\$000); o crédito também era o principal bem desta senhora (97:721\$372), que possuía, ainda, oito escravos (5:290\$000), bens de raiz (20:550\$000), alguns móveis (600\$000), quatro burros (330\$000) e mercadorias (6:014\$000), totalizando 170:505\$370, o que demonstra sua competência no ramo comercial.

Já outras inventariadas por sua vez, tornaram grandes credoras, como é o caso de Luísa Maria da Trindade Franca,¹⁶³ viúva do negociante João Manuel Barbosa de Franca, teve sua fortuna avaliada em 14:702\$240, composta por duas escravas (850\$000), poucos móveis (242\$120), um burro (60\$000), dinheiro em espécie (1:892\$240) e dívidas ativas empenhadas a 159 pessoas no valor de 11:657\$700.

O comércio, bem como o capital usurário possibilitou a participação feminina na economia estanciana, estas mulheres tornaram-se vendedoras ambulantes, donas de casas comerciais, grandes credoras, entre outras atividades ligadas ao comércio.

¹⁶³ AGJES – Inventário n.º 07 Caixa 75 Cartório do 2º Ofício de Estância 1881.

2.2 - Estratificação das Fortunas

Ao reconhecer a posse de bens como um diferenciador social, agregamos os negociantes inventariados de acordo com o monte-mór e estratificamos as riquezas em oito faixas de fortunas. Com isso, traçamos o perfil da riqueza dos negociantes estabelecidos em Estância.(Cf. Quadro 2.8)

Quadro 2.8
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Classificação das Fortunas Mercantis (em contos de réis)

Faixas de Fortunas	Valores	Negociantes Inventariados	%	Valor Acumulado	%
1 - Muito pequenas	até 1:000\$000	5	6,7	2:429\$623	0,2
2 - Pequenas	1:001\$000 a 3:000\$000	15	20	25:470\$528	1,8
3 - Médias baixas	3:001\$000 a 5:000\$000	14	18,7	54:516\$214	4
4 - Médias	5:001\$000 a 10:000\$000	20	26,7	155:887\$681	11,2
5 - Médias altas	10:001\$000 a 20:000\$000	6	8	74:184\$342	5,3
6 – Grandes baixas	20:001\$000 a 50:000\$000	5	6,6	164:454\$345	12
7 – Grandes médias	50:001\$000 a 100:000\$000	7	9,3	455:028\$809	32,5
8 – Grandes altas	Acima de 100:001\$000	3	4	46:5139\$336	33
Total		75	100	1397:110\$885	100

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Com essa classificação, buscamos identificar o perfil sócio-econômico dos negociantes através dos ativos que possuíam, considerando que o comportamento das fortunas pessoais é o reflexo das mudanças no cenário econômico da época.

Os inventários que compõem a primeira categoria, ou seja, aqueles cujas fortunas somam até 1:000\$000, correspondem a 6,7% dos negociantes inventariados, os quais geralmente construíram suas fortunas atreladas ao capital mercantil e tinham no comércio sua única fonte de renda. Não eram credores nem proprietários de escravos, tampouco possuíam dinheiro ou ações, suas riquezas eram as próprias mercadorias e, quando possuíam bens de raiz, esses não ultrapassavam a um casebre velho, utilizado como moradia, depósito e loja. Isto fica notório no inventário do Francisco Tomás Guimarães¹⁶⁴ no qual foram arroladas apenas poucas mercadorias, entre elas retalhos de tecidos e simples utensílios para o lar, totalizando 878\$310.

Já entre os negociantes que amontoaram entre 1:001\$000 a 3:000\$000, estavam aqueles que além de possuírem mercadorias e bens de raiz, eram donos de, em média, 1 escravo, alguns poucos animais, ferramentas, ínfimas dívidas ativas e móveis. O dinâmico negociante varejista Manoel Francisco Brandão,¹⁶⁵ teve sua fortuna avaliada em 1:540\$540, na qual foram arrolados uma escrava - Justina, “já velha” (100\$000); uma morada de casa na rua da Miranga, onde funciona sua loja de tecidos (600\$000), uma outra casa situada Além da Ponte (200\$000) e uma malhada com uma casinha, situada no caminho do Cais (60\$000); três cavalos (160\$000) que certamente eram utilizados para o transporte de mercadorias; alguns móveis entre eles um nicho com a imagem do Menino Deus (8\$000), um armário de loja (16\$000), uma tenda de ouvires com várias ferramentas (16\$000), um jogo de molas (8\$000), uma mesa (2\$000), quatro bancos (4\$000), um estrado (4\$000), duas cadeiras (\$640) e uma mesa de vidro. Foram ainda registrados seis créditos no valor total de 40\$520, além de restos de tecidos, duas caixas de sabão, vinte garrafas de cerveja e vinte e cinco potes (2\$500) comprados a Francisco José Cardoso

¹⁶⁴ AGJES -Inventário n.º 09 Caixa 77 – Cartório do 2º Ofício de Estância 1884.

¹⁶⁵ AGJES -Inventário n.º 06 Caixa 23-A – Cartório do 2º Ofício de Estância 1837.

Guimarães, negociante baiano. Foram ainda arroladas dívidas passivas que somam 415\$934, contraídas junto ao referido negociante baiano, ao que parece ser seu fornecedor preferido.

Os que estavam enquadrados na terceira categoria, geralmente são proprietários de um pequeno número de escravos (entre 3 a 8 escravos) que correspondem a 4% da sua riqueza, alguns imóveis, poucos animais, pequenas dívidas ativas, móveis e um maior estoque e diversidade de mercadorias que os anteriores. Insere-se nesta categoria João Luís Correia,¹⁶⁶ que acumulou durante sua vida a fortuna de 4:911\$970, distribuída na posse de um burro (120\$000) utilizado como meio de transporte; uma casa que tinha as funções de casa de morar e loja, avaliada em 600\$000, ocupada por poucos móveis, a saber: uma mesa velha (4\$000), dois baús (6\$000), um tacho velho de cobre (3\$000), uma escada (1\$000); dívidas ativas totalizadas em 3:850\$410, partilhadas entre 51 pessoas moradoras nas cidades de Estância, Boquim e Riachão que lhe deviam modéstias quantias provenientes de compras efetuadas em seu estabelecimento comercial; além dos sortidos gêneros encontrados em sua loja que somam 327\$560. Foram, ainda, arroladas dívidas passivas com alguns negociantes locais (40\$797). Todavia, dois meses após o encerramento do inventário e partilha dos bens, os herdeiros foram surpreendidos com uma Execução Comercial¹⁶⁷ de autoria de uma firma baiana Pinto & Rodrigues que cobrava o pagamento de uma dívida no valor de 1:575\$942 adquirida pelo finado João Correia proveniente da compra de gêneros para suprimento de sua loja. Podemos inferir por meio desses vestígios da vida material desse negociante que ele contou com a ajuda familiar nas tarefas da sua loja pelo fato de não possuir escravos e de sua residência ser o próprio ambiente de trabalho.

As fortunas classificadas como medianas são aquelas estabelecidas entre 5:001\$000 e 10:000\$000, correspondendo a 26,6% dos negociantes consultados, sendo proprietários de uma

¹⁶⁶ AGJES -Inventário n.º 03 caixa 71-A - Cartório do 2º Ofício de Estância 1873.

¹⁶⁷ AGJES - Execução Comercial nº 03 Caixa 02 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1873.

média propriedade escrava (6 a 10 escravos) que concentraram 24,3% das suas fortunas nesse bem, seguidos pela posse de imóveis (21%), dívidas ativas (30,7%), mercadorias (13,6%), bens móveis (4,8%), semoventes (2,3%) e dinheiro (3,3%), representando 11,2% da riqueza inventariada. Vejamos a composição da fortuna de Maria do Espírito Santo Amado,¹⁶⁸ casada com o negociante José Amado de Faria. Seus bens foram avaliados em 9:973\$410, distribuídos na posse de três escravos em idade produtiva que somam 2:000\$000, uma carroça (70\$000), um burro (60\$000), créditos nas mãos de dezesseis pessoas (3:284\$630) e mercadorias (fazendas, secos e molhados, adornos, louças, vinhos, cervejas, chá preto, farinha de trigo, livros das primeiras leituras, materiais escolares, talheres, ornamentos decorativos, especiarias, cosméticos) que somavam 4:558\$780.

Entre os negociantes que tiveram suas fortunas classificadas como médias altas, estavam 8% aqueles que durante a vida conseguiram acumular uma riqueza entre 10:001\$000 a 20:000\$000 e concentraram 58% das suas fortunas em Dívidas Ativas. Tomemos por exemplo Luís Alves da Costa,¹⁶⁹ que por não possuir escravos para auxiliá-lo na sua atividade comercial, talvez contasse com a ajuda dos filhos, já que os oito eram maiores de 15 anos. Entre os seus bens estavam: uma casa de morar de taipa e telha (100\$000), um armazém próximo ao porto (300\$000), uma casa no termo de Santa Luzia (200\$000) e sua residência com frente de pedra e cal, oitão de tijolo e cal, duas janelas e três portas, duas salas e um corredor de frente, avaliada em 5:000\$000. Foram arrolados alguns móveis - uma mesa com cadeiras de jantar (50\$000), utensílios de cozinha, louças, uma balança romana pequena (25\$000); um burro (125\$000), madeiras prontas para serem vendidas (698\$700) e dívidas ativas (4:487\$960), totalizando um *monte-mór* de 11:036\$660.

¹⁶⁸ AGJES -Inventário n.º 12 caixa 77 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1884.

¹⁶⁹ AGJES -Inventário n.º 01 caixa 71 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1882.

Já entre os inventariados enquadrados na sexta categoria estavam aqueles inventariados que investiram 52,6% da sua fortuna em bens de raiz. É o caso de Antônio da Silva Martinho,¹⁷⁰ negociante português, domiciliado em Estância e registrado no Tribunal de Comércio da Bahia,¹⁷¹ proprietário de uma casa de taipa e telha na Rua Vinte e Cinco de Março n.º 49, com três portas, corredor, sala com armação de loja, dois quartos, sala de jantar (1:500\$000), um sobrado na mesma rua, n.º 51, com frente de pedra e cal, com quatro portas, sala e corredor, tanto no térreo como no pavimento superior, tendo naquele armação de loja, três quartos, um salão e nesse cinco quartos, sala de jantar, cozinha, sótão com duas salas e dois pequenos quartos(8:000\$000), uma malhada na rua da Cadeia com pés de coqueiros e laranjeiras(500\$000), um pequeno terreno devoluto na mesma rua(16\$000), dois terços do trapiche Primeiro, situado no Porto d'Areia, de pedra de cal, com balança romana, pesos e guindastes de madeira(8:000\$000); um armazém deteriorado no mesmo Porto, um terreno baldio(50\$000) e outro à margem do rio Piauitinga(150\$0000), totalizando 18:318\$000 em bens de raiz. Foram citados, nesse inventário, como trastes do lar uma mobília de jacarandá, contendo doze cadeiras baixas, duas cadeiras de braço, outra de balanço, um sofá e dois consolos com lastro de madeira (100\$000) e algumas mercadorias existentes na sua loja, tais como: tecidos, ferragens e acessórios (2:414\$980). Assim, Antônio da Silva Martinho acumulou durante sua vida o *monte-mór* de 20:830\$980. Mesmo não sendo arroladas em seu inventário dívidas ativas entre seus bens, constatamos que o afortunado negociante impetrou ao longo de sua carreira várias ações judiciais contra seus devedores, a saber: Teles dos Santos da Fonseca Dorea,¹⁷² que lhe devia 4\$180 por restos das mercadorias que comprou em 08/04/1849, Baltazar Corrêa

¹⁷⁰ AGJES - Inventário n.º 16 caixa 78 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1886.

¹⁷¹ APEB. Registro de Matrícula de Comerciantes (1854-1896). Seção Colonial. Documento nº 06/59/08.

¹⁷² AGJES - Termo de Conciliação nº 2 Caixa 01- Cartório do 2º Ofício de Estância 1851.

Andrade¹⁷³ a quantia de 18\$370 por *conta de livro*, o tenente-coronel Luiz Correia Freire¹⁷⁴ por crédito (15\$060), Francisco José Reis¹⁷⁵ a quantia de 835\$200 e Gonçalo José de Melo,¹⁷⁶ residente em Lagarto, a quantia de 3:690\$000.

Nas fortunas classificadas entre 50:001\$000 e 100:000\$000, estavam aqueles negociantes que apesar de investirem 52,8% da riqueza em dívidas ativas, são detentores de uma grande propriedade escrava, bens de raiz que englobam desde casas na cidade a quinhões de engenhos. Nesta categoria temos D. Joana Rodrigues Dantas Oliveira,¹⁷⁷ casada com um próspero comerciante estanciano, Virgínio Moreira de Oliveira, que possuía entre os seus bens dez escravos (7:700\$000), uma casa situada na rua do Caminho do Rio, com frente de pedra cal, cinco portas, três janelas envidraçadas, uma sala e armação de loja (6:000\$000) e um sítio (600\$000), alguns trastes do lar (852\$000), uma mula (200\$000) e um cavalo (100\$000). Foram arrolados no seu inventário a quantia de 125\$000 em dinheiro, bem como ações na Sociedade de Comércio da Bahia(1:200\$000), mercadorias da loja, tais como tecidos, ferramentas e utensílios do lar(11:199\$950) e dívidas ativas(22:252\$447) em mãos de cento e noventa e nove pessoas, correspondendo a 44,3% desta fortuna que foi avaliada em 50:230\$237.

Na oitava categoria, temos os negociantes que construíram suas fortunas pautadas em atividades comerciais, porém em dado momento passaram a investir em outras atividades, principalmente no empréstimo pessoal a juros – usura, comprometendo 65,3% das suas fortunas, enquanto investiram 12% em mercadorias. Essa categoria concentrou 33,3% da riqueza mercantil estanciana.

¹⁷³ AGJES - Ação de Cobrança n° 06 Caixa 08 - Cartório do 2° Ofício de Estância 1856.

¹⁷⁴ AGJES - Ação de Crédito n° 09 Caixa 09 - Cartório do 2° Ofício de Estância 1866.

¹⁷⁵ AGJES - Execução Comercial n° 02 Caixa 01 - Cartório do 2° Ofício de Estância 1871.

¹⁷⁶ AGJES - Designação de Dez Dias n° 03 Caixa 02 - Cartório do 2° Ofício de Estância 1875.

¹⁷⁷ AGJES - Inventário n.º 04 caixa 62 - Cartório do 2° Ofício de Estância 1883.

Manoel Joaquim da Silva Heitor,¹⁷⁸ bem sucedido comerciante da praça mercantil de Estância, construiu uma das maiores fortunas da região, possuía entre seus pertences objetos de ouro e prata (1:187\$750), móveis (885\$000); treze escravos (9:300\$000); um sobrado na rua do Rosário com frente de pedra e cal, com quatro portas e um andar com quatro janelas envidraçadas, sacadas de ferro e sótão com duas janelas também envidraçadas, corredor, quartos em cima e embaixo, quintal fechado (8:000\$000), outro sobrado na mesma rua, com quatro portas de frente, com andar de taipa e telha, janelas envidraçadas, sacada de ferro e sótão com duas janelas também envidraçadas com sacada de ferro, quintal fechado, corredor, cozinha e quartos (6:500\$000); casa na mesma rua com três portas, duas janelas envidraçadas, duas salas, armação de loja, cozinha e quintal (3:500\$000), metade de uma casa vizinha a anterior (750\$000), partes em outra casa na rua direita da Conceição, com cinco portas e quintal cercado, casa de taipa e telha no Bonfim, com três portas, duas janelas (400\$000); casa de taipa e telha na rua da Quitanda (100\$000); terreno e casa na rua da Glória (200\$000); um terreno (50\$000); Engenho Santo Antônio do Cipó, com pasto, casa de morar e utensílios (7:000\$000); sexta parte em um trapiche (2:000\$000) e sexta parte em outro (1:000\$000), somando 25:500\$000 em bens de raiz. Foram arrolados estoques de mercadorias – açúcar, madeira, tábuas, tecidos, secos e molhados (2:411\$520) e dívidas ativas nas mãos de 623 pessoas no valor de 77:541\$758, correspondendo a maior fatia na fortuna inventariada. Diante desses dados, podemos concluir que o capital usurário era a fonte da riqueza do inventariado, sendo esse um dos grandes credores da Estância oitocentista.

Os negociantes estancianos da faixa de fortuna 1, aqueles que acumularam até 1:000\$000 tinham como principal investimento as próprias mercadorias. Podemos supor que

¹⁷⁸ AGJES - Inventário n.º 02 Caixa 68 – Cartório do 2º Ofício de Estância 1870.

eram ambulantes ou alugavam casas, uma vez que poucos possuíam bens de raiz; as dívidas ativas que possuíam eram oriundas das vendas efetuadas “a fé de preço”.¹⁷⁹ Já os negociantes que tiveram suas fortunas avaliadas entre 1:001\$000 a 3:000\$000, investiram nos bens escravos, esses que, por vezes, eram mais que auxiliares nas tarefas mercantis, na medida em que ofereciam status. Os das faixas médias baixas (3:001\$000 a 5:000\$000) e grandes médias (20:001\$000 a 50:000\$000) investiram nos bens de raiz eram donos de sobrados, armazéns, trapiches, casas urbanas. Aqueles das faixas de fortunas médias, médias altas, grandes médias e grandes altas elegeram o capital usurário como grande motor das suas fortunas, mesmo sendo uma atividade de risco, mas que garantia lucros promissores, visto que o não pagamento das dívidas implicaria em ações judiciais. Vejamos como a riqueza estava distribuída de acordo com as faixas de fortunas:

Quadro 2.9
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Distribuição dos Valores da Riqueza (%) Inventariada

Faixas de Riqueza	Valores (%)							
	Escravos	Raiz	Móveis	Semoventes	D.Ativas	Dinheiro	Fazendas	Soma de Monte-Mores
1	22,2	15,6	18,6	0	1,7	1,5	40,4	2:492\$630
2	30,0	23,0	7,0	6,0	18,0	2,0	14,0	25:470\$210
3	28,7	33,6	2,8	3,3	16,8	0,3	14,5	54:516\$210
4	24,3	21,0	4,8	2,3	30,7	3,3	13,6	155:887\$700
5	8,7	20,5	2,0	1,2	58,0	2,6	7,0	74:184\$340
6	10,8	52,6	2,3	2,0	21,1	0	11,2	164:454\$300
7	17,3	17,0	1,3	1,7	52,8	4,7	5,2	455:028\$800
8	3,5	15,0	0,7	0,1	65,3	12,0	3,4	465:139\$300
TOTAL								1397:110\$885

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

¹⁷⁹ Expressão utilizada para designar que a compra foi feita a prazo.

Segundo o Quadro 2.9 , os negociantes da oitava faixa de fortuna - aqueles que somaram um monte-mór acima de 100:000\$000, composta por atacadistas e grandes credores, foram os que menos investiram nos bens escravos (3,5%), de raiz (15%) e móveis (0,7%), em contrapartida foram os que mais aplicaram em dívidas ativas (65,3%) e dinheiro (3,4%), o que atesta o seu grau de envolvimento com as atividades mercantis.

Na faixa de riqueza 6, fortunas entre 20:001\$000 a 50:000\$000, foram registradas os maiores investimentos nos bens de raiz (52,6%), demonstrando que esses médios negociantes tinham na propriedade urbana sua riqueza, por sua vez, esta foi a única faixa em que não foi encontrado dinheiro.

Os escravos e os semoventes foram os bens preferidos pelos negociantes detentores de pequenas fortunas (entre 1:001\$000 a 3:000\$000), talvez o caráter utilitário de ambos os bens para o comércio tenha favorecido tais investimento, no caso do bem escravo acrescido do valor social.

Apesar de possuírem valores pouco significativos no conjunto da riqueza mercantil estanciana, os bens móveis (18,6%), despertaram maior interesse entre os negociantes da primeira faixa de fortuna, que também foram os que mais investiram em mercadorias (40,4%), contudo não tinham animais.

De acordo com os Quadros 2.8 e 2.9, referentes a distribuição dos valores da riqueza estanciana entre os negociantes, podemos inferir que existia um pequeno grupo que controlava alguns setores chaves da economia local, como o crédito e o abastecimento, o qual optamos por denominar de elite mercantil de Estância.¹⁸⁰ Dentro desse dinâmico universo mercantil, os membros desse segmento conseguiram reunir riqueza, ostentadas na acumulação de fortuna;

¹⁸⁰ Segundo João Fragoso “elite mercantil é um grupo restrito de negociantes que controla setores-chave da economia colonial, como o tráfico de escravos, o crédito e o abastecimento de alimentos” (1992:53).

poder, percebidas nas relações com negociantes locais e de outros centros comerciais e prestígio através do crédito.¹⁸¹

Entre os que conseguiram acumular as maiores fortunas, estavam os que compunham a sétima e oitava categorias e juntos possuíam 82 escravos, 2180 credores, ações, sortidas mercadorias provenientes da cidade da Bahia, geralmente eram atacadistas (Cf. Quadro 2.9). Além da sua residência, possuíam lojas, armazéns, sítios e até mesmo quinhões em engenhos. A fim de visualizarmos o perfil dos negociantes que construíram as maiores fortunas, elaboramos o seguinte Quadro:

Quadro 2.10
Estância – Sergipe
1850 – 1888
Composição das Maiores Fortunas Mercantis (%)

Negociantes	Bens							Monte-Mór
	Escravos	Raiz	Móveis	Semoventes	D.Ativas	Dinheiro	Fazendas	
1	1,1	13,1	0,4	0	72,0	9,2	4,2	174:316\$970
2	3,1	12,1	0,4	0,2	57,3	23,4	3,5	170:505\$372
3	7,9	21,9	1,8	0	66,2	0	2,2	116:972\$028
4	2,7	9,4	0,7	0	68,9	12,8	5,5	85:529\$8133
5	12,9	20,1	2,0	0,5	62,0	2,1	0,4	80:781\$532
TOTAL								628:105\$035

Fonte: Inventários, Estância (1850-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

1- Modesto dos Santos - Inventário nº 3 caixa 74 - Cartório do 2º Ofício de Estância (1878)

2- Maria Antônia de Magalhães Ribeiro - Inventário nº 07 caixa 75 Cartório do 2º Ofício de Estância (1881)

3- Manoel Joaquim da Silva Heitor - Inventário nº 02 caixa 68 Cartório do 2º Ofício de Estância (1870)

4- Serafim de Matos Freire - Inventário nº 06 caixa 71 Cartório do 2º Ofício de Estância (1872)

5- Nicolau Antônio de Abreu - Inventário nº 06 caixa 60 Cartório do 2º Ofício de Estância (1862)

Considerando o Quadro 2.10, constatamos que os negociantes que compõem o topo da pirâmide mercantil da Estância tiveram suas fortunas estruturadas no capital usurário e na

¹⁸¹ MILLS, Charles Wright. “Altas Rodas”. In: *A Elite do Poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.18.

posse de dinheiro tanto em espécie como em ações, bens ligados a multiplicação da riqueza mercantil.

Com o intuito de compreendermos as mudanças nos comportamentos das fortunas e acompanharmos o movimento da predileção dos negociantes em relação aos bens, formulamos o Quadro 2.11, que detalha o comportamento de cada bem durante as sete décadas estudadas.

Quadro 2.11
Estância – Sergipe
1820 – 1888
Composição Decenal da Riqueza (%)

Décadas	Escravos	Raiz	Móveis	Semoventes	D.ativas	Fazendas	Dinheiro	Monte-mór	(A)
1820-1829	11,2	19,2	13,7	0,7	40	9	6,2	22:409\$572	5
1830-1839	23	18,3	3,7	7	31	15,5	1,5	33:287\$727	10
1840-1849	36,4	16	4,6	5,5	19	14,5	4	25761.376	8
1850-1860	18,3	34,2	1,3	1,2	36,3	7,7	1	205:581\$709	14
1861-1870	23	20,3	2,5	2,3	42	6,5	3,4	308:714\$422	17
1871-1880	8,1	17	1	0,5	63,5	4,6	5,3	560:046\$231	14
1881-1888	3,2	25,2	1,8	1	42	10,3	16,5	241:309\$848	7
TOTAL								1397:110\$885	75

(A) = Número de Inventários

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Em quase todas as décadas, ocorreu a supremacia das dívidas ativas em relação aos demais bens. Apenas na década de 40, os bens escravos superam os investimentos em relação às dívidas ativas.

Após Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibiu o tráfico internacional de escravos, seguida das demais leis abolicionistas¹⁸² e a Lei de Terras (1850), registrou-se um decréscimo na participação do bem escravo nas fortunas mercantis, acompanhado pelo crescimento dos bens de

¹⁸² Ver nota 137.

raiz, dinheiro, fazendas e dívidas ativas. Diante do exposto, podemos constatar que após 1850 os negociantes estancianos passaram a investir o capital outrora aplicado na aquisição de escravos, em outros ativos. Já os semoventes mantiveram-se estáveis, enquanto os bens móveis sofreram uma baixa na participação das fortunas a partir de 1850.

Ao estudarmos a vida material dos negociantes estabelecidos em Estância no período de 1820-1888, percebemos o caráter mercantil e dinâmico desta cidade, evidenciado pela composição das fortunas, formadas por 49% de dívidas ativas, assim como pelo intercâmbio comercial, via abastecimento e crédito e pelas transações comerciais com negociantes de outras localidades sergipanas, bem como de outras Províncias, a exemplo da Bahia.

Ainda de acordo com a posse de bens, verificamos que alguns negociantes tinham uma extensa rede de crédito, originada pelas compras efetuadas a prazo em suas lojas ou por empréstimos concedidos. Ao considerarmos o ato de emprestar, mesmo que pequenas quantias, como uma oportunidade de expandir sua influência, podemos concluir que, para esta sociedade, o capital usurário promovia prestígio e poder.

Capítulo III

NAS TEIAS DO CRÉDITO

Ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e nove, aos vinte e oito dias do mês de maio, apresentou-se no cartório da Comarca de Estância, José da Costa Lisboa, negociante da praça de Estância para mover Ação de Libelo Cível contra Gonçalo Marques da Cruz, proprietário do Engenho Cutovelo, localizado no termo de Estância, o qual lhe acusa de ter tomado emprestado a quantia de 920\$000, comprometendo-se a pagar a primeira parcela (220\$000) no prazo de cinco meses com uma caixa de açúcar pelo preço corrente em 16 de agosto do ano de mil oitocentos e sessenta e sete e 700\$000 em moeda com 30 dias. Entretanto, passaram-se anos e dito proprietário não manifestou interesse de cumprir com o seu compromisso, sendo calculado juros de 2% ao mês para a primeira parcela e 1% para a segunda, totalizando a quantia de 1:853\$000.¹⁸³

Essa ação judicial atesta um dos problemas que mais afligiam a economia brasileira no século XIX, a escassez fiduciária, tendo por consequência a corrida ao crédito personalizado e o pagamento em gêneros agrícolas.

A escassez monetária não era um problema novo enfrentado pela economia brasileira. Fez-se presente desde os primeiros anos da colonização prolongando-se até o último quartel do oitocentos, mesmo quando foram criadas as primeiras instituições bancárias responsáveis pela emissão de moedas.

Essa deficiência de moedas estendia-se por toda colônia, mesmo nas capitâneas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e região mineradora, bem como a metrópole que alegava a falta de prata em seus domínios. Durante a União Ibérica, a carência metálica do Brasil foi suprida pela prata vinda das colônias espanholas na América, entretanto, com a restauração da monarquia lusitana (1640), as colônias espanholas continuaram remetendo prata para o Brasil

¹⁸³ AGJES – Ação Libelo Cível nº 04 Caixa 27 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1869.

mediante contrabando, não sendo este fornecimento suficiente para suprir a necessidade de metais, tanto na colônia como na metrópole.¹⁸⁴

Com a descoberta de metais preciosos na colônia no final do século XVII, o problema da falta de material para a confecção de moedas poderia então ser solucionado, contudo mesmo nas áreas de produção aurífera, a exemplo de Minas Gerais, a escassez de moedas permaneceu contundente.¹⁸⁵

Ao estudar as fortunas das famílias soteropolitanas do período setecentista através dos inventários *post-mortem*, Maria José Mascarenhas observou a constante presença de utensílios de prata entre os bens arrolados, o que se contrapõe a essa visão de insuficiência de prata na América Portuguesa para a confecção de moedas. Segundo Mascarenhas, “*O grande valor da prata estimulava o seu entesouramento, era guardada como bem de valor de reserva, além disso, os objetos de prata continham valor de status e prestígio, tão almejados na sociedade daquela época.*”¹⁸⁶

Durante o auge da atividade mineratória, a Coroa Portuguesa impôs algumas medidas objetivando aumentar a arrecadação de ouro. Proibiu em 1725 a circulação de ouro em pó e, cinco anos depois, proibiu a cunhagem de moedas em ouro. Tal proibição forçou a cunhagem de metais menos nobres. O que comprova a tendência de entesouramento do ouro extraído no Brasil. Segundo Júnia Furtado, o entesouramento do ouro favoreceu a proliferação de um sistema de empréstimos e de compras a prazo.¹⁸⁷

¹⁸⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p.178.

¹⁸⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 121.

¹⁸⁶ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Dinheiro de contado e crédito na Bahia do século XVIII*, p.3 (Artigo não publicado).

¹⁸⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 122.

Na tentativa de remediar essa situação de penúria metálica, que se refletia principalmente no bom desempenho das atividades comerciais, os moradores da colônia utilizavam como alternativas de pagamento o escambo (troca de mercadorias) e o crédito.

No comércio internacional, em especial, na compra de escravos africanos, alguns produtos como o zimbo,¹⁸⁸ a mandioca, o tabaco, a cachaça e o açúcar assumiram medidas de valor em mil-réis sendo utilizados como moedas na troca por escravos africanos, pois “*na falta de numerários no Brasil, as caixas de açúcar se permutam por africanos*”.¹⁸⁹

Já no comércio interno, conforme observou Alcântara Machado para o século XVII, “*carnes, galinhas e panos de algodão*” eram moedas correntes no Brasil colonial, justificando que os poucos numerários que existiam estavam nas mãos dos afortunados ou nos cofres dos órfãos.¹⁹⁰

Para amenizar essa carência fiduciária, a Coroa Portuguesa instituiu em 1695 uma política monetária que consistiu, entre outras estratégias na criação da casa da moeda no Rio de Janeiro e de uma filial na cidade de Salvador, que foram responsáveis pela cunhagem de moedas que circularam na colônia até 1808, quando D. João VI criou o Banco do Brasil.¹⁹¹

Objetivando impedir a transferência dos parques numerários coloniais para a metrópole via o comércio de açúcar, as moedas cunhadas no Brasil tinham menor valor que as utilizadas em Portugal, contudo “*essa providência não teve sucesso porque logo que diminuiu a demanda de açúcar brasileiro, as companhias de Lisboa determinaram a seus agentes que vendessem moeda, e não açúcar.*”¹⁹² Desse modo, o comércio monetário entre colônia e metrópole era mais rentável

¹⁸⁸ Tipo de concha (búzio) que era trocado por escravos. ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 274.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 37.

¹⁹⁰ ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte de bandeirante*. São Paulo: Martins, 1972, p.133.

¹⁹¹ ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980, p. 346.

¹⁹² RUSSEL-WOOD, A. J. L. *Fidalgos e Filantropos*. Brasília: Editora da UNB, 1981, p. 53.

que o comércio do açúcar, mesmo que tal atitude prejudicasse o bom funcionamento da economia colonial.

A falta de moedas chegou a ser apontada por Russel-Wood como um dos motivos para a crise da economia baiana no século XVIII, mesmo com a criação da filial da Casa da Moeda em Salvador, as moedas circulantes continuaram insuficientes para atender as necessidades do comércio baiano. As poucas moedas que circulavam na Bahia eram retidas pelos fazendeiros de gado do Piauí e do Maranhão, bem como pelos garimpeiros da região de Minas Gerais e Jacobina, os quais preferiam receber os pagamentos dos negócios efetuados em dinheiro, em vez de mercadorias, enquanto aos senhores de engenho não restava outra opção senão pagar seus débitos com safras de açúcar.¹⁹³

Neste cenário de falta de dinheiro de contado¹⁹⁴ para efetuarem os pagamentos, os senhores de engenho permutavam com os negociantes seus gêneros agrícolas com os produtos vendidos pelos negociantes, consolidando assim o sistema de trocas de mercadorias, escambo, uma prática corriqueira na economia colonial.

Apesar do pleno funcionamento das Casas da Moeda, no Rio de Janeiro e na cidade da Bahia, desde o final do seiscentos, a circulação monetária no interior do Brasil continuou deficiente. Com a chegada de D. João VI ao Brasil, houve uma tentativa de reestruturação da política monetária brasileira, sendo a primeira iniciativa a criação do Banco do Brasil em 1808, que ficou responsável pela emissão de moedas até 1829. Com essa medida, o príncipe-regente

¹⁹³ Ibidem, p. 76

¹⁹⁴ Dinheiro líquido em mão. MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, p. 185.

buscou centralizar a emissão de monetária, tentando controlar e minimizar a falsificação deste meio de troca.¹⁹⁵

Após a independência do Brasil, o Banco do Brasil instituiu como únicas formas de moedas aceitas no país as cunhadas em cobre ou o papel-moeda, o que não impediu a circulação de moedas de cobres falsas em Salvador em 1827 e em Estância(1834).¹⁹⁶

Com a liquidação do primeiro Banco do Brasil em 1829, devido à política inflacionária que impossibilitou o seu funcionamento, a emissão voltou a ser feita pelo Tesouro. Após a iniciativa frustrada de consolidar um sistema bancário no Brasil, o país ficou sem a presença de instituições bancárias entre 1830 a 1836, o que em muito prejudicava a agro-exportação, a economia local e o comércio.¹⁹⁷

A partir de 1836, por iniciativa de particulares, foram organizadas instituições bancárias, com a finalidade de emitir vales bancários e organizar o sistema de crédito. Esses bancos tiveram como sede as principais praças do país, o primeiro destes foi o Banco do Ceará (1836) com capital de 60:000\$000, destinado a fomentar a economia local, entretanto foi liquidado em 1839. No Rio de Janeiro, foi criado o Banco Comercial do Rio de Janeiro (1838), com capital de 5.000 contos de réis, que efetuava amplas operações como: depósitos, adiantamentos de dinheiro, descontos de letras de câmbio e depósitos a prazo.¹⁹⁸

A inexistência de uma política bancária estatal consolidada, aliada a necessidade de sanar as deficiências monetárias, favoreceu a entrada dos bancos particulares na cena financeira do Brasil oitocentista. Contando com o incentivo governamental, as instituições bancárias

¹⁹⁵ PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 39.

¹⁹⁶ APES – Câmaras municipais, pacote 19, 1834.

¹⁹⁷ PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p 33.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p 57.

particulares das províncias, receberam em 1839, autorização para emitirem moedas, a fim de resolver um problema secular da economia brasileira: a carência monetária. Destarte, a política de emissão de moedas durante o período imperial oscilou entre a feita pelo Banco do Brasil ou Tesouro Nacional e a realizada por bancos particulares.

Em 1845, foi criado na cidade de Salvador, o Banco Comercial da Bahia, que emitia letras e vales pagáveis ao portador, a prazo não superior a dez dias e com valor não inferior a 100\$000.¹⁹⁹

Outro banco de atuação muito importante para o fomento das atividades mercantis na praça baiana foi a Caixa Econômica da Bahia (1834), que recebia depósitos em pequenas quantias resultantes de atividades comerciais.

Temos no período imperial o crescimento da atuação dos bancos particulares que entre outras funções realizavam operações de depósitos em moedas, jóias, ouro e ações; adiantamento de dinheiro, desconto de letras de câmbios e outros papéis comerciais, empréstimos com base em moeda, vales e depósitos a prazo.²⁰⁰

Essa crescente atuação dos bancos no cenário oitocentista favoreceu a acumulação de poupanças, geradas, em parte, pelo capital residente deixado pelo fim do tráfico internacional de escravos e do fomento das atividades mercantis.

Após a criação dos estabelecimentos bancários na cidade da Bahia, alguns negociantes afortunados de Estância, que corresponde a 6% dos negociantes inventariados, recorreram a estes bancos para guardar parte de suas fortunas, investindo em depósitos em dinheiro ou na compra de ações. Os bancos de suas preferências como podemos verificar no

¹⁹⁹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 270.

²⁰⁰ PELÁEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 58.

Quadro abaixo eram: Sociedade do Comércio da Bahia, Banco da Bahia, Caixa Econômica da Bahia, Banco Mercantil da Bahia e Caixa Hipotecária da Bahia. As somas em depósitos bancários totalizavam 2:001\$000, enquanto as ações 47.200 contos de réis.

Quadro 3.1
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Ações e depósitos bancários entre
Negociantes da Praça de Estância

Ano ¹	Negociantes	Ações	Depósitos	Bancos
1859	José Maria Gomes de Souza	-	2:001\$000	Caixa Econômica da Bahia
1861	Ana Francisca da Conceição Magalhães	3:800\$000	-	Sociedade do Comércio da Bahia
1861	Ana Francisca da Conceição Magalhães	2:200\$000	-	Banco Cidade da Bahia
1862	Joana Rodrigues Dantas Oliveira	1:200\$000	-	Sociedade do Comércio da Bahia
1881	Maria Antônia de Magalhães Ribeiro	8:000\$000	-	Banco Cidade da Bahia
1881	Maria Antônia de Magalhães Ribeiro	13:000\$000	-	Banco Mercantil da Bahia
1881	Maria Antônia de Magalhães Ribeiro	17:000\$000	-	Sociedade do Comércio da Bahia
1881	Maria Antônia de Magalhães Ribeiro	2:000\$000	-	Caixa Hipotecária da Bahia

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

¹ O ano refere-se ao da abertura do inventário *post-mortem*.

Como podemos observar no Quadro acima 75% dos negociantes que investiam em operações bancárias pertenciam ao sexo feminino. O que poderia justificar a presença de tais aplicações nas fortunas destas mulheres? Podemos induzir que as transformações impostas pela lei de extinção do tráfico internacional de escravos e a Lei de Terras, ambas de 1850, associadas à crise econômica sofrida pela Província de Sergipe a partir de 1855, caracterizada pelas sucessivas secas, epidemia de *cólera-morbus*, perda das safras e dos rebanhos, refletiram no modo de se conceber a riqueza. Talvez, estas mulheres buscaram evitar os riscos oferecidos pelas atividades produtivas, bem como na aquisição de escravos, desse modo, procuravam investimentos que pudessem assegurar suas fortunas, sendo preferida a aquisição de ações bancárias.

A consolidação e proliferação dos estabelecimentos bancários no Brasil, teve também como consequência a organização do sistema de crédito oficial, destinado a financiar as

atividades agro-exportadoras e mercantis. Este serviço que outrora era efetuado pelas grandes casas comerciais, as chamadas Casas Aviadoras, que recebiam como pagamento produtos das safras, passou a ser exercido pelos bancos, que emitiam vales bancários para os proprietários interessados nos empréstimos, que davam como garantia de pagamento seu patrimônio.

Vale salientar, que essa modalidade de crédito só favoreceu às classes produtoras e mercantis, enquanto as classes menos favorecidas continuaram tomando empréstimos a terceiros, no comércio paralelo de crédito.²⁰¹

Na ausência de um sistema de crédito oficial e de um sistema bancário, que atendessem a todos, os agentes de financiadores continuaram sendo exercidos pelas grandes casas comerciais e irmandades religiosas. Em Sergipe, irmandades religiosas, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão e a Ordem Terceira de São Francisco de Assis, também da cidade de São Cristóvão, ofereciam no século XIX, pequenos serviços bancários aos irmãos, fazendo empréstimos com cobranças de juros.²⁰²

Entretanto, mesmo essa embrionária forma de organização do crédito oficial, liderada pelos bancos a partir do século XIX, gerou insatisfação entre os negociantes das grandes casas comerciais que perderam o controle sobre os pequenos produtores, senhores de engenho e conseqüentemente sobre suas safras, assim como sobre outros negociantes.²⁰³

No entanto, mesmo com as políticas monetárias instituídas no Oitocentos, ainda verificamos no comércio estanciano do século XIX, resquícios destas práticas, em que partes das dívidas contraídas eram pagas com produtos das safras ou da loja. O senhor de engenho Gonçalo

²⁰¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 272.

²⁰² SANTOS, Marcelo. *Irmãos da Santa "Conveniência": a Ordem Terceira de São Francisco de Assis na cidade de São Cristóvão (1840-1870)* e SILVA FILHO, Thiago da. *Servindo a alma e ao corpo: a Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE – século XVIII-XIX*.

²⁰³ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 226.

Marques da Cruz costumava pagar seus empréstimos e compras de mercadorias com o açúcar produzido em seu engenho, conforme podemos constatar no exemplo utilizado na abertura do capítulo e em outras ações movidas contra ele.²⁰⁴

Ao atentarmos para a composição das fortunas mercantis em Estância, nos deparamos com a escassez de dinheiro líquido nos inventários. Em contrapartida, constatamos considerável percentual de dívidas ativas e passivas movimentando essas fortunas, o que nos leva a crer que havia na Estância oitocentista uma riqueza pautada no crédito em que os membros desta sociedade deviam mais do que realmente possuíam.

Desse modo, em uma sociedade onde o dinheiro era um gênero escasso, possuí-lo era sinal de abundância. Entre os 75 inventários *post-mortem* consultados, apenas 20 negociantes possuíam dinheiro entre os seus bens, o que correspondia a 27% dos negociantes inventariados e somava a quantia de 85:162\$874, presente sob a forma de dinheiro de contado, apólices, ações e depósitos em bancos, correspondendo a 6% do monte-mór das fortunas mercantis estancianas.

²⁰⁴ AGJES – Ação Libelo Cível nº 02 Caixa 27 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1867.

Quadro 3.2
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Dinheiro entre Negociantes da Praça de Estância¹

Ano²	Negociantes	Dinheiro³	Monte-Mór	Monte-Mór %
1820	José Joaquim Pereira	167\$960	1:596\$722	10
1827	Manuel José de Jesus	1:182\$684	9:505\$733	23,4
1828	Joaquim Gonçalves Ferreira	34\$680	656\$510	1,5
1833	Manoel José Correia Braga	90\$000	3:230\$803	7
1834	Rosalina Maria	37\$000	3:284\$573	1,1
1837	Manoel Francisco Brandão	150\$000	1:540\$540	2,7
1839	Francisca Marques	212\$000	6:647\$841	3,2
1840	Micaela Maria de Freitas	1:000\$000	6:984\$350	14,3
1841	Joaquim Leite Ribeiro	19\$800	1:293\$940	1,5
1859	José Maria Gomes de Souza	2:001\$000	9:436\$000	21
1859	José Joaquim Teixeira Pinto	28\$000	15:782\$150	0,1
1861	Ana Francisca da C.Magalhães	7600\$000	62:495\$960	12,1
1862	Joana Rodrigues Dantas Oliveira	1:325\$000	50:230\$240	5,2
1862	Nicolau Antônio de Abreu	1:666\$666	80:808\$170	2,1
1871	Luisa Maria da Trindade Franca	1:892\$413	12:971\$470	14,5
1871	Manoel José Teixeira da Costa	641\$851	9:088\$743	12,4
1872	Serafim de Matos Freire	11:000\$000	85:529\$130	13
1874	Modesto dos Santos	16:000\$000	174:317\$000	9,1
1876	Antônio Domingues L.Guimarães	114\$000	7:466\$140	1,5
1881	M ^a Antônia de Magalhães Ribeiro	40:000\$000	170:662\$900	9,7

¹ Foram consultados 75 inventários post-mortem de negociantes.

² O ano refere-se ao da abertura do inventário *post-mortem*.

³ Arrolamos nesta categoria dinheiro líquido, ações, apólices e depósitos bancários.

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Apesar do dinamismo da atividade comercial, em poucas fortunas mercantis estancianas foram encontrados dinheiro de contado, o que mais uma vez reafirma a tese de escassez monetária no Brasil oitocentista. As quantias registradas nos inventários dos negociantes variavam entre poucas moedas que somavam 19\$800 a grandes somas de 16:000\$000, somando 35:961\$874 na categoria dinheiro líquido.

Outra prática utilizada para driblar a carência monetária foi o crédito, que aliada à falta de um sistema bancário ou um sistema de crédito oficial, logo se firmou na economia

brasileira como meio financiador dos sonhos dos desprovidos de dinheiro. Esse capital provinha do mercado interno sustentado em formas não capitalistas de produção, a saber: produção camponesa, trabalho livre não assalariado nas estâncias gaúchas e produção escravista de alimentos, bem como do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos, que possibilitaram a acumulação endógena nas mãos de negociantes de grosso trato.²⁰⁵

Destarte, os negociantes residentes no Brasil controlavam a rede de crédito local, investindo na montagem de atividades agrárias voltadas para exportação, na compra de escravos e em diversas atividades econômicas, tais como: cultivo de gêneros alimentícios, comércio, entre outras voltadas para o mercado interno.²⁰⁶ Esse controle dos negociantes sob o crédito perdurou na economia brasileira desde o período colonial estendendo-se até as últimas décadas do século XIX, visto que com o fracasso de inúmeras tentativas de organização de uma rede bancária durante os oitocentos, continuou prevalecendo o capital comercial como importante fonte de financiamento de pessoas e de outros comerciantes”.²⁰⁷

Na falta de moedas circulantes, as pessoas desvalidas de riqueza recorriam ao crédito como forma de suprir suas carências materiais, principalmente as alimentares e as de vestuário. Em Estância, os livros de conta²⁰⁸ e as ações judiciais revelam que tais pessoas, geralmente pediam emprestado aos negociantes pequenas quantias, pretendendo pagá-las em espécie ou sob a forma de prestação de serviços, deste modo submetiam-se aos juros cobrados pelos usuários que oscilavam entre 1% e 2% ao mês.

O lavrador José Ferreira do Nascimento, sem dinheiro para saciar suas necessidades ou para ampliar a produtividade de suas terras deparou-se em 28 de janeiro de 1873 com a

²⁰⁵ FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 26.

²⁰⁶ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p.164.

²⁰⁷ FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 122.

²⁰⁸ Livros onde são lançadas as movimentações comerciais das lojas e os empréstimos concedidos.

oportunidade de adquirir um empréstimo de 80\$000 junto ao negociante Ainarim Pereira Leite, comprometendo-se a pagar 1% de juros ao mês em caso de atraso. Entretanto, o acordo não foi cumprido conforme demonstra a ação de crédito movida pelo dito negociante contra José Ferreira do Nascimento em 20 de outubro de 1874, verificamos que nem sempre a cobrança de juros inibia os atrasos, visto que o débito cobrado arrastava-se por 22 meses.²⁰⁹

Os senhores de engenho e negociantes também apelavam para o crédito. Senhores de engenho pediam emprestados para montar suas empresas agrícolas,²¹⁰ ampliar a quantidade de escravos, investir nas atividades agrárias ou mesmo para adquirirem bens supérfluos. Segundo Matoso, “*a manutenção das fortunas rurais, mais prestigiadas, não era possível sem crédito.*”²¹¹

Entretanto, para conseguir aprovação destes empréstimos pessoais junto aos negociantes ou mesmo garantir as compras a prazo nas casas comerciais, os interessados deveriam cumprir alguns requisitos, entre eles, possuir algum bem (a exemplo de terras, casas, escravos, animais e jóias) que servisse como garantia para uma eventual falta de pagamento em tempo hábil. A rede de relações que os pretensos interessados nos empréstimos mantinham nesta sociedade também contava para a concessão de créditos, sendo comum o registro dos parentescos, apadrinhamentos e protecionismo nos balancetes comerciais na seção crédito.

Os senhores de engenho de Estância também se enredaram nas teias do crédito facilitado e acessível, na medida em que apresentavam como garantia as terras, os maquinários, animais e escravos. Vejamos o exemplo de Juvêncio Pacheco D’Ávila, membro da mais alta açuocracia sergipana, que em 1855 - ano que assinala a maior crise econômica da Província de Sergipe no Oitocentos, recebeu por herança de seu pai, o coronel Domingos Pacheco d’Ávila, três

²⁰⁹ AGJES – Ação de Crédito nº 19 Caixa 06 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1874.

²¹⁰ O crédito se constituía o meio mais rápido para os desvalidos conseguirem o título de senhor de engenho e de escravos e ostentarem abastança. (FARIA, 1998:224)

²¹¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 185.

quinhões do engenho Piripiri,²¹² situado no termo de Estância, que comportava o engenho moente e corrente, casa de morar, caixaria, casa de purgar, casa de farinha, pastos e terras, avaliado em 10:000\$000. Ao tomar posse de seus quinhões, Juvêncio tinha como desígnio manter a fortuna consolidada pela família em várias gerações, entretanto, diante do cenário de crise pela qual passava a Província, em especial a cidade de Estância, não encontrou outra solução para manter o funcionamento deste engenho, a não ser recorrer aos empréstimos oferecidos pelos negociantes locais.

Em sua longa jornada à frente dos negócios do dito Engenho, Juvêncio contraiu vários empréstimos que juntos somavam 20:834\$388, alegando que eram para “aquisição de gêneros e suprimento do engenho Piripiri”, porém em seu inventário *post-mortem* a soma do conjunto dos seus bens foi avaliada em 25:035\$000. Seus credores após diversas tentativas de receberem os valores emprestados, não tiveram outra opção senão requerer o pagamento via judicial, a exemplo da Assignação de Dez dias movida pelo negociante Bernardino José Ribeiro²¹³ que exigia a quitação da dívida de 13:172\$750 no prazo máximo de 10 dias. Outros negociantes aproveitaram-se do momento de elaboração do inventário para impetrarem ações judiciais, objetivando receber os valores emprestados com juros. Assim logo após a morte do Sr. Juvêncio (1887), alguns negociantes moveram ações judiciais contra seus herdeiros, entre eles estavam os negociantes locais Francisco José Martins, que em uma ação de libelo cível, reclamava o pagamento de 2:910\$320 utilizados na compra de gêneros para o engenho²¹⁴ e José Joaquim de Sousa, que emprestou a quantia de 4:751\$318.²¹⁵

²¹² AGJES – Inventário nº 20 Caixa 78 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1887.

²¹³ AGJES – Assignação de Dez dias nº 04 Caixa 02 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1875.

²¹⁴ AGJES – Ação Libelo Cível nº 07 Caixa 27 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1887.

²¹⁵ AGJES – Execução Comercial nº 05 Caixa 04 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1887.

Já os negociantes recorriam ao crédito para comprar mercadorias, ampliar seus negócios ou para emprestar a outros. Entre os negociantes estancianos verificamos que as dívidas passivas – valores que deveriam ser pagos, originados de empréstimos ou compras a prazo, abrangiam a 28% dos negociantes inventariados, somando 58:470\$932, o que correspondia a 20% do monte-mór acumulado.

Nesse processo de “endividamento entre si”, no qual alguns negociantes, geralmente os varejistas, na tentativa de alcançar estabilidade na atividade mercantil ou visando migrar para outro ramo econômico, solicitavam empréstimos a negociantes de grosso trato locais ou baianos. Assim, Jecundino Vicente de Souza, negociante de grosso trato da cidade de Estância, matriculado no Tribunal do Comércio da Bahia e proprietário da metade do Hiate Nacional Olinda - responsável pelo transporte do açúcar produzido nos engenhos das cidades de Estância e Santa Luzia para a cidade da Bahia e retornava com as mercadorias que supriam a praça estanciana, tornou-se devedor da quantia de 4:073\$550 a Modesto dos Santos,²¹⁶ também negociante estanciano e proprietário da outra metade do Hiate Nacional Olinda. Ao que tudo indica, essa vultosa quantia - ao ser comparada aos valores médios (338\$610) dos créditos concedidos a outros negociantes - foi necessária para o estabelecimento de tão lucrativa sociedade.

Sabendo que sem o crédito era muito difícil à aquisição dos bens necessários a ampliação das forças produtivas, no caso dos negociantes as mercadorias, verificamos a participação das dívidas entre os negociantes de acordo com o vulto de negócio exercido.(Cf. Quadro 3.3)

²¹⁶ AGJES – Inventário n.º 03 Caixa 74-1 Cartório do 2º Ofício de Estância 1878.

Quadro 3.3
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Proporção das dívidas entre os comerciantes
75 inventários post-mortem

Categorias	(A)	Monte-Mór	Dívidas Ativas		Dívidas Passivas	
			(B)	(C)	(B)	(C)
Pequenos Comerciantes	34	165:400\$208	15	23:148\$814	7	16:482\$939
Médios Comerciantes	29	939:225\$507	25	531:439\$450	12	27:637\$767
Grandes Comerciantes	12	292:485\$170	12	133:716\$497	2	14:350\$226
Total	75	1397:110\$885	52	688:304\$761	21	58:470\$932

(A) = Número total de negociantes por categoria; (B) = Número de negociantes; (C) = Valor absoluto no Monte-mór
 Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

No Quadro acima, constatamos que entre os 75 negociantes investigados, apenas 19 não possuíam entre os seus bens dívidas ativas ou passivas, assim comprovamos que o crédito era uma prática bastante difundida entre os negociantes estancianos e fundamental para o desenvolvimento de suas atividades comerciais.

Na primeira categoria, foram agrupados os pequenos comerciantes, sejam eles donos de lojas ou ambulantes, especializados na venda de comestíveis, fazendas e miudezas para o lar, tendo como mercado consumidor às camadas mais pobres da sociedade estanciana. Neste grupo foram registrados 27 negociantes, que concentraram 7,2% da riqueza mercantil estanciana do período estudado.

Entre os bens listados nos inventários dos negociantes desta categoria, constatamos que as dívidas ativas estavam presentes em 15 arrolamentos, justificadas pelas vendas efetuadas a prazo nas casas comerciais, ou simplesmente fiado, prática comum entre os portugueses, translada para a América portuguesa e consolidada devido a falta de numerários em circulação.²¹⁷ Os

²¹⁷ MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986, p.105.

empréstimos somavam 23:148\$814, que correspondiam a 23% do monte-mór acumulado por esta categoria e as quantias variavam entre \$400 e 2:814\$000, sendo favorecidas 410 pessoas, em sua maioria lavradores, trabalhadores ligados à atividade açucareira e portadores de patentes militares, residentes, em geral, na zona rural da cidade de Estância e em cidades vizinhas.

No ato da elaboração do inventário *post-mortem* do negociante José Francisco Madureira,²¹⁸ foram citados 126 devedores registrados na caderneta do seu estabelecimento comercial. Em sua pequena loja, localizada na rua do Cajueiro - área afastada do centro comercial estanciano, José Francisco Madureira vendia tecidos, roupas, utilidades do lar e ferragens, tinha como clientela moradores da zona rural e dos engenhos da região, que em geral compravam fiado. Isso justifica a quantidade de devedores registrados na caderneta e a volumosa quantia de 3:072\$354 na categoria dívidas ativas. Contudo, para conseguir sortir sua loja dos gêneros comercializados, José Francisco também apelou para as compras a prazo junto às casas comerciais de Manuel de Souza Campos e José da Cunha Carvalho Bastos, negociantes residentes na cidade da Bahia, deixando débitos que somavam 825\$017.

Já as dívidas passivas eram adquiridas por estes negociantes com a finalidade de garantir o pequeno estoque das casas comerciais. Os credores eram, em geral, negociantes da praça estanciana, pois somente os que contavam com uma rede de influência mais abrangente recorriam aos empréstimos fora dos limites da cidade. Assim constatamos na trajetória profissional do Sr. Domingos José Custódio de Matos,²¹⁹ proprietário de uma pequena casa comercial, especializada na venda de fazendas, também exerceu concomitantemente com as atividades comerciais as funções de alferes e de vereador na cidade de Estância,²²⁰ o que por vezes poderia favorecê-lo nas relações mercantis com outras praças. Na busca por ampliar seus

²¹⁸ AGJES – Inventário nº 08 Caixa 61 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1862.

²¹⁹ AGJES – Inventário nº 03 Caixa 21 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1834.

²²⁰ Recopilador Sergipano, Estância, 12 de junho de 1833, p. 2.

negócios e talvez utilizando sua influência política, várias vezes comprou mercadorias a prazo a negociantes baianos. No entanto, mesmo tendo boas vendas, conforme sugere os lançamentos nos balancetes comerciais de sua loja, não cumpriu seus compromissos contraídos com seus credores e tampouco acumulou fortuna suficiente para saldar suas dívidas. Em seu inventário seus bens foram avaliados em 1:798\$611, distribuídos na posse de três escravos (610\$000), a casa em que residia e comercializava (250\$000), alguns móveis (102\$820), dívidas ativas (501\$571) nas mãos de 47 devedores, fazendas (334\$220). Entretanto, seu débito junto aos credores somava 2:022\$099.

Entre os negociantes que compõem a segunda categoria estão os proprietários de lojas atacadistas e grandes varejistas que também praticavam empréstimos mediante a juros, contudo em sua maioria os créditos registrados em seus balancetes eram oriundos de compras efetuadas em suas casas comerciais. Nesta categoria, 86% dos negociantes possuíam dívidas ativas que juntas somavam 531:439\$450, equivalendo a 56% da fortuna por eles construída. De posse destes dados, podemos concluir que a riqueza construída por tais negociantes era invisível, pois no afã de construir uma sólida fortuna esses negociantes não hesitaram em vender suas mercadorias fiado, talvez não levando em consideração os possíveis contratempos que estas aplicações facultavam.

A dinâmica labuta mercantil, possibilitou ao português Manuel José de Jesus²²¹ a construção de uma fortuna avaliada em 9:505\$733, distribuída na posse de um casebre velho (95\$000), alguns móveis e ferramentas que somavam 1:520\$740, mercadorias finas (1:092\$539) e créditos em favor de 137 pessoas que residiam em engenhos da cidade de Estância, na área urbana e na cidade de Jeremoabo, situada na Província da Bahia, que somavam 5:614\$770, correspondendo a 59% da sua fortuna. Entre os artigos de luxo comercializados em sua loja

²²¹ AGJES – Inventário nº 01 Caixa 17 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1827.

estavam finas fazendas nacionais e importadas, bolachas e queijos importados, ferramentas, sabões, baralhos, perfumes, bacalhau, temperos e outros molhados, atraíam os estratos mais abastados da sociedade estanciana – senhores de engenho, clérigos, detentores de patentes militares, o que por certo justifica as inúmeras ações creditícias. Negociantes de outras praças, a exemplo de Jeremoabo também compravam mercadorias em sua loja, que tinha como mercado fornecedor à cidade da Bahia.

Construir uma riqueza assentada em dívidas ativas poderia se constituir em um investimento perigoso. Tal riqueza em movimento poderia desaparecer com a morte dos credores ou dos devedores, pois mesmo a garantia oferecida pela legislação a qual estipulava que as dívidas contraídas em vida seriam salgadas pelos herdeiros. Estes, por diversas vezes, argumentavam junto aos credores desconhecer as dívidas contraídas pelos finados ou defendiam o pensamento que com a morte do credor as dívidas poderiam ser perdoadas, tais posturas justificam as querelas que se arrastavam por anos nos tribunais.

Ainda nesta categoria, alguns negociantes não temendo os riscos, fizeram do comércio usurário sua principal atividade. A exemplo de Domingos José de Lima,²²² grande negociante estanciano que além dos artigos finos que comercializava em sua loja, também se dedicou ao empréstimo e as vendas a prazo, conforme atesta o seu inventário *post-mortem*, no qual foram arrolados 659 registros de créditos em favor de pessoas dos mais diversas categorias sociais, a saber: caixeiros, escravos, índios, libertos, marceneiros, negociantes, clérigos, pedreiros, seleiros, militares, além de lavradores e grandes proprietários rurais, que juntas somavam 21:745\$360, representando 49,5% da sua fortuna.

No entanto, a atividade mercantil poderia oferecer infortúnios aos grandes proprietários de lojas abertas ou atacadistas. Eis o exemplo de Manoel Damásio Guedes

²²² AGJES – Inventário nº 01 Caixa 55 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1858.

Limoeira,²²³ próspero negociante da praça estanciana, dono de uma sortida loja de secos, molhados, tecidos finos, jóias, cosméticos e ferramentas, situada no centro comercial de Estância, que conseguiu construir uma fortuna avaliada em 5:156\$820, distribuída na posse de um escravo (600\$000), uma casa de taipa (250\$000), móveis (38\$460), um cavalo (60\$000), mercadorias (689\$870) e dívidas ativas registradas no livro de conta da loja em favor de 125 pessoas que ali compravam costumeiramente fiado, entre elas padres, escravos, professores, mestres de açúcar, lavradores e pessoas ligadas afetivamente ao negociante, sendo denominadas de comadre, compadre, afilhado e tio. Esta simples cadernetinha nos revela o prestígio que Manoel Damásio possuía entre os seus contemporâneos, foram citados neste documento contábil um afilhado, uma comadre e cinco compadres.

Entretanto, nem tudo reluziu na trajetória mercantil de Manoel Damásio, seu inventário *post-mortem* nos revela que ao comprar gêneros na praça soteropolitana para abastecer sua loja, contraiu dívidas junto aos negociantes de grosso modo desta praça, que somavam 3:533\$400, ou seja, 68% da fortuna acumulada, porém estas não eram as únicas dívidas contraídas pelo negociante. Após a morte de Manoel Damásio e elaboração do inventário *post-mortem*, vários negociantes locais e baianos perceberam que as dívidas passivas feitas pelo finado não foram arroladas pelos herdeiros e impetraram diversas ações judiciais – algumas coletivas, a fim de requerer o pagamento dos débitos. Entre estes estavam: a firma baiana Manoel José Lopes da Silva & Sobrinho, que moveu uma ação de cobrança contra os herdeiros do negociante exigindo o pagamento da dívida referente a um empréstimo no valor de 1:358\$425;²²⁴ outro negociante baiano, Domingos Caetano da Silva, cobrava 341\$453;²²⁵ enquanto os negociantes estancianos Máximo Lourenço Gomes, Manoel Joaquim da Silva Heitor, Cândido Vieira Dortas e

²²³ AGJES – Inventário nº 11 Caixa 50 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁴ AGJES – Ação de Cobrança nº 05 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁵ AGJES – Ação de Cobrança nº 03 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

o baiano Antônio Serafim Silva Cravo que moveram uma ação judicial coletiva,²²⁶ a qual denuncia a tentativa dos herdeiros de não quitar os débitos contraídos pelo finado Manuel Damásio que totalizavam 1:358\$425. Outras ações individuais foram impetradas por outros negociantes estancianos, a saber: Leôncio Amado do Espírito Santo²²⁷ que cobrava uma dívida de 69\$444 referente ao parcelamento feito para comprar tecidos em sua loja; Antônio Bento de Oliveira moveu uma ação de cobrança requerendo o pagamento de 600\$000²²⁸ e outra no valor de 36\$640 concernente ao restante do empréstimo contraído.²²⁹ Essas dívidas cobradas em juízo somavam 3:604\$854 que acrescidas às arroladas no inventário comprometiam toda a fortuna deixada por Manuel Damásio aos seus herdeiros, talvez isto justifique as estratégias utilizadas por estes para não reconhecer os débitos de seu progenitor.

Na terceira categoria estão aqueles negociantes que não possuíam estabelecimentos comerciais no ato na elaboração dos inventários *post-mortem*. Eram, em geral, comerciantes aposentados, viúvas de negociantes, que ao abandonarem as atividades comerciais, dedicaram-se ao crédito como forma de manter suas fortunas, bem como gozavam do prestígio possibilitado pela condição de viver de rendas. Estes usurários, investiram 37% de suas fortunas em empréstimos que favoreceram principalmente senhores de engenho e outros negociantes da cidade de Estância e ao contrário dos credores das duas outras categorias, emprestavam grandes quantias a poucas pessoas.

Desse modo, o português José Joaquim Teixeira Pinto²³⁰ que construiu ao longo da sua jornada mercantil uma fortuna avaliada em 15:782\$150, distribuída na posse de uma casa arruinada situada da rua Direita da Conceição (180\$000) e um sítio (130\$000), poucos móveis e

²²⁶ AGJES – Ação de Crédito nº 03 Caixa 05 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁷ AGJES – Ação de Cobrança nº 04 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁸ AGJES – Ação de Cobrança nº 01 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²²⁹ AGJES – Ação de Crédito nº 01 Caixa 05 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1856.

²³⁰ AGJES – Inventário nº 09 Caixa 57 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1859.

ferramentas (158\$560) e 27\$820 em dinheiro de contado, empenhou 97% de sua fortuna em dívidas ativas (15:285\$768) em mãos de 29 pessoas, entre elas: senhores de engenho, trabalhadores livres, padres, lavradores e pequenos comerciantes.

Nesta categoria, as dívidas passivas abrangiam apenas 26% dos negociantes, caracterizada por pequenas quantias emprestadas geralmente, por outros negociantes da própria praça estanciana, ou mesmo originadas por compras efetuadas ou serviços prestados por profissionais liberais. Assim o próspero negociante José Daniel de Magalhães, grande atacadista e atravessador das safras do açúcar sergipano para a praça baiana, dono do Lanchão São José, que teve sua fortuna avaliada em 38:316\$156, - distribuída na propriedade de oito escravos que somavam 6:550\$000, um sobrado no Caminho do Rio, onde funcionava sua loja (1:600\$000), um armazém (600\$000), e dois trapiches (16:300\$000), além de crédito nas mãos de cinco pessoas que totalizavam 12:966\$156, também não escapou de recorrer ao capital usurário facilmente adquirido com 21 credores, entre eles negociantes estancianos, tornando-se devedor da quantia 3:416\$354. Os empréstimos foram conseguidos para comprar gêneros alimentícios e mercadorias para serem comercializadas por José Daniel na praça de Estância, também foram discriminados créditos para comprar remédios, ferramentas e roupas para seus escravos (28\$600). Essa preocupação com o bem estar dos escravos, evidenciada pela aquisição de roupas e remédios, é justificada pela importância que estes tinham para o bom desempenho das atividades mercantis desenvolvidas junto ao porto de Estância, no embarque e desembarque de mercadorias, no transporte ou mesmo nos trapiches de propriedade do dito negociante, daí a preocupação era em manter a propriedade escrava em condições de trabalho. A necessidade de braços cativos para auxiliá-lo em suas tarefas é atestada através das dívidas adquiridas para alugar serviços de escravos. Em uma execução comercial movida pelo negociante José Pereira de Magalhães para

quitação de um débito no valor de 1:059\$1700, utilizados para comprar uma caixa de açúcar e serviços de um escravo.²³¹

Assim percebemos que entre os negociantes estancianos estavam os grandes financiadores da produção rural, bem como das atividades mercantis. Em seus balancetes comerciais estavam registrados grandes empréstimos a senhores de engenho locais e de cidades vizinhas e a outros negociantes, contudo esses financiadores não escapavam das redes de crédito, pois geralmente para poder investir nos empreendimentos locais, tornavam-se devedores de mercados maiores, neste caso da praça baiana.

A antiga condição de dependência política de Sergipe em relação à Bahia, favoreceu a manutenção dos velhos acordos comerciais entre negociantes estancianos e baianos. A intensidade destas relações é atestada pela constante presença de nomes de negociantes baianos nos livros contábeis das casas comerciais, nos inventários *post-mortem* dos negociantes residentes em Estância e nas inúmeras ações judiciais impetradas pelos negociantes baianos aos devedores estancianos, temos ainda que alguns negociantes estancianos tinham inclusive, seus nomes registrados nos livros de registro de matrícula de comerciantes da Bahia.

Foram registradas no período pesquisado 31 ações de créditos entre negociantes estancianos com negociantes residentes na Bahia, correspondentes a saldos de empréstimos contraídos, os valores variavam entre 47\$423 e 8:553\$594 que somavam 20:011\$094. Os negociantes que mais aderiram aos empréstimos baianos eram prósperos negociantes locais e que tinham como prática o empréstimo pessoal, entre eles podemos citar: Francisco Pacheco D'Ávila Júnior, Manoel Damásio Guedes Limoeira, Domingos José de Lima e Manoel José Correia Braga.

²³¹ AGJES – Execução Comercial nº 11 Caixa 01 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1857.

Outra prática creditícia verificada em Estância foi à existência de redes de endividamento, em que uma pessoa pedia empréstimos para favorecer a outra pessoa, geralmente representando alguém a quem certamente o crédito era vedado. Assim, o proprietário de terras Antônio Marques da Cruz, recorreu ao negociante Manoel Joaquim da Silva Heitor para conseguir um empréstimo cuja quantia era 1:763\$100, sujeito aos juros de 2% ao mês, para que seu irmão - o senhor de engenho Gonçalo Marques da Cruz, já envolvidos em outros empréstimos, pudesse pagar a hipoteca de um escravo.²³²

A busca desenfreada pelo crédito teve como consequência a formação de cadeias de endividamento. Os pequenos comerciantes tornavam-se devedores de negociantes tipicamente usurários para quitar débitos contraídos junto a outras praças. Neste caso temos o exemplo, entre vários, de Luís Correa Braga que pediu emprestado a quantia de 1:135\$386 a Nicolau Antônio de Abreu para quitar um saldo de débito com o negociante baiano Manuel de Oliveira Ramos.²³³

Em uma sociedade em que emprestar dinheiro era antes de tudo um ato de solidariedade, mesmo que a usura estivesse implícita e que receber empréstimos não remetia a práticas vergonhosas, justifica-se a formação de cadeias de endividamento. Contudo, aceitar ao crédito demonstrava humildade e respeito ao “mundo das ordens”. Desse modo, o crédito representava ostentação de prosperidade, além de garantir prestígio social e estabelecer vínculos entre os mais ricos e os menos afortunados através de laços de solidariedades.²³⁴

Por conseguinte, foi observado que esse dinâmico sistema de crédito de Estância, por vezes favoreceu a negociantes e proprietários de engenhos que residiam em outras cidades sergipanas e até mesmo baianas. Assim, alguns negociantes estancianos, almejando expandir seus

²³² AGJES – Ação de Crédito nº 03 Caixa 09 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1862.

²³³ AGJES – Ação de Crédito nº 02 Caixa 07 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1854.

²³⁴ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. “A Oculência na Província da Bahia” In: *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 166.

negócios, não hesitaram em emprestar ou vender suas mercadorias a prazo a negociantes de outras localidades, a exemplo das cidades de Aracaju, Campo do Brito, Campos (atual Tobias Barreto), Chapada (atual Cristinápolis), Espírito Santo (atual Indiaroba), Itabaiana, Itabaianinha, Itaporanga d'Ajuda, Lagarto, Lagoa Vermelha (atual Boquim), Laranjeiras, Parida (atual Arauá), Pedrinhas, Salgado, Riachão dos Dantas, Santa Luzia, São Cristóvão, Simão Dias, Tomar do Gerú e Umbaúba.

Um exemplo dessa expansão geográfica do crédito foi o itinerário comercial de Manoel Joaquim da Silva Heitor, dono de uma sortida loja de tecidos e usurário, formou ao longo de sua jornada mercantil uma vasta rede de crédito, pela qual foram favorecidas 623 pessoas, em geral seus clientes - senhores de engenhos, pequenos comerciantes, escravos, lavradores, entre outros, que costumavam efetuar suas compras a prazo. Entretanto, observamos que para a construção de sua fortuna avaliada em 116:8264020, o citado negociante utilizou como uma das estratégias para se consolidar no ramo mercantil a expansão das suas atividades para além dos limites geográficos da cidade de Estância, a saber: Aracaju, Campo do Brito, Campos, Chapada, Espírito Santo, Itabaiana, Itabaianinha, Lagarto, Lagoa Vermelha, Laranjeiras, Parida, Pedrinhas, Salgado, Riachão dos Dantas, Santa Luzia, São Cristóvão e Simão Dias, além da Vila do Conde e Jeremoabo, localizadas na Província baiana. Nos balancetes da sua casa comercial, nos quais estavam arrolados os créditos, registramos que 46% dos devedores eram pessoas que residiam em outras cidades da província de Sergipe ou mesmo na zona rural de Estância e concentraram 74% dos valores emprestados.

Nessa economia de pequena circulação monetária e com dificuldade de acesso a bens manufaturados, o crédito ou compras a prazo, constituiu-se como uma das maneiras utilizadas para adquirir bens e ampliar as fortunas, o que justifica as extensas listas de devedores arroladas nos livros das casas comerciais. De acordo com os dados encontrados nos balancetes e nos arrolamentos das dívidas ativas, identificamos um grupo de negociantes que concentrava 55% das ações de crédito e 80% dos valores emprestados, fornecendo grandes quantias a um número reduzido de pessoas, valendo-se da cobrança de 2% de juros ao mês, tendo como clientela grandes proprietários agrícolas, senhores de engenho, padres, profissionais liberais e militares e outros negociantes. Esses negociantes fizeram o capital usurário sua principal fonte de renda, alguns já não mais possuíam lojas e passaram a investir parte de suas poupanças na aquisições de

ações bancárias, a exemplo de Ana Francisca da Conceição Magalhães,²³⁵ ou em bens de raiz, como constatamos no conjunto dos bens de Nicolau Antônio de Abreu, que investiu na compra de imóveis urbanos; outros por sua vez, mesclavam as atividades mercantis com as usurárias. Entretanto, para demonstrarmos como o crédito constituía o pilar destas fortunas, formulamos o Quadro 3.4, o qual atesta os valores das dívidas ativas, o número de devedores e a participação desta categoria de bens nas fortunas destes negociantes.

Quadro 3.4
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Maiores credores em valores emprestados

Ano	Negociantes	Nº de devedores	Valores Emprestados	Créditos %	Monte- Mór
1858	Domingos José de Lima	659	21:745\$360	49	44:010\$660
1861	Ana Francisca da Conceição Magalhães	22	30:403\$720	49	62:495\$960
1862	Nicolau Antônio de Abreu	76	50:129\$180	62	80:808\$170
1862	Joana Rodrigues Dantas Oliveira	199	22:252\$450	44	50:230\$240
1870	Manoel Joaquim da Silva Heitor	623	80:729\$180	67	120:159\$500
1872	Serafim de Matos Freire	33	59:004\$880	69	85:529\$130
1874	Ana Herculana do Sacramento Amorim	5	28:473\$000	50	57:433\$000
1877	João Antônio de Mascarenhas	109	35:220\$250	68	51:839\$060
1878	Modesto dos Santos	268	125:452\$500	72	174:317\$000
1881	Maria Antônia de Magalhães Ribeiro	91	97:878\$910	57	170:662\$900

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

No entanto, outro grupo de negociantes estancianos que se dedicou ao crédito merece destaque, os que utilizaram como estratégia o empréstimo de pequenas quantias a várias pessoas, em geral pequenos lavradores, homens pobres, escravos, forros, profissionais liberais e trabalhadores mecânicos. Esse grupo é composto em sua maioria por pequenos e médios negociantes, empregados no comércio varejista, donos de pequenas lojas de secos e molhados, que por não serem tão afortunados buscavam através da concessão de dívidas ativas, originadas

²³⁵ Vê Quadros 3.1 e 3.2.

em geral das compras efetuadas a prazo em suas casas comerciais, consolidar-se no mercado estanciano, isso explica o grande número de devedores arrolados nos livros das suas casas comerciais.²³⁶

Sem moedas para efetuar as compras à vista, as pessoas recorriam às compras a prazo, geralmente anotadas nas cadernetas - ou utilizam produtos e serviços para quitar seus débitos. Contudo, os gêneros adquiridos a prazo, favoreceram a proliferação do crédito entre os donos de casas comerciais, bem como a ampliação de suas fortunas, pois as pessoas que utilizavam esta modalidade de compra estavam sujeitas às imposições estipuladas pelos negociantes que quase sempre cobravam mais caro os gêneros comprados a prazo, alegando que a diferença entre os valores cobrados eram justificados pelos riscos assumidos pelos negociantes, na medida em que com o retardamento do pagamento, os preços das mercadorias poderiam se elevar ou mesmo havia a possibilidade de nunca recuperar o valor equivalente às compras.²³⁷

Sobre os preços abusivos cobrados pelos negociantes às compras efetuadas na modalidade de fiado, o viajante Antônio Moniz de Souza em sua passagem pelo interior do Brasil observou:

Quando eles vêm à praça tratar com negociante daquilo que lhes faz preciso, como levam fiado são forçados a dar duzentos pelo que vale cem, além do prêmio de dois e dois e meio por cento mensalmente e o prejuízo que sofrem nos seus gêneros: motivo de viverem sempre mergulhados na miséria, e sem terem jamais prosperidade.²³⁸

²³⁶ As extensas listas de devedores anotadas nas cadernetas também foi verificada por Júnia Furtado (1999, p.109) em seu estudos sobre a região das Minas Setecentistas, onde “*a compra nos estabelecimentos comerciais era feita basicamente a crédito e os proprietários de lojas figuravam entre aqueles que mais registravam a posse de livros de contas.*” Embora essa colocação refira-se a um período diferente do estudado, podemos constatar que tal situação não se alterou no oitocentos.

²³⁷ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 264.

²³⁸ SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000, 110.

Entretanto, aos poucos que pagavam suas compras com dinheiro de contado ou compravam em grandes quantidades era dado à oportunidade de pechinchar. Em alguns recibos de compras encontrados nos inventários *post-mortem* ou nas ações de crédito, verificamos que esse artifício era sempre utilizado pelos grandes compradores.

Para estabelecermos relação entre o número de pessoas que estavam envolvidas pelas teias de créditos dos negociantes estancianos e os valores emprestados elaboramos o Quadro 3.5., composto pelos dez maiores credores em abrangência, ou seja, aqueles que emprestaram a mais pessoas. Ao compararmos os Quadros 3.4 e 3.5, podemos observar que alguns negociantes eram ao mesmo tempo os maiores credores em valores emprestados como também estavam entre os maiores credores em abrangência. A diferença entre os credores agrupados nestes Quadros está nos motivos para a concessão dos empréstimos e os grupos favorecidos. No primeiro Quadro, os credores eram tipicamente usurários e emprestavam a outros abastados que buscavam ampliar suas fortunas, enquanto no segundo as diversas ações de crédito arroladas foram adquiridas por homens despossuídos de recursos econômicos através de compras realizadas a prazo.

Quadro 3.5
Estância- Sergipe
1820 - 1888

Maiores credores em abrangência

Ano	Negociantes	Nº de devedores	Valores Emprestados	Valor Médio Emprestado	Monte- Mór
1823	Antônio José Ribeiro	142	2:449\$508	17\$250	8:972\$026
1827	Manuel José de Jesus	137	5:614\$770	40\$980	9:505\$733
1856	Manoel Damásio Guedes Limoeira	125	3:518\$490	28\$147	5:156\$820
1858	Domingos José de Lima	659	21:745\$360	32\$997	44:010\$660
1862	Joana Rodrigues Dantas Oliveira	199	22:252\$450	111\$821	50:230\$240
1862	José Francisco Madureira	126	3:072\$354	24\$383	7:288\$113
1870	Manoel Joaquim da Silva Heitor	623	80:729\$180	129\$581	120:159\$500
1871	Luisa Maria da Trindade Franca	159	9:926\$936	62\$433	12:971\$470
1877	João Antônio de Mascarenhas	109	35:220\$250	323\$121	51:839\$060
1878	Modesto dos Santos	268	125:452\$500	468\$106	174:317\$000

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Ao considerar o crédito como uma possibilidade para conquistar prestígio social, alguns negociantes utilizaram deste expediente para se firmar enquanto grupo dominante local, garantindo o domínio pessoal e econômico sobre os menos favorecidos e influenciando em questões políticas e de mando social. O mesmo verificou João Fragoso, em seu estudo sobre os negociantes da praça do Rio de Janeiro, ao afirmar “*o investimento na produção mercantil não era motivado apenas pela possibilidade de lucros, [...] mas pela possibilidade de adquirir uma posição de mando em uma sociedade estratificada.*”²³⁹

Outros, por sua vez, conseguiram combinar as atividades mercantis com as práticas políticas, constituindo-se vereadores, como Domingos José Custódio de Matos e José da Costa Lisboa Júnior, ou mesmo disputavam com os grandes proprietários rurais altos postos na Guarda Nacional de Estância, tais como: coronel, major, comendador, tenente e alferes. Dos negociantes identificados como maiores credores em abrangência (Quadro 3.5), Domingos José Lima tinha a patente de major; Modesto dos Santos era tenente-coronel e Manuel José de Jesus era alferes. Portanto, mesmo o Código Comercial do Império proibindo a execução de atividades comerciais por oficiais militares de primeira linha,²⁴⁰ constatamos o pleno exercício da profissão por estes afortunados estancianos que além de usurários eram donos de lojas.

Os demais negociantes que possuíam patentes militares, do mesmo modo, eram donos de estabelecimentos comerciais e utilizavam-se da concessão de empréstimos sob juros para ampliar o seu domínio e suas fortunas. Eram grandes credores, tendo como seus clientes homens pobres da cidade estanciana, lavradores, clérigos, senhores de engenho e outros negociantes; mantinham relações comerciais com outras partes da Província e com a Bahia, ou seja, o raio de suas influências extrapolava os limites geográficos de Estância. Entre estes negociantes estão:

²³⁹ FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p.35.

²⁴⁰ BRASIL. Código Comercial do Império do Brasil (1886). Capítulo I, artigo 2º.

Antônio Agostinho da Rocha, grande abastecedor de carne seca da cidade de Estância e vendedor de tecidos, com uma fortuna avaliada em 10:633\$640, obteve a patente de capitão; Antônio Domingues Leite Guimarães, português residente em Estância, dedicou-se ao comércio de molhados e utensílios do lar foi constituído subtenente; Antônio Rodrigues de Freitas (major), foi dono de uma loja de tecidos; Baldeiro de Carvalho Braque (capitão), segundo o arrolamento dos bens trocou as atividades comerciais pelas rurais, adquirindo oito escravos, sítios e animais, ainda assim era credor de algumas pessoas; Gonçalo José Coelho foi um próspero negociante, dedicou-se tanto ao comércio atacadista como varejista, era dono de uma sortida loja de secos e molhados situada no centro comercial de Estância que abastecia tanto a zona urbana quanto a rural. Ao longo de sua jornada mercantil estabeleceu uma extensa rede de crédito que envolvia senhores de engenho que pagavam suas dívidas com caixas de açúcar, como lavradores, vigários, escravos, entre outros, desse modo tinha condições financeiras para arcar com as despesas advindas da patente, tenente; José Daniel de Magalhães, dono de navios, trapiches e armazéns, foi agraciado com o título militar de capitão e José Manuel Barbosa de Franca (comendador), mesclou as atividades mercantis com as agrícolas, era proprietário de terras e de lojas que vendiam a retalho. Enfim, esses negociantes conseguiram por meio do crédito subordinar os menos afortunados e aliar-se aos detentores de prestígio social - os senhores de terra e de escravos - alcançando, desse modo, status e poder.

Em uma sociedade regida por uma hierarquia social determinada pela capacidade de mando de homens sobre outros homens - sejam eles livres ou escravos, os negociantes estancianos buscaram expressar seu poder nas relações comerciais com outros negociantes locais, na medida em que tinham acesso ao crédito e mercadorias oferecidas pelas casas comerciais baianas, passaram a impor altos preços e juros, além das limitadas condições de pagamento das

mercadorias que revendiam no atacado.²⁴¹ Desse modo, logo se firmaram na praça estanciana como atacadistas e usurários, mesmo estando subordinados a negociantes de uma praça maior, neste caso, a Baiana.

Além das ações de crédito feitas entre as firmas baianas e os negociantes estancianos, o intercâmbio entre essas duas praças foi confirmado através das matrículas dos negociantes estancianos no Tribunal do Comércio da Bahia. Nessas matrículas eram registrados alguns dados dos negociantes, entre eles a nacionalidade, o endereço do seu estabelecimento comercial e a que ramo mercantil se dedicava, além de apresentar uma carta de comerciante, que comprovava o exercício da atividade no local informado. Assim, alguns negociantes estancianos foram compelidos a matricular-se neste Tribunal, já que mantinham intensas relações comerciais com a Bahia. Dentre estes estavam os seguintes negociantes estancianos:

Antônio da Silva Martinho, cidadão português, domiciliado na cidade de Estância, com sua casa de comércio de fazendas secas e molhadas por atacado e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [10/10/1855], a sua carta de comerciante matriculado nos ditos ramos, passada pelo Tribunal do Comércio desta província; Manoel Joaquim da Silva Heitor, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, da Província de Sergipe, apresentou para o registro na data a margem [24/03/1856], a sua carta de comerciante de grosso trato, nos ramos de fazendas secas, comissões e conta própria, passada pelo Tribunal do Comércio desta província; Jecundino Vicente de Sousa, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de fazendas secas, molhados, miudezas e outras mercadorias, apresentou para o registro na data a margem [17/11/1874], uma carta de comerciante matriculado; Bernardino José Ribeiro, cidadão português, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de fazendas, molhados, ferragens e drogas, apresentou para o registro na data a margem [24/07/1875], uma carta de comerciante matriculado; Virgínio Moreira de Oliveira, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de fazendas e outras mercadorias, por atacado e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [26/10/1876], uma carta de comerciante matriculado; Adolfo Ribeiro Guimarães, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de comissões e conta própria em grosso, apresentou para o registro na data a margem [29/09/1881], uma carta de comerciante matriculado; Hermenegildo Freire Dantas, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de gêneros estrangeiros e do país, de conta própria e consignação, em grosso e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [09/10/1881], uma carta de comerciante

²⁴¹ Em geral, não aceitavam produtos agrícolas como forma de pagamento, a não ser a cana-de-açúcar.

matriculado; Francisco José Martins, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de gêneros estrangeiros e do país, de conta própria e consignação, em grosso e a retalho, fazendas e outras mercadorias, por atacado e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [09/10/1881], uma carta de comerciante matriculado; João Vicente de Sousa, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de ferragens, fazendas, miudezas e drogas em grosso, apresentou para o registro na data a margem [02/10/1882], uma carta de comerciante matriculado e Manuel José Ribeiro, cidadão brasileiro, domiciliado na cidade de Estância, Província de Sergipe, com sua casa de comércio de diversos gêneros em grosso e a retalho, apresentou para o registro na data a margem [22/03/1885], uma carta de comerciante matriculado.²⁴²

Através dessa matrícula no Tribunal do Comércio da Bahia, comprovamos que a praça estanciana, mesmo após a emancipação política de Sergipe (1820), continuou sendo abastecida pelo mercado baiano até o fim do século XIX, conforme prova as notas de compras de mercadorias anexadas aos inventários *post-mortem* ou nas ações de crédito, nas quais não foi identificada outra procedência para os gêneros comercializados nesta praça. Assim podemos afirmar que a influência da praça baiana na economia estanciana se fez não somente via os créditos feitos aos grandes negociantes locais, mas sobretudo, por meio das mercadorias fornecidas por cinquenta e quatro firmas e negociantes de grosso trato da praça baiana. (Apêndice A)

Em geral, os negociantes dedicados ao comércio atacadista, no afã de garantir o sortimento de seus estoques acumulavam dívidas junto às firmas soteropolitanas, a exemplo do negociante João Luís Corrêa,²⁴³ empregado no comércio de secos e molhados²⁴⁴ a grosso e a retalho, que por ocasião de sua morte deixou um saldo de dívida com a firma baiana Pinto & Rodrigues na quantia de 1:575\$942 referente à compra de gêneros para sortimento do seu

²⁴² APEB - Registro de Matrícula de Comerciantes (1854-1896). Seção Colonial.

²⁴³ AGJES - Execução Comercial nº 03 Caixa 02 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1873.

²⁴⁴ Gêneros secos (tecidos, vestuários, ferramentas e outros artigos não comestíveis) e molhados (comestíveis e bebidas)

estabelecimento comercial, sendo que parte do débito referia-se à última compra feita no mercado baiano que somava 488\$95, a saber:

Quadro 3.6
Estância- Sergipe
Lista de mercadorias compradas por João Luís Correia à firma Pinto & Rodrigues
1873

41 latas de gás	102\$500
Meia pipa de vinho marca J.S.P.J.	100\$000
3 Caixões com velas de cor	48\$000
3 Caixas com sabão do reino	12\$000
6 Sacos com tamancos sortidos - 18 dúzias	36\$000
1 Garrafão com genebra	4\$000
1 Caixa com diversos gêneros	2\$000
1 Caixa com louça	12\$000
1 Caixão com restos de fazendas, chapéus e calçados	32\$000
1 Caixa com miudezas	12\$000
1 Caixão com 2/4 de passas e 1 lata de fósforos	12\$000
22 Barricas de farinha de trigo	16\$000
1 Caixão com drogas	10\$000
1 Frasco com magnésia	2\$500
1 Frasco de gasosa	3\$000
5 Queijos	10\$000
19 Garrafas com óleo do reino	2\$700
20 Litros de manteiga	8\$000
1 Caixa com 6 dúzias de chapéus	34\$250
49 Latas de biscoitos	30\$000

Fonte: Execução Comercial nº 03 Caixa 02 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1873.

Podemos ainda, inferir que estes negociantes eram os grandes abastecedores das lojas estancianas, pois segundo as informações dadas ao Tribunal do Comércio da Bahia, todos se dedicavam ao comércio atacadista; outros eram apenas comissários ou correspondentes, ou seja,

compravam exclusivamente para outros negociantes de grosso trato e alguns mesclavam as vendas no atacado e no varejo.

Outro dado relevante mostrado nesta matrícula é o tipo de mercadoria comercializada por cada atacadista. Estes compravam uma variedade considerável de produtos, como sejam: fazendas, ferragens, alimentos, miudezas, além de gêneros importados para revendê-los aos varejistas estancianos, mais interessados nos tecidos que por outras mercadorias.

Ao analisar as mercadorias arroladas nos inventários *post-mortem* e as listas de compras anexadas as ações judiciais, agrupamos os negociantes segundo a quantidade (atacadistas e varejistas) e tipo de mercadoria (secos e molhados) que comercializavam.

De acordo com o sortimento de mercadorias registradas em alguns inventários, identificamos que um pequeno grupo de negociantes controlava o abastecimento na cidade de Estância. Eram em sua maioria atacadistas, os quais ofereciam em suas lojas uma variedade de gêneros secos e molhados provenientes do mercado baiano, tendo como seus principais clientes outros negociantes vindos das mais diversas partes da Província, como também da Província da Bahia. Em suas vendas admitiam como forma de pagamento o prazo, como também se dedicavam ao empréstimo pessoal com cobrança de juros, o que justifica a extensa rede de crédito registradas nos balancetes das lojas. Assim, verificamos que suas fortunas foram construídas pautadas em dívidas ativas e mercadorias, assim como em imóveis urbanos, entre eles trapiches e armazéns.

Quadro 3.7
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Negociantes de Grosso Trato

Negociantes	Gêneros Comercializados
Domingos José Lima	Secos e molhados
Eduardo Freire	Secos e molhados
Francisco Pacheco D' Ávila	Secos e molhados
Gonçalo José Coelho	Secos e molhados
Jerônimo Antônio Mascarenhas	Secos
Joana Rodrigues Dantas Oliveira	Secos
João Antônio Mascarenhas	Secos
João Luís Correia	Secos e molhados
José Joaquim Coelho	Secos e molhados
Justiniano Freire de Melo	Secos
Manuel Joaquim da Silva Heitor	Secos
Maria Antônia de Magalhães Ribeiro	Secos
Maria do Espírito Santo Amado	Secos e molhados
Modesto dos Santos	Secos
Serafim de Matos Freire	Secos

Fonte: Inventários, Estância (1820-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Ao compararmos o Quadro 3.7 com os dados registrados na matrícula dos negociantes no Tribunal do Comércio da Bahia, constatamos que estes negociantes atacadistas tinham intensas relações comerciais entre si. Dos dez negociantes registrados no Tribunal do Comércio da Bahia, quatro tinham lojas em Estância, os demais revendiam as mercadorias para os negociantes estancianos. Eram eles: Manuel Joaquim da Silva Heitor, além de fornecedor de gêneros para outros negociantes, a exemplo do varejista de fazendas José Daniel de Magalhães, era dono de uma sortida loja de fazendas; Jecundino Vicente de Sousa era sócio do próspero negociante Modesto dos Santos, proprietário de embarcações e lojas na cidade de Estância; Bernardino José Ribeiro, apesar de não inventariado, investigamos a fortuna de sua esposa Maria Antônia de Magalhães Ribeiro (que por sinal já tivera sido casada com outro negociante estanciano), assim constatando seu envolvimento no comércio de grosso trato e Virgínio Moreira

de Oliveira que fora casado com Joana Rodrigues Dantas Oliveira, grande credora de negociantes e dona de loja de fazendas e de utilidades para o lar. Este grupo ditava as regras dos preços das mercadorias comercializadas em Estância, na medida em que tinham acesso ao mercado abastecedor e ao crédito, assim conquistando prestígio na hierarquia mercantil.

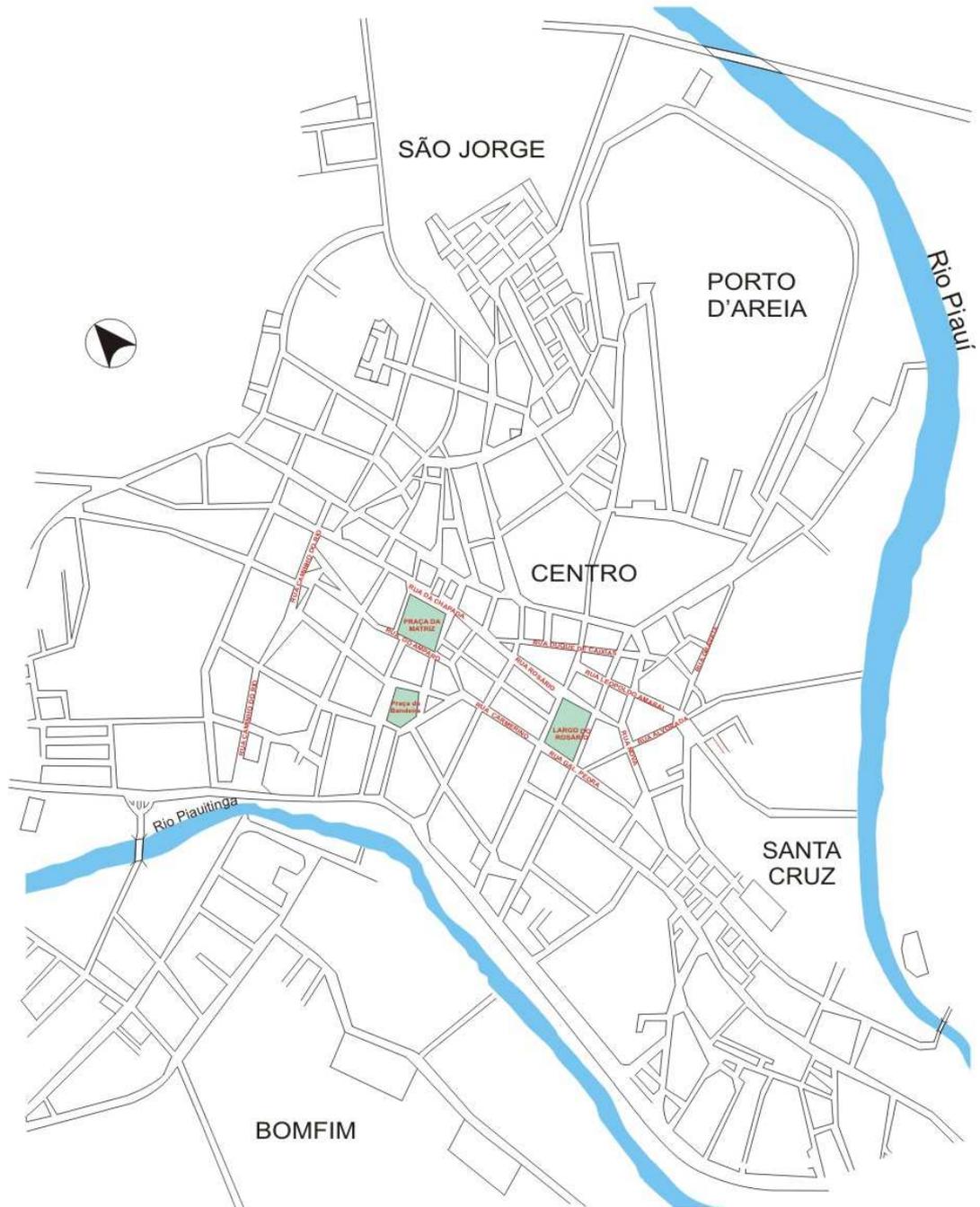
Quanto às mercadorias comercializadas por esses atacadistas, constatamos que tinham preferência por artigos secos, principalmente tecidos, tanto os mais finos e de melhor qualidade quanto os mais baratos, a exemplos das chitas. Entretanto, também vendiam gêneros alimentícios como chás, farinha de trigo, manteiga, queijos, vinhos, vinagres, entre outros; produtos de consumo, a exemplo de perfumes, magnésia, água inglesa²⁴⁵, ceras, velas, sabões, além de utensílios para o lar. Um bom exemplo de atacadista que conciliou as venda de gêneros secos e molhados no mesmo lugar é João Luís Correia, proprietário de uma sortida loja que vendia açúcar, bebidas, gêneros alimentícios, peças de vestuário, tecidos e utensílios para o lar (Cf. Quadro 3.6).

Outro indicador de prestígio social neste mundo mercantil era o local onde estavam fixados os estabelecimentos, já que ter acesso as melhores casas tornava-se indispensável à boa apresentação.²⁴⁶ Os mais prósperos negociantes, como é o caso dos atacadistas, estabeleceram suas lojas próximas à Igreja Matriz da cidade, estendendo-se até o Largo da Igreja do Rosário e os seus armazéns e trapiches próximos ao porto da cidade.

²⁴⁵ Anti-febril.

²⁴⁶ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, p. 184.

FIGURA 04
ESTÂNCIA - SE
PLANTA DA CIDADE DE ESTÂNCIA
1820 - 1888



Fonte: Informe Administrativo de Estância, 22 de abril de 2004.
Organização: Sheyla Farias Silva
Digitalização: Hunaldo Lima

Numa sociedade em que a riqueza material era tida como sinônimo de poder e que ostentá-la não era motivo para censura, os negociantes mais prósperos construíam grandes sobrados para alojar na parte térrea o seu estabelecimento comercial seja destinado ao comércio de gêneros de grosso ou a retalho e na parte superior residia à família. Os sobrados comerciais da cidade de Estância, geralmente, estavam localizados entre a Praça da Matriz e o Largo do Rosário, onde os negociantes comercializavam no mesmo espaço tanto gêneros secos, a exemplo dos tecidos e utensílios para o lar como também os gêneros alimentícios.

Dos quinze negociantes dedicados ao ramo atacadista, treze tinham suas lojas nesse quadrilátero mercantil, os demais fixaram seus estabelecimentos próximos ao porto. Assim, instalar uma loja entre as praças da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe (Matriz) e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário constituía-se como um indicador de abastança e prestígio.

Nas casas comerciais situadas no Largo do Rosário os moradores de Estância poderiam encontrar quaisquer gêneros para satisfazer suas necessidades. Dos proprietários de lojas inventariados no período, quinze se estabeleceram neste logradouro.

Podemos citar como exemplo do sortimento das lojas que funcionavam neste território²⁴⁷ comercial a Casa Inglesa, cujos proprietários - Adolfo Ribeiro Guimarães, negociante matriculado no Tribunal do Comércio da cidade da Bahia, o capitão Francisco José Martins e Ernesto Esteves da Silveira – ofereciam diversos serviços, conforme anúncio a seguir:

²⁴⁷ Compreendemos o território mercantil estanciano como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. SOUZA, Marcelo José de Lopes de. “O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.” In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; Corrêa, Roberto (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 78.

Compra-se açúcar, algodão, couros, milhos e ticum a dinheiro à vista. Dá-se preferência e melhor preço aos gêneros depositados no Trapiche Novo e vende-se sacos d'aniagem e algodão. Saca-se constantemente sobre a Praça da Bahia. Manda-se vir d' Europa, Estados Unidos e de qualquer Províncias do Império: encomendas de qualquer natureza mediante comissão módica.²⁴⁸

Comparando essas informações com as registradas nas várias ações judiciais movidas por estes negociantes contra seus devedores, constatamos que este estabelecimento atacadista era especializado na compra dos gêneros agrícolas produzidos nas grandes propriedades da Província e na sua venda para o mercado baiano. Quanto à promessa de pagamento (dinheiro a vista) pelos gêneros vendidos, percebemos que os senhores de engenho e lavradores continuaram permutando seus gêneros agrícolas pelas mercadorias oferecidas nesta loja, numa relação de desvantagem na medida em que os produtos agrícolas tinham preços menores que as mercadorias comercializadas, gerando desse modo dívidas. Os negociantes varejistas também recorreram aos serviços oferecidos por este estabelecimento, adquirindo as mercadorias vindas da praça da Bahia.

As lojas que vendiam somente a varejo correspondiam a 72% dos estabelecimentos comerciais fixados em Estância. Seus proprietários eram em sua maioria pequenos negociantes, possuidores de poucas mercadorias (secos e molhados) que visavam o consumo da população local. Entre os gêneros mais comercializados por essa categoria estavam os tecidos, peças de vestuários e miudezas do lar, induzo que por serem mais baratos e não exigirem consumo imediato, se comparados com os molhados.

A comercialização de comestíveis a retalho era feita tanto nas casas de secos e molhados, como os estabelecimentos especializados. Foram encontrados entre os negociantes inventariados apenas cinco que realizavam exclusivamente a venda de comestíveis, como foi o

²⁴⁸ AGJES – Ação de Libelo Cível nº 06 Caixa 27 - Cartório do 2º Ofício de Estância 1886.

caso de Antônio Ramos, proprietário de uma casa comercial situada nos termos de Estância, na qual era vendida *genebra, aguardente do reino, vinagre, azeite doce, alho, cominho, manteiga, açúcar branco e mascavo, sal, fumo carne do sertão*, entre outros produtos.²⁴⁹

Quanto à localização dos estabelecimentos comerciais desses negociantes, constatamos que apenas os grandes varejistas conseguiram instalar suas lojas nas proximidades da Praça da Matriz. Geralmente, suas sortidas lojas comercializavam com artigos finos, entre eles: secos, molhados, perfumaria, objetos de decoração, materiais escolares e ferragens. Entre estes, podemos citar a loja do capitão Antônio da Silva Martinho, situada no Largo do Rosário, que vendia fazendas, utilidades para o lar, ferragens e comestíveis, sendo registrado em seu inventário *post-mortem* a quantia 2:414\$980 em gêneros que compunham o estoque da dita casa comercial.

Os negociantes menos afortunados instalavam seus estabelecimentos comerciais em suas próprias residências, onde as relações mercantis se misturavam as familiares. Alguns se destacaram nas áreas onde fixaram seus estabelecimentos devido à distância com o centro comercial e o sortimento de seus estoques. Desse modo, o português Antônio Martins de Oliveira Sousa Bandeira, morador da rua do Coqueiro, conseguiu êxito econômico com sua casa de secos e molhados, sortida com fazendas, comestíveis, materiais escolares e outras miudezas, acumulando uma fortuna avaliada em 5:047\$811, distribuída na posse de quatro escravos, sua residência que funcionava como casa comercial, móveis, animais e vinte e sete dívidas ativas, além das mercadorias.²⁵⁰

Assim como os atacadistas e grandes varejistas não viam problemas em comercializar no mesmo espaço gêneros secos e molhados, os negociantes menos afortunados buscavam ter

²⁴⁹ AGJES - Inventário n.º 08 caixa 32 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1843.

²⁵⁰ AGJES - Inventário n.º 03 caixa 37 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1847.

uma variedade de produtos no mesmo lugar para oferecer aos seus clientes. Atestamos desse modo que os negociantes estancianos mesclavam os diferentes ramos de comércio em um só lugar.

O território mercantil da Estância oitocentista também foi ocupado por aqueles que não eram proprietários de lojas, mas que construíram nas ruas seu espaço de sobrevivência. Estes eram os mascates, vendeiros, quintadeiros, enfim ambulantes.

Conforme já observamos no capítulo I, o sonho de tornar-se um próspero senhor de terras e de escravos fez com que alguns lusitanos desvalidos migrassem para as terras tupiniquins em busca desse eldorado. Entretanto, sem muitos recursos, iniciavam suas atividades no Brasil geralmente, como ajudantes nas casas comerciais ou se tornavam mascates. Entre os negociantes que atuavam na praça de Estância, constatamos que três negociantes tinham como atividade o comércio ambulante, destes dois eram portugueses que não tinham sequer um parente no Brasil.

Estes negociantes, formavam a base da hierarquia mercantil estanciana, não conseguiram acumular uma virtuosa fortuna, não possuíam bens de raiz, os poucos escravos e animais que tinham eram para ajudá-los nas tarefas mercantis e as escassas dívidas ativas arroladas nos seus inventários eram proveniente das vendas feitas no costumeiro sistema do fiado, suas mercadorias eram retalhos de tecidos, fazendas secas usadas, enfim mercadorias de pequenos valores.

Neste ramo comercial verificamos as presenças das mulheres pobres, que vendiam restos de tecidos, gêneros alimentícios, a exemplos dos quitutes citados com saudades pelo memorialista Gilberto Amado:

Desembocava lá da esquina do Rosário a baiana estirando de longe o seu: cocadinha puxa, ioiô! Cocadinha puxa, iaiá! Preta limpinha. O turbante branquíssimo dava-lhe um ar alegre: Cocadinha puxa! Aviava o tabuleiro na pedra lisa e ia passando o papel de seda que se grudava ao doce.²⁵¹

Talvez neste espaço - esquina do Rosário, inicialmente freqüentado por negros devotos de Nossa Senhora do Rosário e posteriormente transformado pelo crescimento urbano de Estância em território comercial, Alexandrina Costa construiu, ao lado do mercado oficial, o seu pequeno comércio ambulante de fazendas, bem como sua clientela.²⁵²

Constatamos ainda, que dezoito inventariados estancianos, os quais construíram suas fortunas pautadas no capital mercantil, gerado no seio das lojas, estenderam seus investimentos a outros setores econômicos, a exemplo das atividades agrárias, ao tempo em que adquiriram quinhões em engenhos, sítios e escravos, realizando, desse modo, o sonho de tornar-se senhor de engenho e de escravos. Assim, José Manuel Barbosa da Franca, atuante negociante na cidade de Estância, investiu seu capital na aquisição de 17 escravos (6:960\$000) e de dois engenhos de pequeno porte (26:750\$000), passando a dedicar-se à produção, compra e venda de açúcar ao mercado baiano. Em consequência da mudança de sua atividade econômica, legou aos filhos Antônio Manuel Barbosa da Franca e João Manuel Barbosa da Franca a administração de suas loja.

A prosperidade de José Manuel Barbosa da Franca, foi por diversas vezes questionada por outros negociantes estancianos que o acusavam de ser fraudulento no pagamento de impostos, já que um dos seus filhos, Antônio Manuel Barbosa da Franca era coletor de impostos e administrador de uma de suas lojas. O Código Comercial do Império, no artigo 2º, inciso 1º proibia os oficiais de fazendas, de desempenharem atividades mercantis dentro dos

²⁵¹ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p 32.

²⁵² AGJES - Inventário n.º 04 caixa 58 – Cartório do 2º Ofício de Estância – 1860.

distritos em que exerciam suas funções, entretanto Antônio Manuel Barbosa da Franca, ignorava as determinações legais e continuava a executar concomitantemente as funções de coletor de impostos e negociante. Tal acúmulo de funções teve como consequência a divulgação de duas denúncias anônimas no jornal *Recopilador Sergipano* contra o dito coletor, responsável pela cobrança dos impostos sobre as lojas comerciais na cidade de Estância. Antônio Manuel Barbosa da Franca foi acusado de favorecer o estabelecimento de seu genitor, ao tempo que se demonstrava impiedoso com os pequenos negociantes, sendo classificado pelo denunciante de “incapaz para ser coletor”.²⁵³

Outros por sua vez, foram se afastando das atividades ligadas ao comércio e passaram a viver das rendas provenientes dos empréstimos a juros. A exemplo de Luisa Maria da Trindade Franca, viúva de João Manuel Barbosa da Franca, que investiu 76% da sua fortuna em dívidas ativas em mãos de 159 pessoas, componentes da aristocracia estanciana (senhores de engenho, proprietários de terras e de escravo e negociantes).

Neste cenário de ostentação de riqueza e de busca pelo prestígio, alguns negociantes estancianos que conseguiam reunir requisitos como acesso as patentes militares ou a cargos públicos, assim como ao crédito, eram atacadistas com sobrados comerciais fixados entre a Praça da Matriz e o Largo do Rosário e afortunados, formavam a elite mercantil estanciana.²⁵⁴

Um exemplo bastante elucidativo desta condição foi à trajetória do tenente-coronel Modesto dos Santos, proprietário do Hiato Nacional Olinda, responsável pelo intercâmbio de mercadorias entre a praça local e a baiana. Modesto, construiu a maior fortuna mercantil estanciana avaliada em 174:317\$000, distribuída na posse de três escravos (1:900\$000); imóveis (22:800\$000), entre eles dois sobrados localizados na Rua do Rosário, sendo que em um deles

²⁵³ *Recopilador Sergipano*, Estância, 14 de agosto de 1833, p. 2 e 11 de novembro de 1833, p. 2.

²⁵⁴ Vê nota 180.

funcionava uma sortida loja que vendia a grosso e a retalho, e outro na Rua do Amparo, além de uma casa na rua Pão-de-ló; móveis que atestam abastança (730\$000), dinheiro (16:000\$000), mercadorias (7:434\$480) e dívidas ativas em mãos 268 pessoas, o que o tornou o maior credor em valor emprestado.

Quadro 3.8
Estância- Sergipe
1820 - 1888
Elite da Praça Estância

Ano	Negociantes	Valor das Mercadorias	Nº de credores	D.Ativas	Monte-Mór
1850	Gonçalo José Coelho	558\$8846	93	5:570\$212	7:923\$268
1858	Domingos José Lima	1:633\$800	638	21:829\$249	34:329\$929
1862	Joana Rodrigues D. de Oliveira	11:199\$95	199	22:252\$447	50:230\$24
1870	Manoel Joaquim da Silva Heitor	2:411\$520	623	77:541\$758	116:826\$020
1872	Serafim de Matos Freire	4:689\$935	32	59:004\$878	85:529\$133
1877	João Antônio Mascarenhas	7:413\$810	109	35:220\$245	51:839\$055
1878	Modesto dos Santos	7:434\$480	177	125:452\$490	174:316\$970
1881	Maria Antônia de M. Ribeiro	6:014\$000	91	97:721\$370	170:505\$400

Fonte: Inventários, Estância (1850-1888) – Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe.

Desse modo, numa hierarquia mercantil ser dono de loja, bem localizada na cidade de Estância e sortida com vários gêneros remetia a um prestígio social. Entretanto, somente aqueles que já tinham conseguido outros atributos, tais como acesso ao crédito e as patentes, poderiam alcançar o topo desta pirâmide.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“...Entretanto, basta ver este olhar felino, estes dois beiços, mestres de cálculo, que, ainda fechados, parecem estar contando alguma coisa, para adivinhar logo que a feição capital do nosso homem é a voracidade do lucro. Entendamo-nos: ele faz arte pela arte, não ama o dinheiro pelo que ele pode dar, mas pelo que é em si mesmo! Ninguém lhe vá falar de regalos da vida. Não tem cama fofa, nem mesa fina, nem carruagem, nem comenda. Não se ganha dinheiro para esbanjá-lo, dizia ele. Vive de migalhas; tudo o que amontoa é para a contemplação. Vai muitas vezes à burra, que está na alcova de dormir, com o único fim de fartar os olhos nos rolos de ouro e maços de títulos. Outras vezes, por requinte de erotismo pecuniário, contempla-os só de memória. Neste particular, tudo o que eu pudesse dizer, ficaria abaixo de uma palavra dele mesmo, em 1857.”²⁵⁵

Ao visitar a cidade de Estância, certamente um atento observador ficará encantado com os poucos casarões oitocentistas revestidos com azulejos portugueses que resistem às agressões do tempo e ao descuido público. Entretanto, não passará em sua mente, que no seio dos logradouros que abrigam esses casarões, a saber: Capitão Salomão (antiga do Rosário), Pedro Homem da Costa (antigo Caminho do Rio), Praça Orlando Gomes (Largo do Rosário), Praça da Igreja Nossa Senhora de Guadalupe (Matriz), fervilhou durante os séculos XVIII e XIX um intenso comércio que deu a esta cidade o título de *“a mais populosa, e comerciante de toda a Província, sem excetuar a capital”*.²⁵⁶

A vida material dos agentes responsáveis por essa dinâmica, os negociantes, contrapõe-se à descrição machadiana apresentada no conto acima.

Nesse conto, Machado de Assis ironizou a avareza de um comerciante residente na capital do Império, destacando seus aspectos físicos, busca pelo lucro, sua veneração pelo dinheiro conquistado, o que justifica o seu desapego às benesses desta vida, permitindo-se viver

²⁵⁵ ASSIS, Machado de. “Anedota pecuniária”. In: *Histórias sem data*. São Paulo: Ática, 1998, p. 93. (Série Bom Livro).

²⁵⁶ CASAL, Aires do. *Coreografia Basílica*. 1. ed. 1817. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 240.

da contemplação e migalhas. Entretanto, mesmo que o autor não tivesse compromisso com a narração fidedigna da realidade, sua narração contribuiu para que representação de um dono de venda de secos e molhados, velho, sagaz, avarento e rico, pudesse se firmar no imaginário popular.

Ao estudar a vida material dos negociantes residentes em Estância no período compreendido entre 1820 a 1888, constatamos que a busca desenfreada pelo lucro foi nutrida por muitos desprovidos de recursos financeiros, desejosos em construir uma fortuna não para contemplá-la, mas para ostentá-la, principalmente, aos membros da açucarocracia.

As fortunas mercantis estancianas apresentavam-se profundamente estratificadas em diferentes níveis, as quais foram construídas estruturadas no capital usurário, na propriedade imobiliária, na posse de escravos e nas mercadorias. Com a estratificação dessas fortunas em oito categorias, de acordo com o seu monte-mór, constatamos uma concentração de riqueza entre os negociantes que controlavam o abastecimento e o crédito.

Nessa sociedade em que a posse de bens conferia status, a riqueza mercantil estanciana apresentava-se distribuída em vários bens. A maior parcela de participação dos bens concentrou-se na categoria bens de raiz, compostos por casas, sítios, trapiches, armazéns ou quinhões em engenhos, o que mais uma vez comprova a busca por status.

Quanto ao bem escravo, notamos que em uma sociedade na qual a sua posse estava associada tanto aos aspectos econômicos quanto sociais, possuir uma pequena propriedade escrava era sinônimo de status social. Por sua vez, Estância é caracterizada pela pequena propriedade escrava, utilizada em diversas tarefas, a exemplo dos serviços domésticos, transporte de mercadorias, pequenas tarefas nas lojas, entre outros.

Os reflexos das Leis de 1850 foram notórios na economia estanciana, visto que a partir da década 70 houve um decréscimo na participação dos escravos no montante das fortunas, favorecendo o investimento nos bens de raiz, dívidas ativas e dinheiro.

O dinheiro constitua-se em gênero escasso desde os primeiros anos da colonização, perdurando no Brasil oitocentista, mesmo com as tentativas de organização de um sistema monetário e bancário. Essa carência monetária também refletiu na composição das fortunas mercantis, visto que em poucos inventários foi registrada a presença de dinheiro, seja na forma de dinheiro de contado, ações, apólices e depósitos bancários.

Na falta de moedas circulantes, as pessoas recorriam ao crédito como forma de suprir suas carências materiais. Por sua vez, o crédito se constituiu como meio mais rápido para os desprovidos de recursos materiais conseguirem o título de senhor de engenho e de escravos e assim, ostentarem abastança. Entre os negociantes o crédito, geralmente, era contraído para aquisição de mercadorias e concedido devido às vendas efetuadas a prazo.

Essa escassez pecuniária, implicou na disseminação de dívidas ativas. O crédito era a base da riqueza mercantil estanciana. Alguns negociantes fizeram do capital usurário sua principal fonte de renda, bem como uma possibilidade de conquistar prestígio social, utilizando como estratégia o empréstimo de pequenas quantias a várias pessoas.

Constatamos também, que a rede de crédito local estava concentrada nas mãos deste grupo mercantil, o que nos leva a concluir que a dinâmica da economia estanciana permitiu uma acumulação interna que serviu tanto para financiar as atividades mercantis e como as agrícolas desta cidade e várias cidades da Província.

Através das relações comerciais estabelecidas entre os negociantes, percebemos que um grupo, composto por atacadistas, mantinha contato com firmas baianas e vendia suas mercadorias para além dos limites geográficos da cidade de Estância, controlava o crédito e

fixaram suas lojas no centro comercial. Desse modo, conquistavam prestígio social dentro de uma hierarquia mercantil, assim como em outros setores da sociedade estanciana, evidenciada pelas posições ocupadas na sociedade civil e militar.

O estudo das fortunas mercantis possibilitou a compreensão da estrutura social da Estância oitocentista, na medida em que captou como homens e mulheres, empenhados em atividades comerciais e do crédito, trilharam os passos em busca de reunirem riqueza, poder e prestígio.

Destarte, o fausto experimentado por Estância nos oitocentos, “*a mais comercial da Província*”, ficou registrado nos documentos contábeis, nos inventários *post-mortem*, nas Memórias de Gilberto Amado, nos sobrados da rua Capitão Salomão, entre outros. Segundo Gilberto Amado, no final do século XIX “*Estância era uma moça velha de hábitos antigos na sua casa mobiliada*”.²⁶⁷

²⁶⁷ AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999, p. 36.

REFERÊNCIAS

Fontes

1. Fontes Primárias

1.1 – Fontes Manuscritas

Aracaju - Sergipe

1.1.2. Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe - AJUS Cartório de Estância 1º e 2º ofício

Inventários *post-mortem* (1820 – 1890) Cx. 1 - 1^A e 12 -79^A

Ação de Crédito (1820-1890) Cx. 638 – 644

Ação de Embargo (1820-1890) Cx.346 - 354

Ação de Libelos Cível (1820-1890) Cx. 392-420

Ação Executiva (1820-1890) Cx. 730 – 731

Assignação de Dez Dias (1820-1890)

Execução Cível (1820-1890) Cx. 730-731

Execução Comercial (1820-1890) Cx. 647-650

Livro de Dízimos e Protestos de Letras (1820-1890) Cx. 651

Livro de Salvados Marítimos – Livro 1

1.1.2. Arquivo Público do Estado de Sergipe - APES

Lista de Qualificação de Votantes de Estância (anos 1853 e 1862)

1.1.3. Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH) – Departamento de História/Universidade Federal de Sergipe

Relatórios de Presidente da Província 1835-1888 (Cds room)

1.1.4. Biblioteca Pública Epifânio Dórea

Recopilador Sergipano (1832-1864)

Salvador - Bahia

1.1.5. Arquivo Público do Estado da Bahia - APEB

Relação de Matrícula de Comerciantes (1854-1896)

1.2 - Fontes Impressas

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil)

AVÉ- LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, 1859*. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: Edusp, 1980.

BRASIL. Código Comercial do Império do Brasil (1886).

CASAL, Aires do. *Coreografia Basílica*. 1. ed. 1817. Belo Horizonte: Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 240.

Diário do Imperador Pedro II na sua visita a Sergipe, em janeiro de 1860. *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 21, n. 26b, 1965.

PIMENTA BUENO, Francisco Antônio. *Relatório sobre a preferência de traçados para a estrada de ferro na Província de Sergipe apresentado ao Ilmo. e Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881.

SOUZA, Marcos Antônio de. “Memória sobre a Capitania de Sergipe. Sua fundação, população, produtores e melhoramento do que é capaz”. Ano de 1808. In: *Revista de Aracaju* n.º 1. Aracaju; Livraria Regina 1942.

SOUZA, Antonio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Organização e notas de Ubiratan Castro de Araújo. 3ª ed. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2000.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. Apontamentos históricos e topográficos sobre a província de Sergipe. *Revista do IHGS*, Aracaju, v. 3, n. 6, p. 83-122, 1916.

2. Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo:Cortez, 1999.

ALCÂNTARA MACHADO, José de. *Vida e morte de bandeirante*. São Paulo: Martins, 1972.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. "Vida Privada e Ordem Privada no Império" In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 11-93.

ALMEIDA, Márcio Rogers Melo de. *Aspectos relativos à propriedade escrava na Província de Sergipe:Zona da Mata-Sul (1850-1888)*. São Cristóvão, 2000. Monografia (Graduação em Economia). Universidade Federal de Sergipe.

ALMEIDA, M. G. S. *Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (século XIX)*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1976.

_____. *Nordeste Açucareiro: Desafios num processo de vir-a-ser capitalista*. Aracaju: UFS/ SEPLAN/ BANESE, 1993.

_____.*Sergipe: fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis:Vozes, 1984

_____. "Estrutura da produção de alimentos na Província de Sergipe (1855-1860)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, nº 27, 1965/1978, p. 15-39, 1978.

AMADO, Gilberto. *História da minha infância*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 1999.

ANDRADE, Márcia Regina de. *Catálogo dos Jornais Estancianos 1832-2000*. Estância: Prefeitura Municipal de Estância, 2001.

ARRUDA, José Jobson de. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. "Exploração colonial e capital mercantil." In: SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 217-223.

BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, C. R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1969.

CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na Capitania de São Paulo, 1765/67. *Revista Brasileira de Economia*, 26(4):95-123, Rio de Janeiro, FGV, out/dez, 1972.

CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850–1888*. Tradução: Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia–Miúda: Um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP, 1992.

DAUMARD, A. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. Rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FALCON, Francisco J.C. “Comércio Colonial e Exclusivismo metropolitano: Questões Recentes”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (Org.). *História Econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 225-238.

_____. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. 5ª ed., Porto Alegre: Globo, 1979.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, Trabalho e Poder: O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

FRAGOSO, João L.R. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 – 1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João R., FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – C. 1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRANCO, M. Sílvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FREIRE, Felisbelo. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe. Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAN, 1995.

_____. *História de Sergipe*. Petrópolis: Vozes/ Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

FREIRE, Laudelino. *Quadro Coreográfico de Sergipe*. Rio de Janeiro: H.Garnier Irmãos. 1896.

FREITAS, Itamar. *A escrita da História na “Casa de Sergipe”(1913/1999)*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1967.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e o comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LAPA, José Roberto do Amaral. *O Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MACHADO DE ASSIS. “Anedota pecuniária”. In: *Histórias sem data*. São Paulo: Ática, 1998, p. 93. (Série Bom Livro).

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Fortunas Coloniais: Elites e Riqueza em Salvador 1760-1808*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo.

_____. *Dinheiro de contado e crédito na Bahia do século XVIII*, p.3 (Artigo não publicado).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. *Bahia: A cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

_____. *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos Baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

_____. “A Opulência na Província da Bahia” In: ALENCASTRO, Luís Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 143-179.

MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Zélia M. Cardoso de. *Metamorfose da Riqueza: São Paulo, 1845-1895*. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista. 2. ed. São Paulo: Hutitec, 1990.

MIGUEL, Antonieta. *Vida material e cotidiano: a Imperial Vila da Vitória na segunda metade do século XIX*. UFBA, 2000. (Dissertação de mestrado)

MILLS, Charles Wright. “Sociologia da Estratificação” In: *Poder e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965, p. 163-182.

_____. “Altas Rodas”. In: *A Elite do Poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 319-349.

MONTEIRO, Denise Mattos. “O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Frères no Ceará.” In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/Edusp/ Imprensa Oficial, 2002, p. 197-233.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *O Crepúsculo dos Grandes: A Casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986.

_____. “Subsídios à história do pequeno comércio do Brasil”. *Revista de História*. São Paulo, v. 53, nº 105, jan/mar. P.81-105, 1976.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

NOVAIS, Fernando. *A Estrutura e Dinâmica de Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 6ªed. São Paulo: Hucitec, 1995.

NUNES, Maria Thetis. *História de Sergipe a partir de 1820 (1820-1831)* Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

_____. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Sergipe Provincial I:1820-1840*. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 2000.

OLIVEIRA, Ana Mª Carvalho dos Santos. *Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX*. Salvador: UNEB, 2002.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Economia e História em Franca século XIX*. Franca: UNESP/FMDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. *Ao lado do café: produção de exportação e de abastecimento em Franca - 1890-1920*. São Paulo, 2003. (Tese de Doutorado em História Econômica apresentada na USP).

PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987.

_____. *Reordenamento do Trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste Açucareiro. Sergipe (1850-1930)*. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

PELÁEZ, Carlos Manuel; SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. “Problemas de vocábulo social”. In: *Os homens de negócio de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 615 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Economia Históricas) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.

PINTO, Virgínio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 8ª ed. São Paulo: DIFEL, 1977, p.126-145.

PIRES, Júlio Manuel; COSTA, Iraci Del Nero. “O capital escravista mercantil: caracterização teórica e causas históricas de sua superação” In: *Estudos Avançados*. 14 (38), 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.

RESENDE, José Mário dos Santos. *Entre campos e veredas da Cotinguiba: o espaço agrário em Laranjeiras (1850-1888)*. São Cristóvão, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe.

RUSSEL-WOOD, A. J. L. *Fidalgos e Filantropos*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

SANTOS, Marcelo. *Irmãos da Santa “Conveniência”*: a Ordem Terceira de São Francisco de Assis na cidade de São Cristóvão (1840-1870). São Cristóvão, 2001. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Patrícia Lima Moraes. *Permanência e transformações da riqueza em uma sociedade escravista: Maruim (1850-1888)*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS corpo, 1990.

SILVA, Clodomir de Souza e Silva. *Álbum de Sergipe (1534-1920)*. Aracaju. s.n, [1920].

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Negócios em família”. In: *História da Família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira., 1998, p.107-137.

SILVA FILHO, Thiago da. *Servindo a alma e ao corpo: a Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão/SE – século XVIII-XIX*. São Cristóvão, 2000. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2 ed. revista. São Paulo:Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, p. 123-159.

SILVA, Sheyla Farias. *Riqueza em Movimento: A Construção de Fortunas na Estância Escravocrata (1850-1888)*. São Cristóvão, 2002. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal de Sergipe.

SOUZA, Marcelo José de Lopes de. “O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.” In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo César; Corrêa, Roberto (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Claret, 2001, p. 56. (Coleção a Obra-prima de cada autor)

APÊNDICE A – NEGOCIANTES E FIRMAS BAIANAS QUE MANTIVERAM CONTATOS COM NEGOCIANTES ESTANCIANOS (1820-1888)

1- Negociantes

Antônio de Souza Galvão
Antônio José Silvano
Antônio Lourenço Gomes
Antônio Pereira de Magalhães
Antônio Serafim Silva Cravo
Cândido Augusto Pires Aguiar
Carlos Antônio Moreira Leal
Domingos Caetano da Silva
Domingos Soares Pereira
Ernest Pint
Francisco José Cardoso Guimarães
Francisco Mendes da Rocha
João Antônio Gomes da Costa
João Luiz Barreiros
Joaquim Dias Moreira
Joaquim Inácio Ribeiro dos Santos
José Antônio da Costa Guimarães
José da Cunha carvalho Bastos
José Francisco de Sousa
José Pereira Espinheira Júnior
José Ribeiro da Rocha
José Sabino de Carvalho
Manoel Pereira de Carvalho
Manuel de Azevedo Silva
Manuel de Sousa Campos
Manuel Inácio Pereira de Magalhães
Manuel José Araújo Braga
Manuel José Bastos
Marinhos Maruspenhia
Rodrigues de Moraes
Visconde de S. Clemente de Bastos

2- Firmas

Almeida & Antônio José de Souza Belino

Antônio Cardoso & Cia

Antônio Ferreira Pontes & Cia

Antônio Gomes dos Santos & Cia

Bastos & Cia Irmãos

Belino & Sobrinhos

Cartilina Filho & Sá

Correia & Pinto

José Ferreira Pontes & Cia

José Pereira & Maltiz

José Pereira Hiank Malles & Cia

Manuel José Lopes da Silva & Sobrinhos

Marinhos & Cia

Moreira Oliveira & Cia

Mota & Souza

Oliveira Cardoso & Cia

Pinto & Rodrigues

Ribeiro Silva & Cia

Rodrigues & Irmãos

Salvador de Azevedo Melo & Cia

Soares & Cunha

Teixeira Barros & Cia

Vitor Pinto & Castro

APÊNDICE B – MERCADORIAS ARROLADAS NOS INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* DOS NEGOCIANTES ESTANCIANOS (1820 - 1888)

1- Gêneros secos

1.1 – Tecidos e peças do vestuário

Algodão	Camisas de meias	Chapelins
Algodãozinho	Camisas para homem	Chapelins de palha fina
Algodãozinho americano	Camisetas	Chapelins de senhora
Algodãozinho em retalho	Capa de nobreza	Chapéus de palha
Aniagem	Casaquinho	Chapéus de castor
Alvaiade	Casimira	Chapéus de oleado para lacaio com defeito
Babadinho para vestido	Casimira de quadros	Chapéus de pêlo
Baeta	Casimira ordinária	Chapéus de sol de pano
Baetão	Cassa	Chapéus portugueses
Bretanha	Cassa achitadas	Chapéus pretos
Bretanha de França	Cassa de agulha	Chapéus brancos de Braga
Brim	Cassa francesa	Chapéus de baeta
Brim para calção	Cassa grossa	Chapéus de baeta para meninos
Cadarço	Castor de algodão	Chapéus de brancos para mineiros
Cadarços de seda	Castor de chita	Chapéus de palha carnaúba
Cadarços de cóis	Cetim	Chapéus de palhinha de cor
Cadarços estreitos	Chales	Chapéus de patentes
Cadarços pretos	Chales com franja	Chapéus de pêlo
Calças	Chales francês com franja	Chapéus de pêlo preto para senhoras
Calça de brim	Chales de algodão	Chapéus de sol de seda
Calças de brim branco	Chales de cassa	Chapéus para meninos
Calças de brim pardo	Chales de cassa bordados	Chapéus para noivos
Cambraia	Chales de chita	Chapéus para senhoras
Cambraia em retalhos	Chales de chita com franja	Chapéus pêlo preto
Cambraia fina	Chales de lã	Chapéus pretos
Camisa de estopinha para senhoras	Chales de mantequim	Chapéus para senhoras
Camisas de linho	Chales de metim	Gangas inglesas

Camisas de madraсто	Chales franceses	Gravatas
Chitas	Estopa	Gravatinhas
Chitas finas	Estopinha	Janga
Chitas em retalho	Esquião	Japonas de boiceta
Chitas em geral	Esquião branco de linho	Jaquetas de casimiras
Chitas francesas	Estampinha	Jaquetas de riscado
Chitas inglesas	Farda azul	Lã
Chitas portuguesas	Fitas	Lã de quadros
Chitas manteigueiras	Forrões	Lenços de chita
Ceroulas	Franhas de Bretanha	Lenços de morim
Ceroulas de linho	Fustão	Lenços de paninho
Coletes	Ganga	Lenços de seda
Coletes de seda	Gregula	Lenços de seda para gravata
Coletes de gorgorão	Guitarra	Lenços de tabaco
Cretone	Olanda	Lenços encarnados para tabaco
Lenços	Jaquetas de cetineta	Lenços para mãos
		Lenços sortidos
Lenços de renda	Lenços de cassa	Lenços de linho
Lençóis	Neblutina	Lenços franceses
Leques	Novelos	Metim
Linha	Novelos de linha	Micagra de arca
Linha em novelos	Novelos de marcas	Mirel
Linha preta	Obreiras	Miudezas
Linha preta de peso	Palitós	Murim
Linhas de oeiras	Palitós de lã estragados	Murisco
Linhas roris	Pano da costa	Mutim
Linho	Pano de algodão	Rendas
Linho de marca	Pano de algodão da terra	Rendas inglesas
Luvás	Pano de libra	Rendas francesas
Luvás curtas	Pano de linho de Hamburgo	Rendas para calças
Luvás de algodão	Pano de rede	Requinte
Luvás de algodão para homem	Pano ferro	Retalhos
Madapolão	Panos de lã	Retros
Madraсто	Panos de mesa	Riscado
Madraсто fino	Patão	Riscado fino
Madraсто ordinário	Pele de marroquim	Sacos de aniagem
Mange	Peles de cabra	Sapiça
Mantas	Pelo de pelúcia	Saraja

Mantegueiras	Pelotilha	Seda
Mantequeiros	Platinha	Seda para coletes
Mantequim	Platinha de linho	Selim inglês
Mantos para cavalos	Princeta	Suspensórios
Marcolina	Meias de algodão	Suspensórios de rede de linha
Marroquim	Meias de algodão para homem	Toalha de mãos
Meias	Meias de algodão para mulher	Toalha de mesa
Meia de bota largo	Meias de seda	Toalhas de renda
Meia trincates	Meias de travessas	Toucas
Meias brancas	Meias finas de algodão	Toucas para meninas
Meias de cassa	Meias curtas	Meias para mulher
Sapatinhos	Sapatos com salto	Sapatos
Sapatos para senhoras	Sapatos de couro	Sapatos de tranças para meninos
vestidos de chita	vestidos de cassa	Sapatos para homens
vestidos de cassa bordados	vestidos de babado	vestidos chitados

1.2 – Materiais escolares

Caixas de papel	Papel almaço
Canetas azuis de peso	Papel de embrulho
Canetas de coral	Papel de linho
Canetas de pau	Papel de marca vado
Canetas de peso	Papel de peso
Canetas douradas francesas	Papel holanda
Cartilhas	Papel linha d'água
Contas de pau	Papel pautado
Envelopes	Papel peso
Lápis	Penas
Lápis de lousa	Penas de escrever
Lápis de pau	Penas de lápis
Lápis preto	Resmas de papel
Livros da 1ª e 2ª leituras	Papéis de agulha
Papel	

2- Gêneros molhados

Açúcar	Café	Mandioca
Açúcar branco	Canela	Manteiga
Açúcar mascavo	Canela em pau	Manteiga do reino
Agorovo do reino	Carne do sertão	Mel de abelha
Aguardente	Cebola	Milho
Aguardente de anis	Cerveja	Milho alpiste
Aguardente de cachaça	Chá	Molhados
Aguardente do reino	Chá de flor de sabugo	Mortadelas
Alfazemas	Chá pérola	Óleo de oliva falso
Alho	Chá preto	Pães de açúcar
Ameixas	Chá verde	Pimenta
Amêndoas	Cominho	Pimenta da costa
Azeite	Conhac	Pimenta do reino
Azeite doce	Cravo	Queijos
Azeitonas	Erva-doce	Queijo do reino
Bacalhau	Espumante	Sal inglês
Banha	Farinha de trigo	Vinagre
Bebidas	Farinha do reino	Vinagre Lisboa
Biscoitos	Genebra	Vinagre nacional
Bolachas	Laranjinha	Vinho
Breu	Leite	Vinho branco
Cachaça	Licor	Vinho do Porto
Vinho Vernosth	Vinho tinto	Vinho muscatel

3 - Gêneros de consumo e utilidades para o lar

Aço	Barricas vazias	Caponaga
Aço em pedaço	Baús	Carrinhos
Adereços pretos	Boceta de papelão	Carros de linha
Agulhas	Bocetas de chifre	Carta de botões
Agulheiros	Bonecos de louça	Cartas de traques
Agulheiros de marfim	Bonés para bolsinho	Cascos vazios
Alças para baú	Botijas	Castores de ferro
Alfazemas	Botijas de barro vazias	Castores de latão
Alferes de ouro	Botijas vazias	Cera em velas
Alfinetes	Botões	Charutos
Alfinetes garfos	Botões de osso	Cravos de ferro
Algemas	Botões de osso para calça	Cruz pequena de ouro
Anéis	Botões de vidro para peito	Chicotes
Anzóis	Botões dourados	Chumbo
Aparelho de louça	Botões para peito	Chumbo de munição
Aparelho de louça para chá	Braço da balança	Chumbo em pasta
Aparelhos de louça pintados	Braço de balança	Cigarros
Arames de viola	Braço de balança com cochas de pau	Cintos
Argolas	Brincos	Cintos para calças
Argolas de ferro	Broxas de ferro	Cobre em folha
Argolas pretas	Broxas de sapateiros	Cofre de ferro
Armação de loja e balcão	Bules	Cola
Armações de cadeiras	Cabrestos	Colchetes
Armário	Cachimbo	Colheres
Arrobas de ferro	Sapatos	Colheres de chumbo
Bacias de ferro estanhado	Cadeados	Colheres de estanho
Bacias de lavar o rosto brancas	Cadeira de pau	Colheres de ferro
Bacias de lavar o rosto pintadas	Cadeiras de caixão	Colheres de ferro para pedreiro
Baixos de viola	Cadeiras de cobre	Colheres de metal
Balança	Cadernos	Colheres de platina
Balança braço e peso	Caixão para açúcar	Compassos pequenos
Balança com braço de ferro	Caixão para vestuário	Contas sortidas
Balança com caixão de latão	Caixas	Copos de vidro
Balança grande	Caixotes para açúcar	Copos de vidro branco
Balança pequena	Candeeiros de folha	Copos lisos

Bandejas	Caneca com tampa de louça pintada	Cordão
Bálsamo	Canivete	Cordas de viola
Baralhos de carta de jogar	Estojos com navalhas	Funil
Barras de ferro	Estopa da terra	Gaitas
Capa rosa	Estribas de ferro	Galão para o altar
Coroas de ouro	Estribeiras de latão	Galha
Correntes de pastilhas	Facas	Ganchos de caixa
Correntes para cavalo	Facas de pontas cortadas	Ganchos para cabelo
Correntes pretas	Facas flamengas	Garfos de cabo branco
Cosméticos	Facões	Garrafa de leri
Dedais	Fardas	Garrafão para azeite vazio
Dedais de latão	Fechadura de arca	Garrafas
Dedais para mulher	Fechadura para gaveta	Garrafas de vidro
Embira	Fechadura para porta	Garrafas vazias
Enxada	Fechaduras	Garrafões
Enxada de ferro	Fechaduras de caixa	Garrafões de vidro
Enxadas de chumbo	Ferragens	Garrafões vazios
Enxadas de ferro	Ferramentas	Gazeneira
Enxofre	Ferro	Genebra
Escopros	Ferro inglês	Giz
Escovas de cabelo	Ferro vergalhão	Goma arábica
Escovas de dente	Ferros de tranca	Goma laquê
Escovas para dentro	Ferros pedreiros	Gravatas
Escovas para fora	Figas	Graxa
Escovas para sapateiro	Fio	Graxa americana
Escovas para sapatos	Fitas	Graxas
Escovinhas de dente	Fivelas	Guarnições
Escumadeira de ferro	Fivelas de ferro	Lamparinas
Espelhos	Fivelas de latão	Lancetas
Fósforos	Fivelas para calças	Lata vazia
Fracos vazios	Flechas	Leques
Goma	Foguetes de ar	Linha novelos
Espelhos de gaveta grande	Folhas de lixa	Linhaça
Espelhos de gaveta pequeno	Fornão	Linhas de marcar
Espoletas	Forno de fazer cozer farinha	Linhas grossas de marcar e cobrir
Esporas de ferro	Fósforos	Louças
Esporas de latão	Frasquinhos de água de lavanda	Louças vidradas
Estacas de graúna	Frasquinhos de espírito e anis	Luvas
Esteiras para cangalha e sela	Fumo	Machado

Madeiras	Pentes travessa	Sacos para mulher
Mala vazia	Pesos de chumbo	Salitre
Mercúrio	Pias	Salva de cristal
Malas cobertas de couro	Pires	Sebo
Marcas polidas	Pires e xícaras	Sebo da Holanda
Martelo para sapateiro	Pólvora	Serrote
Martelos	Pólvora fina	Sopeiras pintadas
Medalhas	Pólvora inglesa	Tabatinga
Metria	Porcelanas	Tabatinga amarela
Miçangas	Potes	Tabuleta pequena
Molas	Pratos	Tacho
Mucos de sela	Pratos brancos	Tacho de ferro para tamancos
Navalhas	Pratos fundos (beira azul)	Talheres
Navalhas de barba	Pratos rasos	Talheres de cabo branco
Novelos de linha	Pratos rasos (beira azul)	Ticum
Óculos	Pratos vazios	Termo de medidas
Óculos de armação	Pregos	Tesoura de ofício muito fina
Óleo de alfazema	Pregos de guarnição	Tesoura grande
Pano de bicho da África	Quartinhas	Tesoura maior de ofício mais velha
Pau com ponche	Ração	Tesouras
Plainas de carpina	Ralos de folha	Tesouras pequenas
Palha de junco	Resina	Tigelas
Panelas	Retrós	Tigelas pintadas
Papel embrulho	Rodete de ralar mandioca	Tinta
Parnaíba	Rolo de fumo	Tomeiros
Pedra	Rosários de miçanga	Tranças de bico
Pedra de lousa	Sabão	Trincal
Pedra une	Sabão de papel	Urinóis
Pedras de amolar	Sabão inglês	Urinóis brancos
Pedras de fogo	Sabão líquido	Urinóis brancos e pintados sem tampa
Pedras de louça	Sabão mole	Urinóis de louça com tampa
Pedras pones	Sabão sólido	Urinol para menino
Pentes	Sabonetes	Utensílios do lar
Pentes de alisar	Sacos	Vassouras
Pentes de chifre para cabelos	Sacos de marroquim	Velas de carnaúba
Pentes de marfim	Sacos para homem	Velas de sebo
Pentes finos	Sacos para meninos	Verga de ferro
Verônica	Verrumas grandes	Verrumas pequenas

Vidros	Vidros de tabela	Violas
Espingardas	Xícaras e pires pintados	Caixas de papelão
Xícaras	Água de flor	Água inglesa
Cordão dourado francês	Carnaúba	